

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA (RFEPCT)
CAMPUS FLORIANÓPOLIS - INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
(IFSC)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL (PROFEPT)**

**ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE
SURDO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS PORTAIS DO IFC: UM ESTUDO
DE CASO**

DAIANA HENRIQUE MARIA

**Florianópolis/SC
2023**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

Maria, Daiana Henrique

ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE
SURDO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS PORTAIS DO IFC: UM ESTUDO
DE CASO / Daiana Henrique Maria; orientação de
Marimar Da Silva. - Florianópolis, SC, 2023.
216 p.

Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Santa
Catarina, Câmpus Florianópolis. Mestrado Profissional
em Educação Profissional e Tecnológica em Rede
Nacional (ProFEPT). Departamento Acadêmico de Linguagem,
Tecnologia, Educação e Ciência.
Inclui Referências.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Estudante
Surdo. 3. Acessibilidade Digital. 4. Processo de inscrição.
5. Produto Educacional. I. Da Silva, Marimar.
II. Instituto Federal de Santa Catarina. III. ACESSIBILIDADE
DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE SURDO
AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS PORTAIS DO IFC: UM ESTUDO



DAIANA HENRIQUE MARIA

**ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE
SURDO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS PORTAIS DO IFC: UM ESTUDO
DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Florianópolis, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT

Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos da EPT

Aprovada em 17 de abril de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIMAR DA SILVA**
 Data: 25/04/2023 09:18:21 -0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Marimar da Silva
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
 Presidente da Banca e Orientadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Wollinger
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
 Membro Interno

Profa. Dra. Marta Rejane Proença Filietaz
 Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Membro Externo

Dedicatória:

Ao Ryan e Yago, filhos amados.
Luz e inspiração para minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que permitiu que todas as conquistas em minha vida se concretizassem, pelos dons que me deu nesta existência, que serviram na realização deste projeto, que me ajudou a superar obstáculos, me dando forças que tanto me ajudaram a completar mais esta meta de aprendizagem.

Em especial à minha orientadora, Prof.^a Dra. Marimar da Silva, por estar sempre presente, pelo amparo, pelos diálogos e reflexões, e por sua forma inteligente de orientação e seu rigor científico, que indicou a direção que a pesquisa deveria tomar.

Aos meus pais, Volme e Sirlei, por sempre me incentivarem e acreditarem que eu seria capaz de superar os obstáculos que a vida me apresentou, porque souberam me encaminhar até onde eu cheguei.

Aos meus irmãos, Kedna e Rafael, pelo carinho e apoio que sempre me deram.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina e aos professores do Programa de pós-graduação ProfEPT do IFSC pelo conhecimento mediado e pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

Aos colegas da turma 04 pela convivência durante esse período da vida acadêmica, que pessoalmente foi muito enriquecedor. Especialmente aos colegas de mestrado, Rogers Barbi e Rosemar Thies, pela parceria, ajuda frequente e motivação para superar as dificuldades e concluir essa etapa de pesquisa acadêmica.

Ao Instituto Federal Catarinense /Câmpus Avançado Sombrio pela estrutura disponibilizada e pelo apoio efetivo da equipe na etapa de desenvolvimento do “Tutorial Bilíngue (Libras-Português) para Acessibilidade de Pessoas Surdas aos Portais Digitais do IFC”. Minha gratidão aos Diretores Lucas Spillere Barchinski e Victor Martins de Sousa, ao Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais, Ramon Silva da Cunha.

Às intérpretes Vanessa e Rosana pelo apoio no contato e entrevistas com a estudante surda.

À professora Dodora pelos apontamentos criteriosos para aprofundar conhecimento e perceber o mundo visual dos surdos.

Às pessoas surdocegas por me acolherem desde sempre, por me ensinarem sobre comunicação, sobre diversidade e, principalmente, sobre a vida.

Por fim, aos professores que aceitaram participar da banca examinadora, oferecendo suas contribuições e disponibilidade em participar deste momento tão importante em minha vida.

Aos familiares e amigos, pelo incentivo.

A todos vocês!

Muito obrigada!

RESUMO

A partir das políticas educacionais nacionais pautadas na promoção de acessibilidade e de equidade de condições, que argumentam o direito de pessoas surdas à emancipação, faz-se necessário refletirmos sobre o processo de ingresso desse público à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Assim, o objetivo deste estudo é investigar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense (IFC), e propor, a partir do resultado, um produto que potencialize a acessibilidade e usabilidade desses portais por esse público. A pesquisa, um estudo de caso de natureza aplicada, gerou dados por meio de entrevistas com uma estudante surda do IFC, quatro servidores vinculados à gestão dos processos de ingresso, uma docente surda da instituição e um especialista em materiais audiovisuais para estudantes surdos de outro instituto federal (IF). Os dados foram analisados qualitativamente tendo como referência metodológica a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) e interpretados à luz do construto teórico revisado para o estudo. A análise dos dados indica que a acessibilidade dos portais digitais usados para a inscrição de candidatos surdos ao IFC pode ser qualificada por meio de recursos humanos e técnicos adicionais aos já existentes. Entre eles, o estudo aponta a substituição do programa VLibras por tradutor-intérprete humano; a inserção de janela de Libras nos vídeos já existentes nos portais; de tutorial bilíngue em Libras do processo de inscrição, com imagens e legendagem em português escrito em linguagem simples; de glossário bilíngue (Libras-Português) de termos técnicos relativos ao ingresso com as mesmas características dos vídeos-tutoriais bilíngues desenvolvidos para a presente pesquisa; e a inclusão de pessoa surda na equipe responsável pelo processo de ingresso, do planejamento à divulgação do conteúdo informacional, antes de se tornar pública. O estudo evidenciou que quando tutoriais e glossários bilíngues (Libras-Português) voltados ao acesso e uso de informações em portais digitais respeitam a forma de aprender e interagir da pessoa surda, como no caso do produto elaborado para esta pesquisa, estes contribuem para qualificar a acessibilidade e usabilidade de diferentes (in)formações, ampliam a possibilidade de inclusão de forma exitosa e contribuem para aumentar o repertório linguístico dessa pessoa, tanto em Libras quanto em português escrito. O estudo também demonstrou que processos cognitivos estimulados pelos recursos usados no produto educacional desenvolvido para a pesquisa, como a interpretação de conteúdo em Libras, agregada à legendagem em português e à imagem, instigam a construção de novos significados pela pessoa surda. Entretanto, o estudo também alerta para a ampliação do universo da pesquisa, visando corroborar ou refutar os resultados obtidos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Estudante Surdo. Acessibilidade Digital. Processo de inscrição. Produto Educacional.

ABSTRACT

From the perspective of the national educational policies that guide the promotion of accessibility and equal conditions to the right of deaf people to emancipation, it is necessary to reflect on the application process of this public to Vocational Education. Thus, the objective of this study is to investigate the accessibility of the application process of deaf students to High School in the Application and Candidate Portals of the Catarinense Federal Institute (IFC), and to propose, based on that result, a product that enhances accessibility and usability of those portals by that public. The research, a case study of applied nature, generated data through interviews with a deaf student at IFC, four civil servants involved in managing the application processes, a deaf professor at the institution, a translator-interpreter of Libras from the municipality of Sombrio and a specialist in audiovisual materials for deaf students from another federal institution. Data were analyzed qualitatively using Content Analysis as a methodological reference (BARDIN, 1977) and interpreted having the revived theoretical construct for the study as support. Data analysis indicates that the accessibility of the digital portals used for the application of deaf candidates to the IFC can be qualified by adding human and technical resources to the existing ones. Among them, the study points out to the replacement of the VLibras program by a human Libras translator-interpreter; the insertion of Libras window to the existing videos in the portal; a Libras tutorial for the application process, with images and subtitles in Portuguese written in simple language; a bilingual (Libras-Portuguese) glossary of technical terms related to the application process with the same characteristics of the bilingual tutorial videos developed for the present study; and the inclusion of a deaf person in the team responsible for the application process, from planning to dissemination of informational content, before it goes public. The study showed that when tutorials and glossaries aimed at accessing and using information on digital portals respect the deaf person's way of learning and interacting, as in the case of the product developed for this research, they contribute to qualifying accessibility and usability of different pieces of (in)formation, expand the possibility of successful inclusion, and contribute to increasing the linguistic repertoire of the deaf person, both in Libras and in Portuguese. The study also demonstrated that cognitive processes stimulated by the resources used in the educational product, such as the human interpretation of content in Libras, added to subtitling in Portuguese and images, instigate the construction of new meanings by the deaf person. However, the study also suggests to enlarge the research universe, aiming to corroborate or refute the results obtained.

Keywords: Vocational education. Deaf student. Digital accessibility. Application process. Educational Product.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Quantitativos de candidatos inscritos	27
Figura 02 - Mapa de abrangência institucional.....	30
Figura 03 - <i>Print screen</i> do Portal de Ingresso do IFC: Edital de Ingresso 73 e 78 /2020.....	37
Figura 04 - <i>Print screen</i> de vídeos em Libras do Edital de Ingresso de 2021....	38
Figura 05 - Portal do Candidato/IFC.....	39
Figura 06 - Portal do Candidato/IFC.....	39
Figura 07 - Desenho metodológico da pesquisa.....	74
Figura 08 - Esquema da Metodologia da Análise de Conteúdo.....	93
Figura 09 - Fluxograma do processo de inscrição no Portal de Ingresso.....	122
Figura 10 - Fluxograma do processo de inscrição no Portal do Candidato....	123
Figura 11 - Portal de Ingresso do IFC.....	126
Figura 12 - Ações Afirmativas	126
Figura 13 - Ações Afirmativas: baixa renda.....	127
Figura 14 - Ações Afirmativas: cotas raciais.....	127
Figura 15 - Ações afirmativas: pessoas com deficiência.....	128
Figura 16 - Portal de Ingresso do IFC	129
Figura 17 - Como se inscrever.....	129
Figura 18 - Vídeo: como se inscrever.....	130
Figura 19 - Portal do Candidato.....	130
Figura 20 - Dados pessoais do candidato.....	132
Figura 21 - Dados de contato do candidato.....	132
Figura 22 - Portal do Candidato/IFC.....	133
Figura 23 - Termo de Consentimento Livre e esclarecido.....	133
Figura 24 - Inscrições abertas.....	134
Figura 25 - Quadro de ofertas.....	134

Figura 26 - Escolha do critério de seleção.....	135
Figura 27 - Escolha de critério: Ampla Concorrência ou Ações Afirmativas..	135
Figura 28 - Declaração de Ciência e Finalizar inscrição.....	136
Figura 29 - Cadastro de Informações	
.....137	
Figura 30 - Estúdio do NuBi- IFC/CAS.....	141
Figura 31 - Menu do vídeo tutorial	
.....142	
Figura 32 - Organização dos vídeos na timeline.....	143
Figura 33 - Capturas de	
telas.....	144
Figura 34 - <i>Layout</i> de uma tela do tutorial	145
Figura 35 - Estrutura Básica do Tutorial Bilíngue no site	
.....146	
Figura 36 - Padrão RGB da marca IFC	148
Figura 37 - <i>GIFs</i> sinalizado do Menu.....	154
Figura 38 - Destaque em vermelho do vídeo Portal do Candidato.....	155
Figura 39 - <i>Comprovante de inscrição</i>.....	156
Figura 40 - Recursos de tolerância ao erro do usuário.....	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Artigos selecionados para leitura na íntegra.....	55
Quadro 02 - entrevista com a CGI.....	84
Quadro 03 - entrevista com a CECOM.....	85
Quadro 04 - entrevista com o NAPNE.....	86
Quadro 05 - entrevista com o NuBi.....	86
Quadro 06 - entrevista com a estudante surda e avaliação do tutorial.....	87
Quadro 07 - Resumo das percepções da estudante surda sobre o processo de ingresso nos portais em 2022.....	98
Quadro 08 - Resumo das percepções dos servidores-gestores sobre o processo ingresso nos portais em 2022.....	102
Quadro 09- Resumo das percepções da docente surda sobre o processo ingresso nos portais em 2022.....	111
Quadro 10 - Procedimentos para gravar janela em Libras.....	140

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

BR - Baixa Renda

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAS - Câmpus Avançado Sombrio

CECOM - Coordenação Geral de Comunicação

CEP - Código de Endereço Postal

CF - Constituição da República Federativa do Brasil

CGI – Coordenação Geral de Ingresso

CNS - Conselho Nacional de Saúde

COGEPE - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUPER - Conselho Superior

CPF - Certificado de pessoa física

CSS3 - Cascading Style Sheet

E-Mag - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico

EJA-EPT - Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

eMAG – Modelo de Acessibilidade Eletrônico

EMI – Ensino Médio Integrado

EP - Escola pública

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FIC - Formação Inicial e Continuada

GIF - Graphics Interchange Format

GT-AAAS - Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais

HTML - HyperText Markup Language

HU-Univasf - Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco

IES - Instituições de Ensino Superior

IF - Instituto Federal

IFC - Instituto Federal Catarinense

IFES - Instituto Federal do Espírito Santo

IFs - Institutos Federais

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

L1 - Primeira Língua

L2 - Segunda Língua

LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

LSE - Legendagem para surdos e ensurdecidos

MEC - Ministério da Educação

NAPNE - Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas

NPB - Núcleo de Produção Bilíngue

NuBi – Núcleo Bilíngue

PcD – Pessoa com Deficiência

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNP - Plataforma Nilo Peçanha

PPI - Preto, pardo e indígena

PRODIN - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos

PROEN - Pró-Reitoria de Ensino

PROFEPT - Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RG - Registro Geral

RGB - Sigla para sistema de cores Red, Green, Blue

SC - Santa Catarina/UF

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SETEC/MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Ministério da Educação

SIG - Sistema Integrado de Gestão

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

TAE - Técnica administrativa em educação

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TAM - Acordo de Metas e Compromissos

TAVA - Tradução audiovisual acessível

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TILS - Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais

TILSP - Tradutor-Intérprete Língua de Sinais e Português

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

W3C – World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	17
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.1.1 Justificativa de Escolha do Tema	19
1.2 OBJETIVOS	21
1.2.1 Objetivo Geral	21
1.2.2 Objetivos Específicos	21
CAPÍTULO 2: REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESVELANDO LEIS E CONCEITOS.	22
2.2 O IFC: DOCUMENTOS, HISTÓRIA E PROCESSOS DE INGRESSO	29
2.2.1 Documentos Norteadores e uma Pitada de História	29
2.2.2 O Processo de Ingresso	35
2.3 SUJEITO SURDO: CONCEITOS PRELIMINARES E EDUCAÇÃO	41
2.3.1 Conceitos Preliminares	42
2.3.2 Educação de Surdos	46
2.4 ACESSIBILIDADE DE PORTAIS DIGITAIS PARA O USUÁRIO SURDO: O CAMPO DO ESTUDO	53
2.4.1 O que diz a literatura sobre a acessibilidade de portais digitais para o usuário surdo?	56
CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	71
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	72
3.2 CONTEXTO E PARTICIPANTES	77
3.2.1 Contexto	77
3.2.2 Participantes	79
3.3 INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS	82
3.3.1 Procedimentos éticos da pesquisa	89
3.4 ANÁLISE DOS DADOS GERADOS	91
CAPÍTULO 4: QUAL A PERCEPÇÃO DA ESTUDANTE SURDA, DOS SERVIDORES-GESTORES E DA DOCENTE SURDA EM RELAÇÃO À ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DE SURDOS DO IFC?	97
4.1 QUAL A PERCEPÇÃO DA ESTUDANTE SURDA?	97
4.2 QUAL A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES COORDENADORES?	102
4.3 QUAL A PERCEPÇÃO DA DOCENTE SURDA DO NUBI/CAS?	111
CAPÍTULO 5: QUE DESENHO DE PRODUTO EDUCACIONAL PODE POTENCIALIZAR A ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES SURDOS ÀS VAGAS RESERVADAS PARA ELES?	115
5.1 PRODUTO EDUCACIONAL: CARACTERIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO	115
5.2 PRODUTO EDUCACIONAL: METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO	117
5.3 PRODUTO EDUCACIONAL: DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO	119
5.3.1 Produto educacional: fluxos do processo de inscrição	121

5.3.2 Produto educacional: roteirização dos vídeos	125
5.4 PRODUTO EDUCACIONAL: PRODUÇÃO E EDIÇÃO DOS VÍDEOS TUTORIAIS	138
5.5 A CRIAÇÃO DO SITE PARA HOSPEDAR OS VÍDEOS	144
5.6 PRODUTO EDUCACIONAL: PLANEJAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO	149
5.7 PRODUTO EDUCACIONAL: O PROCESSO DE INSCRIÇÃO COM APOIO DO TUTORIAL BILÍNGUE	153
5.8 PRODUTO EDUCACIONAL: A AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ESTUDANTE SURDA, DO DOCENTE SURDO E DO ESPECIALISTA EM AUDIOVISUAL	157
5.8.1 A avaliação da estudante surda sobre o tutorial bilíngue	157
5.8.2 A avaliação do especialista em audiovisual sobre o tutorial bilíngue	161
5.8.3 A avaliação da docente do NuBi/CAS surda sobre o tutorial bilíngue	163
CAPÍTULO 6: COMO POTENCIALIZAR A ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE SURDO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE?	167
6.1 COMO POTENCIALIZAR A ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE SURDO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE?	167
6.2 CONTRIBUIÇÕES, LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS	171
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICES	183
APÊNDICE 1: 1ª PRÉ-SELEÇÃO DO ESTADO DA ARTE	183
APÊNDICE 2: 2ª SELEÇÃO: ESTUDOS SELECIONADOS PARA LEITURA NA ÍNTEGRA	198
Pesquisa - Base Scientific Electronic Library OnLine (SciELO)	199
Pesquisa – Revista Educação Especial	200
Pesquisa – Portal de Teses e Dissertações - CAPES	200
Pesquisa – GOOGLE SCHOLAR	201
APÊNDICE 3 - TCLEs	203
APÊNDICE 4	209
APÊNDICE 5: CONVITE ELETRÔNICO AO PARTICIPANTE	209
ANEXOS	211
ANEXO 1: Parecer consubstanciado do CEP	211

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988 (CF/88), no artigo 205, define que a educação visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988) e é um direito de todos. Estabelece ainda a igualdade de condições de ingresso e de permanência na escola como um dos princípios do ensino (art. 206) e garante às Pessoas com Deficiência (PcDs)¹ o Atendimento Educacional Especializado (AEE) preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, inciso III).

Outras legislações brasileiras também visam assegurar e promover a educação em condições de igualdade. Entre elas temos a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI/PcD), que assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, incluindo a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Da mesma forma, a Lei nº 13.409/2016 garante a reserva de vagas nos processos seletivos para PcDs, dentre outros segmentos, para cada um dos cursos ofertados pelas Universidades e Institutos Federais (IFs).

Alinhado às leis brasileiras, o Instituto Federal Catarinense (IFC) tem como missão “promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica” (PDI, 2019, p.32). Para além da inclusão, seja ela garantia de direito pela legislação, ou descrita como missão da instituição de ensino, a acessibilidade em educação pressupõe proporcionar condições amplas de ensino, infraestrutura, atendimento ao estudante e práticas educacionais inclusivas, que inclui condições de acesso que antecedem à educação formal propriamente dita: os processos seletivos de ingresso às instituições de ensino.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a educação se efetiva por meio de ações que promovem o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Essas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para

¹ Embora entendamos que a pessoa surda não é deficiente, mas pertencente a uma cultura diferente da ouvinte, mantemos, neste texto, a expressão “Pessoa com Deficiência” (PcD), tendo em vista que é usada nas diferentes leis brasileiras para se referir às pessoas dessa cultura.

a promoção da acessibilidade arquitetônica, da comunicação, dos sistemas de informação, dos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser referenciais de acessibilidade, disponibilizadas nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Contudo, no IFC, as vagas disponibilizadas ao estudante surdo por meio de Ações Afirmativas estão ociosas², conforme dados do Registro Acadêmico da instituição, indicando necessidade de investigação desse fenômeno. Assim, este projeto de pesquisa pretende analisar a acessibilidade de dois portais digitais do IFC: o Portal de Ingresso e o Portal do Candidato, cuja finalidade é mediar o início do processo de seleção para o ingresso de estudantes surdos à instituição de forma autônoma e eficaz: o processo de inscrição nos referidos portais.

Entendemos que a leitura e compreensão das informações dadas em português no Portal de Ingresso, assim como a leitura, compreensão e digitação de dados em português no Portal do Candidato, além do conhecimento para navegar e usar ambos os portais digitais são competências que nem todos os estudantes surdos ou ouvintes têm. Assim, a partir dos resultados da investigação, o estudo visa propor alternativas para tornar os referidos portais mais acessíveis à pessoa surda, que poderá vir a beneficiar inclusive candidatos ouvintes.

Cabe ressaltar que, devido à limitação de tempo e a demanda da produção, implementação e avaliação de um produto educacional para o Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT - além da pesquisa, houve necessidade de um recorte no contexto e participantes do estudo a fim de torná-lo exequível.

Dessa forma, o contexto do estudo foi o Campus Avançado Sombrio (CAS), do IFC, e como participantes para a investigação da acessibilidade dos referidos portais a única estudante surda do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, servidores-gestores dos departamentos responsáveis pelas informações disponibilizadas nos portais e a docente surda que atua no Núcleo de Educação Bilíngue (NuBi) do CAS/IFC, e o especialista de recursos audiovisuais do Campus Palhoça Bilíngue, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

² Dado obtido por esta pesquisadora, servidora do IFC, que atua no Registro Acadêmico da instituição.

A partir desse recorte de pesquisa, buscou-se investigar a acessibilidade dos portais, visando ampliar as possibilidades de ingresso efetivo do público surdo ao Ensino Médio Integrado (EMI) do IFC, além de abrir possibilidades de promover políticas de inclusão e ampliar o paradigma da educação para todos na EPT.

A próxima seção aborda o tema e o problema de pesquisa com mais profundidade.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O estudo se insere no tema Educação Inclusiva, com foco no ingresso de estudantes surdos à EPT, mais especificamente, no processo de inscrição desse público nos Portais de Ingresso e do Candidato do IFC, primeiro passo para o acesso do estudante surdo à EPT. Considerando as questões anteriormente colocadas, chegamos à seguinte **pergunta de pesquisa**: “Como potencializar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense nos Portais de Ingresso e do Candidato?”

1.1.1 Justificativa de Escolha do Tema

O interesse em investigar os processos seletivos para ingresso de estudantes surdos no Ensino Médio Integrado do IFC deu-se pelo fato de a pesquisadora ter Síndrome de Usher, experienciando a surdez e a baixa visão, e de trabalhar como Técnica Administrativa em Educação (TAE) na secretaria do Campus Avançado Sombrio (CAS), do IFC. Como TAE na secretaria do campus, esta pesquisadora tem vivenciado a dificuldade de comunicação entre a instituição e o candidato surdo, e percebido que as vagas disponibilizadas a esse público, por meio de “Ações Afirmativas”, permanecem ociosas. Além disso, em conversa realizada com a tradutora-intérprete de Libras do município de Sombrio/SC, em 02 de maio de 2022, esta indicou que há, pelo menos, três estudantes surdos na educação básica, na

comunidade onde o CAS/IFC está inserido, potenciais estudantes da instituição. A tradutora-intérprete ainda informou que os estudantes e suas famílias desconhecem a instituição, seus cursos e processos de ingresso e estrutura de apoio a estudantes surdos. Agrega-se a essas questões o fato de haver escassez de estudos no viés de acessibilidade de surdos em portais digitais de inscrição na EPT, assunto este que será abordado no capítulo de revisão de literatura desta dissertação.

Assim, a presente investigação parte do pressuposto de que o acesso de pessoas surdas à EPT pode ser qualificado, tendo em vista que há carência de informação e orientação acessíveis para esse público nos Portais de Ingresso e do Candidato do IFC. Fatores estes que, possivelmente, criam barreiras ao acesso dessa população à EPT, porém não descartamos a possibilidade de também haver falhas no acesso, nos processos seletivos e na equidade de oportunidades de ingresso dessas pessoas à educação profissional.

Para este estudo, de natureza aplicada e de abordagem qualitativa dos dados, propomos os procedimentos técnicos do Estudo de Caso. Para verificar a relevância do estudo, fizemos inicialmente uma pesquisa bibliográfica, visando identificar as publicações da área onde o estudo se insere - Educação Inclusiva na EPT -, com foco em processos de ingresso de pessoas surdas nesse contexto, uma vez que estas são consideradas fontes estáveis de informação que contribuem para a elaboração de panoramas relevantes sobre determinado tema (GIL, 2002).

Nesse processo, foram pesquisadas a Base de Dados da CAPES, Periódicos CAPES, a base de dados do *Google Scholar*, da *SciELO* e a Revista Brasileira de Educação Especial, utilizando descritores relacionados ao tema do estudo. A investigação nessas bases de dados indicou que há escassez de estudos sobre processos seletivos com foco na inclusão do estudante surdo na EPT e com o recorte que propomos. Nesse sentido, esta pesquisa traz uma contribuição original e sinaliza a importância da realização de estudos similares que possam subsidiar e contribuir com o planejamento de outras pesquisas e políticas públicas sobre essa população.

1.2 OBJETIVOS

Assim, com o intuito de potencializar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense (IFC), visando fortalecer as políticas de inclusão e acessibilidade e alavancar a educação inclusiva na EPT, foram traçados os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo aos Cursos do Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense, e propor, a partir desse resultado, um produto educacional que potencialize o acesso e o uso desses portais pelo público surdo.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral do estudo, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a. Contextualizar historicamente a Educação Profissional e Tecnológica.
- b. Caracterizar o processo de ingresso do Instituto Federal Catarinense.
- c. Caracterizar o sujeito surdo e a educação desse sujeito.
- d. Especificar os recursos de acessibilidade em portais digitais para o sujeito surdo a partir do levantamento de estudo empíricos sobre o assunto.
- e. Descrever os recursos de acessibilidade nos portais digitais do IFC a partir da estudante surda e dos servidores.
- f. Desenvolver um produto educacional que potencialize o acesso de estudantes surdos por “Ações Afirmativas” nos portais de ingresso do Instituto Federal Catarinense, implementar e avaliar a eficácia do produto educacional desenvolvido.

Tendo apresentado a motivação para a presente pesquisa, o tema, o problema, os pressupostos do estudo, o objetivo geral e específicos, no Capítulo 2 apresentamos o referencial teórico da pesquisa.

CAPÍTULO 2: REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o referencial teórico da presente pesquisa. Para tanto, está organizado em quatro seções. Na primeira seção - Educação Profissional e Tecnológica (EPT) -, tendo em vista que o estudo proposto será desenvolvido no IFC, abordamos as bases teóricas da EPT. Na segunda seção - o IFC - adentramos na instituição, apresentando um pouco de sua história, discutindo seus documentos norteadores e processos de ingresso. Na terceira seção - o Sujeito Surdo -, caracterizamos esse sujeito e abordamos conceitos relacionados à sua cultura, além das leis brasileiras que regulamentam a Libras e questões de interesse deste estudo sobre a educação dessa população. Por fim, na quarta seção - o Estado da Arte -, apresentamos uma sistematização de pesquisas empíricas relacionadas ao tema deste estudo, no recorte temporal entre 2017 e 2021.

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DESVELANDO LEIS E CONCEITOS.

A Lei 11.892/2008, que trata da criação dos Institutos Federais (IFs), orientada para oferta de educação profissional, traz em seu artigo 2º que estes se caracterizam por instituições de ensino superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. Nesse sentido, os IFs são especializados em educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino, e têm autonomia para criar e extinguir cursos, em conformidade ao mencionado no inciso 3º do respectivo artigo, desde que em acordo com as características e finalidades do IF em questão. (BRASIL, 2008). Em relação às ofertas de curso, os IFs oferecem, em nível médio, cursos nas modalidades: integrado, concomitante, subsequente e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja); em nível superior, cursos de tecnologia, bacharelados/engenharias e licenciaturas, bem como a

pós-graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*). Nesse contexto, os IFs visam possibilitar aos estudantes a verticalização do ensino, do técnico ao doutorado, que apresentam características, em termos legais e organizacionais, diferenciadas. (BRASIL, 2008)

Analizando a criação dos IFs a partir de uma perspectiva histórico-política, podemos dizer que sua criação expressa uma proposta político-pedagógica inovadora e representa a possibilidade de enfrentamento à histórica dualidade educacional que marcou a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil (PACHECO, 2015). Em sua concepção de Educação Profissional, as ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas ao trabalho, à ciência e à cultura são compreendidas como indissociáveis para a formação humana. Por isso, os IFs defendem a formação do estudante por meio do diálogo e da participação em espaços democráticos que assegurem a integração dos saberes e a autonomia intelectual (PACHECO, 2015). Ainda segundo Pacheco (2010), a nova organização acadêmica, própria dos IFs, abarca a inovação a partir da relação entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Na proposta educacional dos IFs, o objetivo é unir a formação acadêmica à preparação para o trabalho no seu sentido histórico e ontológico. Na perspectiva de Saviani (2007), o ser humano se constitui como tal essencialmente pelo trabalho, enquanto produção da existência humana, assim como pelas relações sociais e culturais estabelecidas com outrem mediante um processo educativo. Sob essa perspectiva, para o autor, as dimensões trabalho e educação possuem uma relação com estreito vínculo ontológico-histórico na formação humana; contudo, os modos de produção correntes em determinado modelo de sociedade - capitalista - modificaram os sentidos de tal relação.

Para Saviani (2011), a partir da apropriação privada da terra e dos meios de produção, assim como da mudança das relações de produção comunitárias para relações de poder, dominação e exploração deu-se a separação da sociedade em classes dominantes e dominados, e, conseqüentemente, a divisão social do trabalho e da educação. Nesse sentido, argumenta o autor, na sociedade capitalista “[a] educação é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho,

bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (SAVIANI, 2011, p. 29). Todavia, pelo fato de a estrutura dessa sociedade ser baseada na acumulação de mercadorias, gerando a conversão da força de trabalho dos membros da classe trabalhadora também em mercadoria, que é vendida em troca de salário para os donos dos meios de produção, essa exigência de educação para o trabalho denota uma perspectiva dual (SAVIANI, 2014).

A educação diretamente articulada ao trabalho, conforme Kuenzer (1991), se estrutura como um sistema paralelo ao ensino regular, constituindo desde o início “[...] a dualidade estrutural entre teoria e prática e uma formação hierarquicamente diferenciada, uma formação para os pobres atuarem no sistema produtivo e uma escola para a elite dirigente” (p. 6). Para o autor, uma sociedade que é desigual na sua estrutura, baseada na exploração do trabalho, possui barreiras que dificultam e até impedem a classe trabalhadora de ter acesso, não só aos bens materiais e culturais, mas também aos bens públicos, prometidos na forma de direitos pelo Estado Democrático, como é o caso da educação.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 43) “[...] o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a travessia para uma nova realidade” de modo que, inspirada nos conceitos de politecnia e formação omnilateral, a perspectiva da formação integral caracteriza um movimento dialético para impulsionar a produção de novos sentidos e significados no âmbito da escola.

No que tange ao conceito de formação omnilateral, Frigotto e Ciavatta (2012) enunciam:

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 265).

Já sobre educação politécnica, Ramos (2008) tece as seguintes considerações:

Uma educação dessa natureza [EPT] precisa ser politécnica; isto é, uma educação que, ao propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida. Esse caminho é o trabalho. O trabalho no seu sentido mais amplo, como realização e produção humana, mas também o trabalho como práxis econômica. (RAMOS, 2008, p.2)

Em outras palavras, ao propor uma formação integral, a EPT pretende viabilizar não apenas o acesso ao conhecimento e à cultura produzidos pela humanidade a seus estudantes, mas também capacitá-los para tomar decisões conscientes na produção da vida através do trabalho, realizando-se como sujeito por meio da sua produção.

Nessa perspectiva, Saviani (2007, 2011, 2014) argumenta que a escola é a forma mais desenvolvida de educação por ofertar acesso ao conhecimento elaborado de maneira sistematizada, que possibilita o alcance da consciência coletiva da necessidade de transformação da sociedade a fim de romper com a divisão estrutural, tanto do trabalho quanto da educação, constituindo, assim, uma formação não pela lógica do capitalismo, que transfere para o âmbito educacional a dinâmica de mercado, mas pela lógica dos sujeitos, visando formar cidadãos capazes de compreender sua realidade, criticá-la e agir autonomamente sobre ela.

Ainda referente à EPT, Frigotto (2010) salienta que está pautada na perspectiva de projetos que “[...] postulam uma educação unitária, universal, gratuita, laica e politécnica [...]” (FRIGOTTO, 2010, p. 27), preferindo, assim, propostas de ensino que visam à emancipação intelectual e a criticidade dos estudantes. Entretanto, consideramos que essa transformação só se dará por meio do acesso de todas as pessoas, sem restrição, aos conhecimentos construídos histórica e socialmente pela humanidade.

O tema do acesso irrestrito a todos no ambiente escolar, seja na Educação Básica seja na educação Superior no Brasil é controverso, em especial quando olhamos de perto as políticas e as práticas escolares às quais foram (e em muitos casos ainda são) submetidas pessoas com necessidades específicas para aprender e interagir com o mundo ao seu redor, como os surdos, por exemplo. Segundo Mantoan (2003), para a escola realmente ser inclusiva e atender de fato às demandas da atualidade, há necessidade de uma reviravolta:

Essa reviravolta exige, em nível institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes — iguais X diferentes, normais X deficientes — e, em nível pessoal, que busquemos articulação, flexibilidade, interdependência entre as partes que se conflitavam nos nossos pensamentos, ações e sentimentos. Essas atitudes diferem muito das que são típicas das escolas tradicionais em que ainda atuamos e em que fomos formados para ensinar. Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. (MANTOAN, 2003, p.15)

A concepção de educação inclusiva expressa na citação acima vem sendo tecida de diversas formas no Instituto Federal Catarinense (IFC). No Acordo de Metas e Compromissos (TAM) entre a SETEC/MEC e o IFC, por exemplo, celebrado para fins de estruturação, organização e atuação dos IFs, foi estabelecido o compromisso “com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência gestão democrática” (BRASIL, 2010, p.2). Além disso, foi estabelecido o compromisso “com a diversidade, com a redução das barreiras educativas e com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas, que implica a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (BRASIL, 2010, p.2). Foi estabelecido também o desenvolvimento de “programas de apoio [...] que promovam a adoção de políticas afirmativas, democratização do acesso, a permanência e êxito [...] e a inserção sócio-profissional, tendo como pressuposto a inclusão de grupos em desvantagem social” (BRASIL, 2010, p.5).

Com relação a esses compromissos, mais especificamente à oferta de vagas pelo sistema de Ações Afirmativas³, o IFC segue em seus processos seletivos o que está estabelecido na Lei nº 12.711⁴, de 29 de agosto de 2012, e na Lei 13.409⁵, de 28 de dezembro de 2016, (IFC, 2021). Nesse sentido, no último edital 73/2020 do IFC, das 120 vagas ofertadas para o Campus Avançado Sombrio, 50% (60 vagas) foram destinadas aos candidatos oriundos de escolas públicas, sendo que destas,

³ Ações afirmativas são políticas públicas feitas com o objetivo de corrigir desigualdades presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos, mais conhecidas como cotas. Nos processos seletivos, o IFC segue o que está estabelecido nas Leis nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, com relação à oferta de vagas pelo sistema de Ações Afirmativas. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/category/acoes-afirmativas-cotas/acoes-afirmativas-o-que-e/> Acesso em: 27 set. 2021.

⁴ Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

⁵ Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

50% (30) para candidatos de baixa renda (renda *per capita* de até 1,5 salários-mínimos).

A figura 1 a seguir apresenta um recorte do quantitativo de candidatos inscritos em cada ação afirmativa e na ampla concorrência, conforme descrito acima. Em seguida, são listados, para cada curso ofertado, o quantitativo de candidatos inscritos e suas respectivas Ações Afirmativas, selecionadas no ato de inscrição do Campus Avançado Sombrio, de acordo com a consulta realizada à Plataforma Nilo Peçanha (PNP) 2020 (ano base 2020).

Figura 1: Quantitativo de candidatos inscritos



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em

<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 27 set. 2021.

Das 30 vagas para baixa-renda, no Campus Avançado Sombrio, houve uma subdivisão: 6 para candidatos “PPI” (pretos, pardos e indígenas) e Pessoa com deficiência (PcD)⁶ e 24 para candidatos “Não PPI” e Pessoa com deficiência (PcD).

⁶ A pessoa com transtorno do espectro autista, de acordo com art. 1º, § 2º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, foi incluída como PcD. (IFC, 2021)

(IFC, 2021). As outras 30 vagas para alunos oriundos de escolas públicas foram destinadas aos candidatos de qualquer renda, respeitando a mesma subdivisão: 6 vagas para candidatos “PPI” e Pessoa com deficiência (PcD) e 24 para candidatos “Não PPI” e Pessoa com deficiência (PcD). (IFC, 2021). Quanto às 60 vagas restantes (50% do total), destinaram-se aos candidatos da ampla concorrência (IFC/RELATÓRIO DE INGRESSO, 2021).

Cabe destacar ainda que, de acordo com a Ação Afirmativa para PcDs, foco de interesse deste projeto de pesquisa, podem se inscrever nos cursos do IFC pessoas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, as quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme artigo 2º da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Para isso, o candidato inscrito nessa Ação Afirmativa deverá apresentar laudo médico ou formulário PcD preenchido (disponível no Portal de Ingresso do IFC), atestando que ele se enquadra no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, atualizado pelo art. 5º, § 1º, inciso I, do Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, ou no art. 1º, § 1º, incisos I e II, e § 2º, da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Cabe lembrar que, para se inscrever nessa ação, o candidato precisa ter estudado integralmente em escola pública. (IFC, 2021).

Por fim, a título de ilustração, o ingresso aos Cursos Técnicos de Nível Médio ofertados pelo IFC, na forma Integrada ao Ensino Médio, ocorre por meio do Exame de Classificação, que corresponde a uma prova com questões objetivas (IFC, 2019). Anualmente, são disponibilizadas 80 vagas para o Curso Técnico em Informática e 40 vagas para o Curso Técnico em Hospedagem do Campus Avançado Sombrio (IFC, 2021), contexto referência deste projeto de pesquisa.

Nesta seção apresentamos alguns conceitos basilares da EPT, demos uma breve pincelada em como a questão da inclusão vem sendo tecida em acordos, documentos e políticas, especialmente por meio de Ações Afirmativas. Apresentamos ainda um recorte do quantitativo das vagas para PPIs e PcDs no IFC, com foco no Campus Avançado Sombrio, no ano-base 2020, visando atender à política nacional de inclusão irrestrita. Por último, apresentamos brevemente a forma como ocorre o ingresso de estudantes ao Campus Avançado Sombrio. Na

sequência, adentramos um pouco mais no IFC, apresentando um pouco de sua história, discutindo seus documentos norteadores e processos de ingresso.

2.2 O IFC: DOCUMENTOS, HISTÓRIA E PROCESSOS DE INGRESSO

Como abordado anteriormente, os IFs trouxeram para a Rede Federal de Educação novas perspectivas para a questão do acesso ao ensino público; são locais onde convergem experiências do mundo do trabalho, de pesquisas tecnológicas e práticas inovadoras de cunho político e social, e buscam integrar teoria e prática, visando um processo de formação integral do ser humano, independentemente de sua condição social ou necessidades específicas: “uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.” (MANTOAN, 2003, p.15). Nesta seção apresentamos os documentos norteadores da instituição, um pouco de sua história e os processos de ingresso.

2.2.1 Documentos Norteadores e uma Pitada de História

O Estado de Santa Catarina possui dois IFs trabalhando com a perspectiva de educação profissional: o de Santa Catarina (IFSC), com 22 campi, e o Catarinense (IFC)⁷, com 15, que ofertam cursos de educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação – *lato e stricto sensu*.

O IFC é uma autarquia federal vinculada ao MEC por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O principal documento norteador da instituição atualmente é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Nesse documento, é possível observar a

⁷ Por ser nosso contexto de estudo e trabalho, adentramos apenas nos detalhes dessa instituição de ensino federal.

proposta de o IFC constituir-se no diálogo com a comunidade externa e por meio da gestão democrática, buscando soluções para demandas locais e regionais, fortalecendo seu compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos/as.

Nesse documento também são apresentadas sua missão e visão. No que se refere à missão, o IFC visa “proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional” (PDI, 2019, p. 32). Já sua visão é “ser referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã” (PDI, 2019, p. 32).

A missão do IFC está em consonância com as finalidades da Lei de Criação dos Institutos Federais, em especial no que se refere ao Inciso IV do Art. 6º da Lei, o qual preconiza “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal” (BRASIL, 2008). A proposta, portanto, é formar profissionais capazes de se adequarem às mudanças do mundo do trabalho e, indo além do ensino de ofícios, propiciar uma articulação entre o ensino técnico e o científico.

Como mencionado anteriormente, o IFC possui atualmente 15 campi, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além da Reitoria instalada na cidade de Blumenau, conforme ilustrado na figura 2. (PDI, 2019, p. 20).

Figura 2: Mapa de abrangência institucional



Fonte: Portal IFC. Disponível em: <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/> Acesso em: 20 set. 2021.

Portanto, a partir da estrutura multicampi e autônoma que caracteriza os IFs enquanto rede e do seu compromisso com a abrangência de suas ações em atendimento ao processo de interiorização da rede, é que se instituíram os campi no âmbito do IFC. E o processo de consolidação do projeto de implantação do IFC Campus Avançado Sombrio, referência deste projeto de pesquisa, está representado na figura com o número 15, localizado na Av. Prefeito Francisco Lummertz Júnior, 930, no município de Sombrio – SC, região Sul Catarinense. Mas vamos ao seu processo de criação.

Em 05 de abril de 1993, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, com o objetivo de atuar como uma unidade de ensino descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, tendo sido transformada em autarquia federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº 8.731, e entrou em funcionamento em 28 de março de 1994. Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Sombrio.

Apesar de carregar o nome de Sombrio, a sede do campus ficava localizada no município de Santa Rosa do Sul, que foi emancipado após a criação da escola. Também em meados de 2008 foi criada a unidade descentralizada urbana, denominada, inicialmente, Núcleo Avançado de Sombrio e, posteriormente, Unidade Urbana de Sombrio. A partir da expansão da Rede Federal, através da Portaria nº 505/2014 do Ministério da Educação, passa a ser denominado Campus Avançado Sombrio, conforme a Portaria/MEC 1.074/2014.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Avançado Sombrio é “IF Campus Avançado – 20/13”. Desse modo, o movimento de criação desse campus busca apresentar soluções técnicas para os arranjos produtivos locais, proporcionando o acesso e gerando novas tecnologias a partir da

formação do jovem que cursa o ensino médio integrado ao curso técnico de informática e de hospedagem, fomentando as carreiras de nível superior com cursos de Tecnólogo em Gestão de Redes de Computadores, Tecnólogo em Gestão de Turismo e Licenciatura em Matemática. Além dos cursos regulares, também são ofertados cursos nas modalidades de Formação Inicial e Continuada – FIC, e desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão ligadas a projetos concebidos pelo corpo de servidores da instituição.

Quanto ao ingresso discente, o IFC segue um conjunto de legislações e normas visando garantir o direito dos cidadãos ao ingresso na educação pública, gratuita, igualitária, universal e de qualidade nos níveis básicos e superiores de graduação, por meio de processos seletivos. Os processos seletivos seguem regras e etapas que são publicizadas, possibilitando que todos tenham acesso às informações e contribuindo, dessa forma, para a democratização das condições de ingresso na educação pública dos estudantes.

Os processos seletivos de níveis básico e superior de graduação possuem vagas reservadas por meio de Ações Afirmativas, de forma a oportunizar o acesso amplo e igualitário para os diversos segmentos da sociedade. Além disso, existem Ações Afirmativas próprias, que contribuem para a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais no âmbito de atuação do IFC, garantindo mais uma maneira de democratizar as condições de acesso. Os processos seletivos são unificados tanto na sua aplicação quanto nos critérios de seleção. A atuação integrada para planejamento, execução e avaliação dos processos com os diversos setores da reitoria e campi contribui para essa unidade.

Ainda no âmbito do ingresso de estudantes e servidores com necessidades específicas, destacam-se ações a fim de garantir condições especiais de prova para os candidatos de concursos e processos seletivos. Nesse sentido, há a realização de avaliação de equipe multiprofissional no ingresso de servidores com deficiência, buscando conhecer as necessidades destes, para posterior orientação às unidades de lotação, quanto às adaptações necessárias para garantir a acessibilidade. Há também orientações e encaminhamentos sobre o processo seletivo discente, em especial quanto à inscrição dos candidatos, às solicitações de condições especiais

para a realização da prova e os procedimentos para matrícula, de forma a facilitar o primeiro contato desses estudantes e suas famílias com a instituição.

Além da acessibilidade arquitetônica, o IFC empenha-se em reduzir as barreiras atitudinais. Para tanto, são organizados e promovidos eventos de sensibilização e conscientização pelos NAPNEs (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) da instituição. Também é elaborado, pelo NAPNE/Reitoria, um relatório anual dos NAPNEs dos campi do IFC, com a finalidade de levantar informações para garantir o acesso às pessoas com necessidades específicas.

Segundo a Resolução nº 33/2019 - Consuper, que dispõe sobre a Política Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (IFC), orienta ações de promoção da inclusão, diversidade e os direitos humanos, para o acompanhamento e suporte da comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, sexualidade, necessidades específicas ou de outras características individuais, coletivas e sociais. (IFC, RESOLUÇÃO 33, 2019). No art. 15, a Resolução 33/2019 entende que o NAPNE é um núcleo voltado para o fomento a estudos das questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, e desenvolvimento de ações de inclusão e quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas. (IFC, RESOLUÇÃO 33, 2019). Informa também que é um órgão de natureza propositiva e consultiva, têm como atribuições “propor políticas de acesso, permanência e êxito, de modo a atender, aconselhar e acompanhar, forma transversal e interdisciplinar, pessoas com deficiência e necessidades específicas que se encontrem em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional”. (IFC, RESOLUÇÃO 33, 2019).

Dentre seus objetivos, o NAPNE ainda contribui para “promover a inclusão, o respeito à diversidade e aos direitos humanos no âmbito do IFC, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e éticos”. (IFC, RESOLUÇÃO 33, 2019). E ainda nesse sentido, “zelar pela reserva de vagas (cotas) para pessoas com deficiência, negros, remanescentes de quilombos, aldeados e indígenas nos processos seletivos de ingresso e concursos públicos do IFC” (IFC, RESOLUÇÃO 33, 2019), além de assessorar outros setores dos campi

na promoção da acessibilidade de forma extensiva a toda a comunidade escolar (IFC, RESOLUÇÃO 33, 2019)

Além dos NAPNEs, o IFC conta com o Núcleo Bilíngue Libras – Língua Portuguesa (NuBi), voltado para o atendimento às pessoas surdas da instituição. O NuBi se caracteriza como um núcleo destinado a promover condições igualitárias de acesso e permanência às pessoas surdas na instituição, contribuindo para sua inclusão social e acadêmica, por meio da garantia do seu direito linguístico. (IFC, RESOLUÇÃO 06, 2019). No sentido de garantir o acesso e o direito linguístico, segundo a Resolução 06/2019, o art. 6º regulamenta as atividades relacionadas à edição de imagens e vídeos da seguinte forma:

- I. Auxílio no preparo e manuseio dos equipamentos necessários para a produção dos vídeos demandados ao NuBi;
- II. Realização da edição dos vídeos e imagens produzidos pelos membros do NuBi de acordo com as normas estabelecidas pela Coordenação Geral de Comunicação do IFC (CECOM). (IFC, RESOLUÇÃO 06, 2019).

Pelo exposto, pode-se inferir que o IFC tem infraestrutura, regulamentos e resoluções, além de recursos humanos que podem dar conta de atender as especificidades de estudantes surdos no que tange aos procedimentos de ingresso na instituição. Na sequência, detalhamos o processo de ingresso no IFC, com ênfase no processo de inscrição do estudante surdo, buscando compreender seus meandros.

2.2.2 O Processo de Ingresso

Conforme o Relatório de Ingresso dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (IFC, 2021), a seleção de estudantes ingressantes no IFC é regulamentada pelo Regulamento do Processo de Ingresso Discente dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal Catarinense⁸, aprovado pela Portaria Normativa 05/2019 - CONSEPE⁹. Como qualquer processo seletivo, o do IFC exige preparação

⁸ Disponível em <https://ingresso.ifc.edu.br/category/perguntasfrequentes/ingresso/regulamento-ingresso/> Acesso em: 20 set. 2021.

⁹ Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Disponível em: <https://consepe.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/39/2020/08/PORTARIA-NORMATIVA-N%c2%ba-04.2020.pdf> Acesso em: 20 set. 2021.

e organização com meses de antecedência, antes mesmo da publicação do edital regulamentador, no qual participam diferentes departamentos de diferentes instâncias administrativas.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), dirigida por um(a) pró-reitor(a) nomeado(a) pelo(a) reitor(a), conforme regimento geral, é o órgão executivo que promove a integração entre a Reitoria e os campi, o desenvolvimento dos servidores, a coordenação dos processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional, a sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico, e que planeja e coordena as atividades relacionadas ao ingresso, à gestão de pessoas, à tecnologia da informação e à infraestrutura. (PDI, 2019, p.111).

De acordo com o Regulamento do Processo de Ingresso Discente dos Cursos Técnicos e de Graduação (IFC, 2019, p. 04), cabe à Coordenação-Geral de Ingresso (CGI/PRODIN) a coordenação e a execução dos processos seletivos discentes, em conjunto com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, (CONSEPE), estabelecer procedimentos e normas para os processos de ingresso nos cursos de graduação, técnicos de nível médio, processos de transferência.

Ainda conforme o referido regulamento, a CGI tem como responsabilidades, além de elaborar os editais de ingresso, planejar, coordenar e avaliar a elaboração, organização, aplicação, divulgação dos resultados dos processos de ingresso discente, e sua posterior avaliação, em articulação com os *campi* e demais setores da Reitoria.

Quanto aos resultados dos processos de ingresso, o regulamento estabelece que cabe à CGI:

- IX. Revisar, organizar, normatizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados ao ingresso discente e aos concursos públicos do IFC;
- X. Prestar apoio e assessoria aos *campi* em assuntos relativos ao ingresso discente e de servidores;
- XI. Elaborar e divulgar, anualmente, estudos e relatórios sobre os processos de ingresso;
- XII. Supervisionar o Portal do Ingresso em conjunto com a CECOM.
- XIII. Solicitar designação de Comissão responsável pela realização de Concurso Público e de Processo Seletivo Discente, além de presidi-las e coordená-las. (IFC/REGULAMENTO PROCESSO INGRESSO DISCENTE, 2019, p.4)

Aprofundando a questão do Processo Seletivo de Ingresso Discente no IFC, este ocorre anualmente e trata-se de uma forma de classificação dos estudantes que se candidatam às vagas nos cursos técnicos ou superiores ofertados pela instituição. Para os Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados ao Ensino Médio, o acesso se dá por processo de ingresso próprio, respeitando a legislação vigente, sendo processo regular¹⁰ por meio de edital único publicado pela CGI.

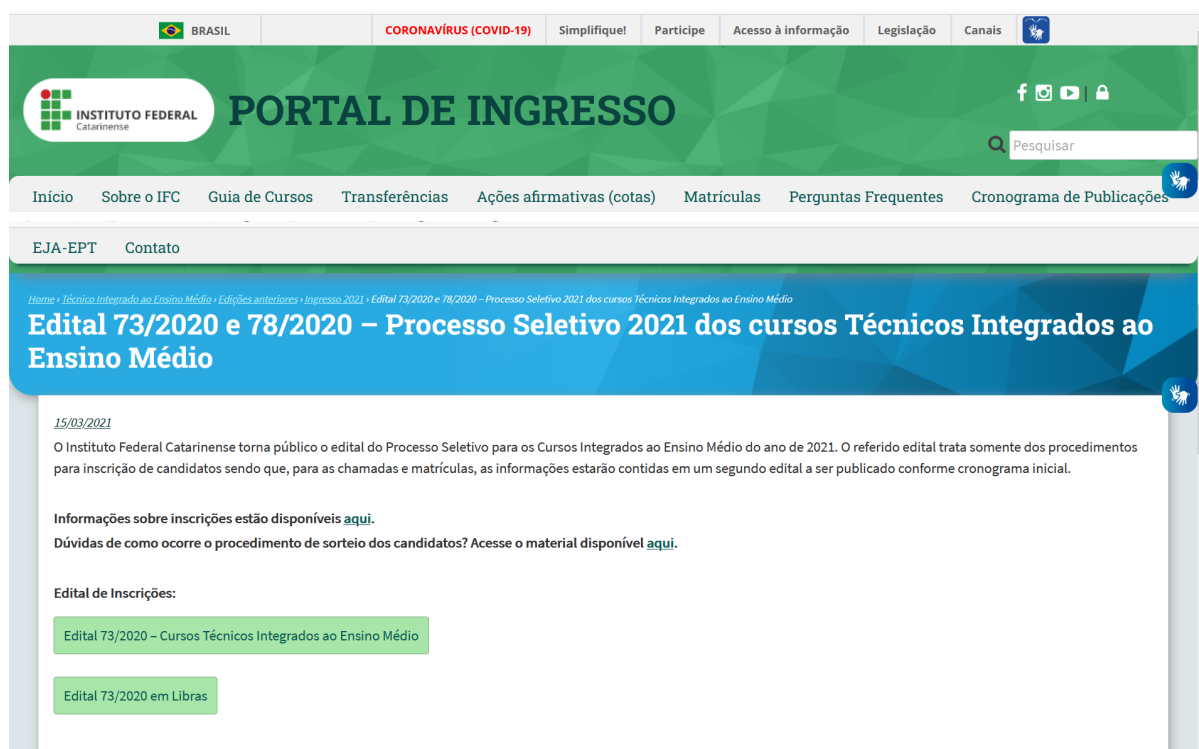
Os cursos e a quantidade de vagas disponíveis para cada um dos processos seletivos são informados à CGI pela PROEN. Cabe à PROEN instituir a Comissão Institucional para Elaboração da Prova do Processo Seletivo Discente para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. A Comissão do Processo Seletivo Discente é subdividida em subcomissões, a citar: provas, comunicação, necessidades específicas, tecnologia da informação, chamadas e matrícula.

Na subcomissão de comunicação, a Coordenação-Geral de Comunicação (CECOM) é o órgão que tem por finalidade básica fortalecer e assessorar a gestão, criar, coordenar e propor medidas para consolidar a comunicação institucional, atuando, assim, na construção de uma imagem de marca forte e garantindo à sociedade o acesso às atividades institucionais de forma transparente, imparcial e impessoal. (PDI, 2019, p.113). Nesse sentido, a CECOM é responsável por divulgar o processo seletivo, publicar informações acerca do processo seletivo no Portal de Ingresso nas redes sociais e em outras mídias e gerenciar o Portal de Ingresso.

De acordo com o Regulamento do processo de Ingresso Discente dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal Catarinense (2019), essa seleção é estruturada de forma unificada, envolvendo todos os campi do IFC e abrangendo um calendário único, com as respectivas etapas: divulgação, isenção, inscrição, prova, resultado e matrícula. As etapas, informações e manuais para o processo seletivo são colocadas no Portal de Ingresso durante período definido em edital, conforme ilustra a figura 3, e no Portal do Candidato, apresentado na sequência.

Figura 03: *Print screen* do Portal de Ingresso do IFC: Edital de Ingresso 73 e 78/2020

¹⁰ Entende-se por processo regular o edital de processo seletivo que visa preencher as vagas novas de cada ano letivo.



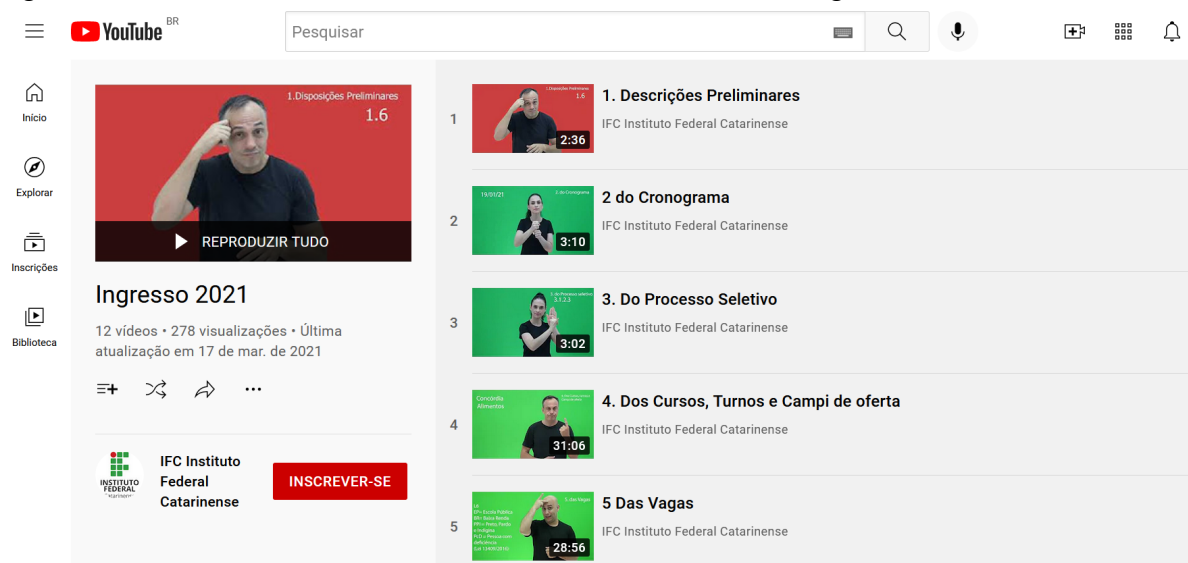
Fonte: Disponível em:

<https://ingresso.ifc.edu.br/2021/03/15/edital-73-2020-processo-seletivo-2021-dos-cursos-tecnicos-integrados-ao-ensino-medio/> Acesso em: 05 out. 2021.

Ainda, o edital de inscrições abrange informações de diferentes naturezas, a citar: 1) das disposições preliminares; 2) do cronograma; 3) do processo seletivo; 4) dos cursos, turnos e campi de ofertas; 5) das vagas; 6) das inscrições; 7) da classificação; 8) dos resultados; 9) do processo de matrícula; 10) das disposições finais; e dos anexos, que são viabilizadas por meio de *links* e *hiperlinks*, levando o estudante/candidato a textos âncoras com informações fundamentais para sua participação no processo seletivo descrito no edital em tela.

Cabe ressaltar também que tanto o Portal de Ingresso quanto o Portal do Candidato têm recursos de acessibilidade em Libras, como o aplicativo VLibras, um programa que traduz um texto escrito em português para Libras, usando um avatar para esse fim. Vale lembrar que, para o Edital de Ingresso de 2021, o IFC viabilizou acessibilidade por meio de vídeos traduzidos por tradutores-intérpretes de Libras, que foram postados no canal institucional no YouTube. A figura 4 ilustra um recorte do que aqui foi descrito.

Figura 04: *Print screen* de vídeos em Libras do Edital de Ingresso de 2021



Fonte: Disponível em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLCkLui4Su4bnjuPSoKt5fVMdD2zbHhMz->
Acesso em 05 out. 2021.

Assim, de forma geral, para realizar sua inscrição nos cursos do IFC, o estudante/candidato deve acessar o Portal de Ingresso, ler todas as informações postadas, inclusive o Edital de Ingresso, e realizar sua inscrição no Portal do Candidato. Para auxiliar no processo de inscrição, são disponibilizados tutoriais explicativos para que o interessado em participar do processo possa concluir sua inscrição.

Pelo exposto, concluímos que o processo de inscrição aos cursos do IFC ocorre exclusivamente no formato digital através de dois Portais, o de Ingresso e o do Candidato¹¹, onde são colocadas todas as informações necessárias para instruir o estudante ao longo do processo, que demanda minimamente letramento digital por parte do estudante, ou seja, que ele tenha conhecimento para acessar, navegar e usar as plataformas digitais da instituição, além de conhecimento de termos específicos do processo de ingresso/inscrição. A figura 5 ilustra o Portal do Candidato.

Figura 05: Portal do Candidato/IFC

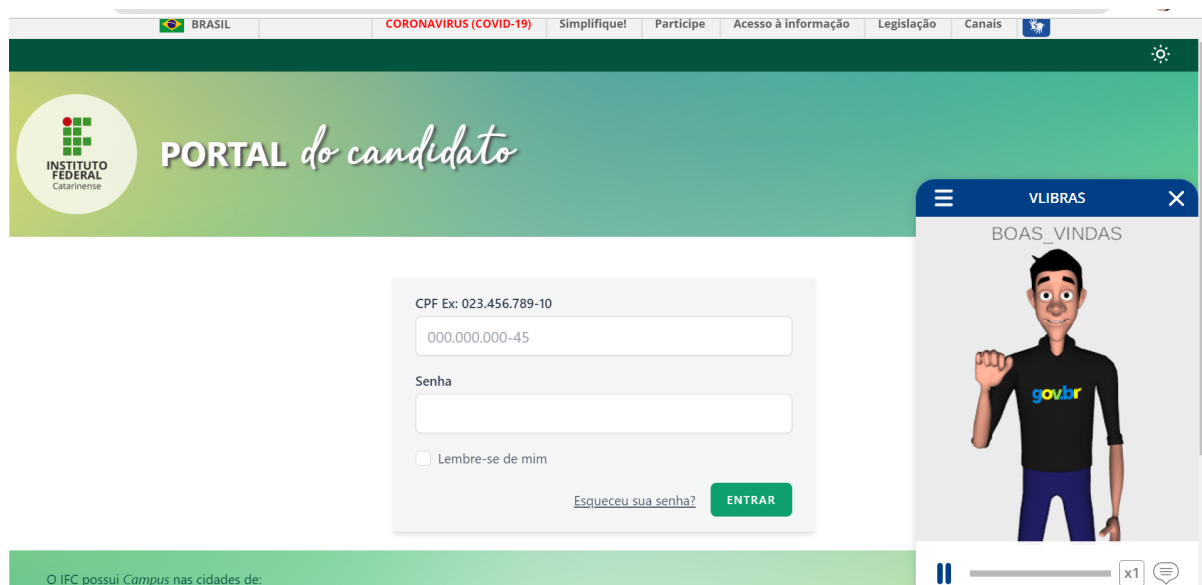
¹¹ Para maiores informações, visite o Portal do Candidato em: <https://candidato.ifc.edu.br>



Fonte: Portal do Candidato/IFC. Disponível em: <https://candidato.ifc.edu.br/> Acesso em: 05 out. 2021.

Como mencionado anteriormente, para auxiliar estudantes/candidatos surdos na navegação de ambos os portais, o IFC usa o Programa VLibras do Governo Federal, que traduz termos e expressões para Libras, visando à compreensão e interação desse público com as plataformas e a conclusão de sua inscrição. Para isso, o estudante/candidato surdo clica no ícone referente a Libras, passa o *mouse* sobre a informação que deseja e o programa a traduz, como ilustra a figura 6.

Figura 06: Portal do Candidato/IFC



Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLCKLui4Su4bnjuPSoKt5fVMdD2zbHhMz-> Acesso em 05 out. 2021.

Como ilustram as figuras acima, o IFC disponibiliza ao candidato/estudante o Portal de Ingresso e do Candidato, um meio digital com todas as informações centralizadas. A acessibilidade ao conteúdo é viabilizada ao candidato/estudante surdo por meio de vídeos traduzidos para a Libras e tutoriais. Nesse sentido, pode-se dizer que a acessibilidade do estudante/candidato surdo ao conteúdo necessário para sua inscrição e participação no processo de ingresso, assegurada por lei, está garantida. Entretanto, esse tipo de ferramenta de comunicação com o público externo demanda do usuário letramento digital e competência linguística. Em outras palavras, o usuário deve saber navegar nos referidos portais e dominar o português escrito e/ou a Língua de Sinais, no sentido de que a compreensão do que lê no edital ou vê nos vídeos e tutoriais o leve a interagir com a ferramenta, fazendo escolhas e inserindo informações que viabilizem a conclusão do processo com êxito.

Contudo, estudos culturais recentes sobre a pessoa surda¹², a exemplo de Da Silva e Oliveira (2020), Quadros (2006, 2012), Skliar (1997), Silva e Silva (2016), Silveira e Silva (2021), entre outros, sinalizam que a tradução de textos em português para a Libras é uma compreensão muito rasa das características da cultura surda e da realidade dos surdos brasileiros e que, por diferentes motivos, nem toda pessoa surda tem Libras como sua primeira língua (L1) ou o português escrito como sua segunda língua (L2) ou é letrado digitalmente. Dessa forma, além da tradução do Edital de Ingresso para Libras, como já é feito pelo IFC, e da tradução do Portal de Ingresso e do Portal do Candidato para Libras, há necessidade de explicar termos específicos de editais e dos portais, que não fazem parte do vocabulário regular do estudante/candidato surdo, e de como navegar nos portais institucionais para que a acessibilidade do processo de inscrição seja equitativa a esses estudantes.

Acreditamos que um glossário com termos específicos de editais de ingresso e dos portais, agregado a um tutorial do passo a passo do processo de inscrição do estudante surdo, focado nas Ações Afirmativas - Reserva de Vagas para PcDs -, que inclui o sujeito surdo, devem anteceder o acesso aos vídeos em Libras e tutoriais já existentes; caso contrário, as vagas disponibilizadas para PcDs

¹² Esse assunto será abordado com maior profundidade na próxima seção desta dissertação.

continuarão ociosas, como temos identificado no CAS/IFC, além de gerar a ideia equivocada de que não há pessoas surdas na região onde o referido campus está inserido.

Tendo apresentado o processo inicial de ingresso no IFC - a inscrição do candidato surdo - e a acessibilidade dos portais institucionais criados para esse fim, na próxima seção adentramos à complexidade do universo da pessoa surda, visando entender suas necessidades e especificidades para, então, sugerirmos uma forma de acesso mais equitativa aos processos de inscrição dessas pessoas por meio do Produto Educacional criado para a pesquisa: Tutorial Bilíngue (Libras - Português) do processo de inscrição do estudante surdo, cujo objetivo é potencializar a compreensão do processo e das informações nos portais da instituição para este fim e, por conseguinte, sua inscrição com sucesso.

A próxima seção aborda alguns conceitos preliminares sobre a surdez e as especificidades de o sujeito surdo aprender e interagir no mundo, buscando entender quem é esse sujeito e, assim, iluminar a criação do produto educacional.

2.3 SUJEITO SURDO: CONCEITOS PRELIMINARES E EDUCAÇÃO

Historicamente, no Brasil, a pessoa surda tem sido socialmente percebida pelo viés da “deficiência”, termo advindo da área da saúde, que classifica a pessoa surda pelo grau de surdez e pela perda sensorial da audição. Entretanto, a comunidade surda e os Estudos Culturais percebem o sujeito surdo pelo viés da “diferença”. Nesta seção, apresentaremos alguns conceitos preliminares, buscando desvelar a complexidade do tema no cenário brasileiro, e a educação de surdos a partir da legislação e dos Estudos Culturais.

2.3.1 Conceitos Preliminares

Segundo Skliar (1997), o uso do termo “deficiente auditivo” ou do termo “surdo” aponta para uma diferença de concepção da surdez. A primeira, a

concepção clínico-patológica, entende a surdez como uma deficiência a ser curada através de recursos, como o treinamento da fala e audição, a adaptação precoce de aparelhos de amplificação sonora individuais, e intervenções cirúrgicas, como o Implante Coclear. Nesse sentido, o encaminhamento dado à pessoa surda é o trabalho fonoaudiológico e a escola regular, com o objetivo de “integrar” a pessoa surda no mundo dos ouvintes através da “normatização” da fala.

Já a segunda concepção, a *sócio-antropológica*, concebe a surdez como uma diferença a ser respeitada e não uma deficiência a ser eliminada (SKLIAR, 1997). O sujeito surdo é aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, capaz de se apropriar da Língua de Sinais, da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social (CAMPOS, 2014).

Assim, entender a pessoa surda a partir do respeito à diferença significa considerar essa pessoa como pertencente a uma comunidade minoritária com direito à língua e cultura próprias (SKLIAR, 1997). Em outras palavras, as pessoas surdas se organizam e se integram como sujeitos reais pertencentes a uma comunidade linguística onde a falta de audição não desempenha nenhum papel significativo (SKLIAR, 1998). Segundo Skliar (1997, p.100), “a Língua de Sinais é o elemento mediador entre o surdo e o meio social em que ele vive”.

Alinhadas à percepção do sujeito surdo a partir de uma diferença a ser respeitada, Strobel e Quadros (1997) defendem o movimento social dos sujeitos surdos, que busca o reconhecimento de seus direitos linguísticos e o ensino da Língua de Sinais de forma precoce, como um exercício de cidadania, de resistência ao “ouvintismo” e, ao mesmo tempo, de veículo de integração com a comunidade dominante:

É por meio dos movimentos sociais que os sujeitos surdos atuam politicamente para buscarem o reconhecimento de seus direitos linguísticos e de cidadania, resistindo ao “ouvintismo”, tendo como fator principal de aglutinação a língua de sinais, pois se há o acesso a ela o mais precocemente possível, haverá uma probabilidade maior de integração com a comunidade ouvinte (STROBEL; QUADROS, 1997, p. 43).

A partir da citação, pode-se perceber a importância de os sujeitos surdos interagirem com seus pares (usuários de Libras), pois é através da convivência

entre eles que o desenvolvimento da língua é potencializado e seus direitos políticos e sociais reconhecidos.

Como resultado da luta pelo reconhecimento das especificidades da pessoa surda no viés da diferença, em 2002, a Lei nº 10.436 reconheceu a Língua Brasileira de Sinais – Libras como o meio de comunicação e expressão da pessoa surda. Esse reconhecimento trouxe consequências positivas para a comunidade surda, que passa a ver seus direitos fundamentais respeitados. E, em 2005, o Decreto nº 5.626, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, avançou em relação à compreensão da concepção de pessoa surda e de sua língua no Brasil. Nele, a pessoa surda é considerada como “[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005). Assim, ao considerar que a pessoa surda se constitui por meio de uma cultura e língua específicas, o Decreto sinaliza para a valorização da experiência visual e da Língua de Sinais na formação identitária desse sujeito, aproximando-se da concepção de surdez da comunidade surda e dos Estudos Culturais.

Segundo Strobel (2008), “uma comunidade surda é um grupo de pessoas que vivem em um determinado local, partilham os objetivos comuns dos seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem esses objetivos” (p.30). Ainda segundo a autora, uma comunidade surda não é necessariamente constituída por pessoas surdas, ela pode incluir pessoas não surdas, “mas que apoiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas surdas para o seu alcance” (p.30), como no caso de pais ouvintes que têm filhos surdos ou pais surdos que têm filhos ouvintes, para citar um exemplo. O fato de se unirem em comunidades fortalece o movimento surdo dentro da sociedade, que luta em defesa da sua cultura, da história do seu povo, cuja transmissão se dá através da experiência visual. E aqui entram outros conceitos relevantes para a discussão: identidade e cultura surda.

Ao abordarem a temática da cultura e identidade surda, Quadros e Sutton-Spence (2006) alertam para a complexidade dessas questões tendo em vista que seus membros vivem em contextos bilíngues e multiculturais. Para as autoras,

A identidade e a cultura das pessoas surdas são complexas, já que seus membros frequentemente vivem num ambiente bilíngue e multicultural. Por um lado, as pessoas surdas fazem parte de um grupo visual, de uma comunidade surda que pode se estender além da esfera nacional, no nível mundial. É uma comunidade que atravessa fronteiras. Por outro lado, eles fazem parte de uma sociedade nacional, com uma língua de sinais própria e com culturas partilhadas com pessoas ouvintes de seu país. (QUADROS; SUTTON-SPENCE, 2006, p. 23)

Numa tentativa de trazer uma definição sobre a cultura das pessoas surdas, Padden e Humphries (2000 apud STROBEL, 2008, p. 5) enunciam: “[...] a cultura surda é um conjunto de comportamentos apreendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras de comportamento e tradições”. Nesse sentido, a cultura surda também engloba literatura, poesia, teatro, história e outros componentes que valorizam a língua de sinais e o modo de vida das pessoas surdas, além de mostrar politicamente a legitimidade dessa identidade. Segundo os especialistas, a cultura surda deve ser compreendida para que o surdo não se sinta alienado, atrelado a outros ou ainda considerado incapaz de estar em interações sociais, pois como bem sabemos, a comunidade surda é formada por surdos e ouvintes.

Atrelada à forma como os sujeitos surdos se percebem dentro da cultura surda - de aceitação ou rejeição - é que eles constroem suas identidades surdas. Sobre essa questão, Perlin (2004) alerta:

[...] as identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com o maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se define da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes de menos valia social. (PERLIN, 2004, p.77-78)

A esse respeito, Skliar (1998) traz à tona a resistência a uma cultura diferente da majoritária e encaminha uma proposta de aceitação do “diferente” por meio das lentes do multiculturalismo:

Talvez seja fácil definir e localizar, no tempo e no espaço, um grupo de pessoas; mas quando se trata de refletir sobre o fato de que nessa comunidade surgem – ou podem surgir – processos culturais específicos, é comum a rejeição à idéia da “cultura surda”, trazendo como argumento a concepção da cultura universal, a cultura monolítica. Não me parece possível compreender ou aceitar o conceito de cultura surda senão através de uma leitura multicultural, ou seja, a partir de um olhar de cada cultura em sua própria lógica, em sua própria historicidade, em seus próprios processos e produções. Nesse contexto, a cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é seu revés. Não é uma cultura patológica. (SKLIAR, 1998, p. 28)

Contribuindo para essa linha de pensamento, Strobel (2008) enfatiza o caráter social adaptativo e de transformação da cultura surda. Para a autora, a cultura surda busca promover adaptações nas mais diversas instituições culturais com o objetivo de transformar o meio em que os surdos vivem o mais acessível possível, de forma que suas necessidades sejam atendidas, revertendo estereótipos e auxiliando as pessoas surdas a se inserirem em comunidades para exercitar o lado social e comunicativo; portanto, a cultura surda favorece a criação de vínculos e laços entre os indivíduos.

Ainda segundo Strobel (2008), a cultura surda:

[...] é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2008, p.24)

Ou seja, para a autora, a cultura surda é a forma como o surdo compreende o meio em que vive e o adapta às suas necessidades por meio de experiências visuais, definindo, a partir delas, sua identidade e cultura surdas, que se constituem por meio de sua língua, ideias, crenças, costumes e hábitos do povo surdo.

Pelo exposto, a cultura surda engloba possibilidades e elementos próprios da vida dos sujeitos que se reconhecem (ou não) como surdos, abrangendo não apenas aspectos corriqueiros da vida de cada um, mas também o grupo social que constituem. A cultura surda também é um modo de mostrar como o preconceito contra as pessoas surdas é um etnocentrismo, pois trata-se de uma intolerância a um grupo cultural diferente. Ainda, a privação do sentido da audição não inviabiliza

a interação linguística, a participação social ou a produção cultural das pessoas surdas, na verdade, abre possibilidades alternativas para atuação nessas áreas.

Assim, ao nos aproximarmos mais da realidade surda, seja pela vivência seja pelo estudo, descobrimos que ela comporta um rico, complexo e instigante conjunto de elementos culturais caracterizados por formas específicas de produção e interação, alimentados e enriquecidos nas comunidades surdas, porém, infelizmente, ainda pouco conhecidas entre a maioria de ouvintes. É nesse contexto que a educação, foco da próxima seção, passa a funcionar como ferramenta fundamental para que a pessoa surda se torne protagonista social.

2.3.2 Educação de Surdos

A educação assume, a cada ano, importância maior dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação, de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. Nesse contexto, discutiremos, nesta seção, a educação de um grupo minoritário de brasileiros: os surdos.

A luta do sujeito surdo por uma educação de qualidade no Brasil ainda está em processo, mas com resultados importantes para a comunidade. Uma das conquistas, como mencionado anteriormente, foi a promulgação da Lei 10.436/02, que reconheceu como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. A outra conquista foi o Decreto 5.626/05, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular, entre outras questões pertinentes a este estudo, que passamos a pontuar.

Em seu artigo 14, o Decreto nº 5.626/05 estabelece que as instituições federais de ensino, da educação básica a superior, devem garantir “acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior” (BRASIL, 2005) para as

peessoas surdas, por meio de serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, assim como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso (BRASIL, 2005).

Outro marco importante para a educação da pessoa surda foi a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Essa política trouxe várias considerações de valor para a educação, mas também suscitou críticas devido ao tipo de educação proposta: a educação especial em vez da educação bilíngue. Conforme a política, a educação especial se efetiva por meio da promoção do acesso, da permanência e da participação. Essas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, das comunicações nos sistemas de informação, dos materiais didáticos pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008).

Com relação ao ingresso nas instituições federais, foco de interesse do presente estudo, a Lei de nº 13.146/2015, em seu artigo 30, determina que nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

- I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;
- II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
- III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
- VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
- VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras (BRASIL, LBI, 2015).

De forma geral, no que tange à questão da educação de surdos, pode-se dizer que o IFC está alinhado às leis e decretos mais recentes. Já no que se refere à questão do processo seletivo para ingresso, pode-se dizer que o IFC cumpre, em parte, com o artigo 14, do Decreto nº 5.626/05, tendo em vista a não ocupação das vagas reservadas para PcDs informadas nos portais da instituição. Dessa forma, necessita-se viabilizar aos estudantes o acesso à informação e ao conhecimento, sendo que, para os surdos, tal acesso ocorre através da Língua de Sinais. Atualmente, as ferramentas da *web* podem facilitar o acesso às informações e, para isso, é necessário que as políticas de acessibilidade nos meios de comunicação sejam efetivadas, seja através do uso de legendas ou com a utilização de vídeos onde a pessoa interessada encontrará a tradução do material em língua de sinais, facilitando assim a compreensão dos assuntos tratados na *web*.

Apesar dos avanços na legislação brasileira, a comunidade surda vem lutando pelo direito e pela defesa do estudante surdo em escolas bilíngues no Brasil. Compreender essa trajetória é importante para que se possa entender as conquistas desse grupo e os alertas dos pesquisadores para o encaminhamento de novas regulamentações. Mas o que significa, na perspectiva da comunidade surda, uma escola bilíngue para surdos?

O Bilingüismo tem como objetivo capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas: a língua de sinais e a língua portuguesa escrita. A corrente do Bilingüismo assume a língua de sinais como primeira língua (L1) da criança surda, que deve ser aprendida o mais precocemente possível, e, como segunda língua (L2), aquela utilizada pelo grupo majoritário.

Lara e Deitos (2019) acreditam que a escola bilíngue - Libras/Português escrito - é fundamental para a formação e educação do surdo, pois é nela que o surdo se encontra e se sente totalmente incluído, já que a língua utilizada é a Língua Brasileira de Sinais - Libras, primeira forma de comunicação entre os surdos. Nesse modelo de educação, argumentam os autores, o contato entre professor e aluno acontece de forma direta, sem diferenças, e de forma empática. E acrescentam que o fortalecimento dessas escolas é uma possibilidade para que o sujeito surdo tenha mais perspectivas de que seus direitos sejam respeitados e de

que os surdos possam se desenvolver em sua própria língua. Além disso, a escola bilíngue possibilita ao sujeito ouvinte o conhecimento da cultura, e da própria Língua de Sinais Brasileira (LARA; DEITOS, 2019).

Nas palavras de Skliar (1997), o modelo bilíngue propõe, então, dar às crianças surdas as mesmas possibilidades psicolinguísticas que tem a ouvinte. E enfatiza que será só dessa maneira que a criança surda poderá atualizar suas capacidades linguístico-comunicativas, desenvolver sua identidade cultural e aprender.

Nessa linha de argumentação, Quadros (2000, p.54) contribui dizendo: “Quando me refiro ao bilingüismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil”. No entanto, Quadros (1997) enfatiza que não é suficiente que a escola seja bilíngue, ela precisa ser bicultural para que os surdos tenham acesso à comunidade ouvinte, mas participante da comunidade surda.

Sobre a educação de surdos, Oliveira (2019) enfatiza que a limitação auditiva dos surdos não os impede de compreender e interagir plenamente com o contexto onde vivem e/ou trabalham desde que lhes sejam possibilitadas e/ou viabilizadas as condições necessárias para tanto. No contexto educacional, afirma a autora: “para que estudantes surdos possam se apropriar do conhecimento trabalhado em condições equitativas aos ouvintes, deve-se dar a eles as condições necessárias para poderem desfrutar plenamente de tudo aquilo que o conhecimento pode proporcionar”. (OLIVEIRA, 2019, p. 28-29).

Em relação a essa questão, Quadros (1997) enfatiza a necessidade de estudantes surdos serem ensinados a partir de habilidades sociais e cognitivas já desenvolvidas na língua de sinais. Para a autora, quando se considera que a língua de sinais deve ser ensinada primeiramente para o aluno surdo, os conteúdos escolares “[...] devem ser trabalhados por meio dela e [...] a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, será ensinada com base nas habilidades interativas e cognitivas já adquiridas pelas crianças surdas nas suas experiências com a língua de sinais” (QUADROS, 1997, p. 47).

Pelo exposto, a educação da pessoa surda deve ter a Libras como língua de instrução, tendo em vista que é “[...] utilizada nos espaços criados pelos próprios surdos, como por exemplo, nas associações, nos pontos de encontros espalhados pelas grandes cidades, nos seus lares e nas escolas” (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 13). Ou seja, a pessoa surda se constitui individualmente e socialmente por meio da língua de sinais.

Embora a comunidade surda defenda uma escola bilíngue para os surdos, o Brasil ainda precisa avançar nessa questão. O que a legislação brasileira atualmente oferece é uma política de educação especial na perspectiva inclusiva, isto é, o estudante surdo é inserido em classes de ensino mistas, ou seja, com estudantes ouvintes, sendo assistido por um profissional intérprete de Libras e com atendimento educacional especializado (AEE) na sua primeira língua (L1/Libras) e na sua segunda língua (L2/português escrito). (OLIVEIRA, 2019, p. 29).

Sobre essa questão, Figueiredo e Ribeiro (2015, p. 33) destacam que a inclusão de estudantes surdos na escola regular “[...] não pode ser concebida como mera inserção, alocação, integração do aluno surdo no espaço escolar, mas como aquela que atende à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos”.

Lodi e Albuquerque (2016) argumentam que, sem sombra de dúvidas, a educação abre possibilidades e espaços “da palavra”, nesse caso da palavra sinalizada, bem como abre espaços para o debate e a participação nas instâncias sociais. No entanto, com todas as pesquisas, inclusive argumentos de que a língua de sinais ensinada desde cedo para crianças surdas facilita seu processo de desenvolvimento cognitivo, as práticas oralistas, valorizando unicamente a língua portuguesa, mantêm-se ativas ainda nos dias atuais, travestidas em ações inclusivas – modelo de ensino proposto em muitas escolas que se dizem inclusivas – mas excluem o uso da língua de sinais na medida em que não oferecem suporte para sua presença. Dessa forma, os processos de exclusões linguísticas se fazem presentes na atualidade, na medida em que a escola não prioriza ou não oferece centralidade na língua de sinais.

Defender a inclusão de todos os estudantes na rede regular de ensino, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, denota a obrigatoriedade de as escolas se organizarem para o atendimento desse público, e assegurar condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. No que tange aos alunos surdos, a política educacional deve dialogar ainda com outros documentos oficiais (especificamente a Lei nº. 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005) que garantem como direito das pessoas surdas o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, como decorrência, o desenvolvimento de práticas de ensino nos espaços escolares que garantam a educação bilíngue (LACERDA *et al.*, 2016, p. 13).

O Decreto nº 5.626/2005, ao abrir a possibilidade para a proposição de outros espaços para se organizar a educação de surdos que não apenas as salas regulares de ensino, desde que respeitados os princípios da educação bilíngue, amplia o conceito de inclusão escolar para o de inclusão social. Ainda, ao garantir aos surdos o direito à educação em Libras, o Decreto possibilita a participação desse grupo sociocultural em todas as esferas de atividade humana em equidade aos ouvintes. (LODI; ALBUQUERQUE, 2016, p. 48).

Entretanto, Skliar (1999) alerta que pensar numa perspectiva da educação bilíngue sem levar em conta seus aspectos políticos é transformar a rica possibilidade de tradução dos movimentos surdos em políticas meramente metodológicas e sistemáticas. E Lodi (2013), ponderando sobre as políticas para a educação de surdos no Brasil, assevera que esta ainda é percebida de duas perspectivas bastante divergentes. De um lado, a educação que é prevista pela Declaração de Salamanca e pelo Decreto supracitado, documentos que, ao reconhecerem o direito e a diferença linguístico-cultural dos surdos, dispõem sobre uma educação pensada para essa minoria em Libras. De outro lado, a educação defendida pela Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), que atribui, de forma velada, um caráter instrumental a Libras, ao construir um discurso que aceita a entrada dessa língua no interior da escola por meio da presença de tradutores e intérpretes de Libras em todos os níveis e etapas educacionais, sem questionar a importância dessa língua e de uma educação realmente construída a partir dela para os estudantes surdos (LODI, 2013).

Nesse cenário contraditório, conclui a autora, observa-se o discurso da deficiência e não da diferença, já que em variadas práticas escolares há a constatação de um discurso patológico que busca reparar o surdo de sua deficiência por meio do acesso à língua oral, e sinaliza que a Libras parece não ser legitimada como língua e nem se assume nesse documento que os surdos são uma minoria linguística (LODI, 2013).

A partir da institucionalização da educação bilíngue com a emergência da legislação específica sobre a Libras (Lei nº. 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005), preconiza-se que o surdo deve ser exposto, o mais precocemente possível à língua de sinais, identificada como uma língua passível de ser adquirida por ele sem que sejam necessárias condições especiais de aprendizagem, e que também seja ensinada ao surdo a língua da comunidade ouvinte na qual está inserido em sua modalidade escrita, sendo que esta será ensinada com base nos conhecimentos adquiridos por meio da língua de sinais (LACERDA, 2000).

Ampliando a discussão, Karnopp (2005), Pereira (2004) e Quadros (2007) argumentam que de nada adianta a língua de sinais estar na escola, de nada adianta a presença dos intérpretes e guia-intérpretes, se a Libras não está referendada na proposta curricular da unidade escolar e no Projeto Político Pedagógico. Precisam fazer parte do currículo, às especificidades das comunidades, como por exemplo, o conhecimento sobre a pessoa surda, as formas de comunicação utilizadas pelos surdos e os direitos da pessoa surda, para que o sujeito surdo seja inserido de forma completa na comunidade da qual faz parte, como afirma Skliar (2001).

Em suma, pode-se dizer que o reconhecimento legal da Libras como forma de expressão da pessoa surda também foi uma grande conquista para a educação de surdos no Brasil e que, por trás dessa conquista, há uma luta histórica por reconhecimento de um grupo social que por muito tempo foi socialmente excluído, que não teve seus atores como protagonistas de suas ações, mas que teve pessoas ouvintes escrevendo e falando por eles. Com o avanço das leis e propostas educacionais para os surdos no Brasil, esperamos que essas vozes se unam e os surdos não precisem ser representados, mas se representem de forma autônoma.

Na próxima seção trazemos, no recorte temporal dos últimos cinco anos (2017 a 2021), o estado da arte sobre a acessibilidade de portais digitais para o usuário surdo, buscando possibilidades de melhoria dos portais do IFC voltados para o processo de inscrição do estudante surdo na instituição.

2.4 ACESSIBILIDADE DE PORTAIS DIGITAIS PARA O USUÁRIO SURDO: O CAMPO DO ESTUDO

Com o objetivo de saber o que dizem as pesquisas recentes sobre acessibilidade de surdos a plataformas digitais, visando aprofundar o conhecimento necessário para o suporte teórico do presente estudo e a criação do produto educacional a partir dele, faz-se necessário o levantamento das produções acadêmicas relacionadas a essa temática. Assim, é sobre a acessibilidade de pessoas surdas a plataformas digitais que versa este levantamento bibliográfico. Mais especificamente, buscamos, no recorte temporal de 2017 a 2021, subsídios para entender como tornar plataformas instrucionais digitais acessíveis ao usuário surdo, aplicar esse conhecimento à análise do Portal de Ingresso e do Portal do Candidato do IFC e, a partir do resultado, potencializar a acessibilidade digital desse usuário a esses portais, que têm como finalidade conduzir a inscrição desse público aos cursos técnicos do Ensino Médio Integrado do IFC.

Para a coleta de dados, decidimos primeiramente pela pesquisa bibliográfica narrativa, utilizada por pesquisadores “para descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.125), tendo em vista que ela “possibilita a aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema em curto período de tempo (ROTHER, 2007). No entanto, por termos identificado uma descontinuidade das pesquisas relacionadas ao tema do presente estudo e como esse tipo de “revisão não fornece a metodologia para a busca de referências, nem as fontes de informação utilizadas, ou critérios usados na avaliação e seleção dos trabalhos” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.125), decidimos trazer o rigor científico da

pesquisa bibliográfica sistemática¹³ para revisar estudos sobre o tema em tela. São eles: “formulação da pergunta, localização dos estudos, avaliação crítica dos estudos, coleta de dados, análise e apresentação dos dados, interpretação dos dados, e aprimoramento e atualização da revisão” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.125).

Ainda, identificamos no estudo de Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 129) que a pesquisa integrativa também trabalha com critérios de revisão bem definidos que podem nos ajudar na sistematização deste Estado da Arte. São eles:

1) identificação do tema e seleção da pesquisa; 2) estabelecimentos dos critérios de inclusão e exclusão; 3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4) categorização dos estudos selecionados; 5) análise e interpretação dos resultados; 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Guiados pelas etapas propostas pela pesquisa sistemática e integrativa, elaboramos sete passos para este Estado da Arte: i) formulação da(s) pergunta(a) para a revisão de literatura; ii) identificação do tema e seleção da pesquisa; iii) seleção dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos; iv) seleção dos estudos pré-selecionados e selecionados; v) categorização dos estudos selecionados; vi) análise e interpretação da categorização dos estudos; e vii) apresentação da revisão e síntese do conhecimento na seção Estado da Arte do capítulo de Revisão de Literatura deste projeto de pesquisa.

Com base nesses critérios, a pesquisa em diferentes bases de dados ocorreu entre o período de 13 a 26 de outubro de 2021. Foi elaborada a seguinte pergunta para a revisão de literatura, considerando a relação com o tema da pesquisa: “O que literatura sugere para tornar plataformas/portais mais acessíveis para o público surdo, considerando suas especificidades para interagir em meio digital?” O tema da revisão de literatura foi definido como: Acessibilidade para Surdos em Portais Digitais, tendo em vista o objetivo geral da pesquisa “analisar a acessibilidade do processo de ingresso do estudante surdo ao EMI do IFC, com foco nas vagas reservadas a esse público no Portal de Ingresso e do Candidato da instituição”.

¹³ A metodologia utilizada para fazer uma revisão bibliográfica sistemática pode ser encontrada nas publicações *Cochrane Handbook* (CLARKE; OXMAN, 2000; ROTHER, 2007), produzida pela colaboração Cochrane; e no *CDR Report*, produzido pelo NHS Centre for Review and Dissemination (KHAN et al., 2000; ROTHER, 2007).

Os critérios de inclusão para pré-seleção e seleção de publicações englobaram pesquisas relacionadas aos conceitos basilares da pesquisa: “Acessibilidade”, “Plataforma/Portal Digital” e “Sujeito Surdo” e de publicações entre 2017 e 2021, desde que os descritores estivessem escritos no título ou apresentados nas palavras-chave do estudo. Já os critérios de exclusão englobaram as publicações que não apresentam relação direta ou indireta com o tema da pesquisa, as que não apresentam contribuições para a pergunta delimitada para esta revisão de literatura, e as que foram publicadas antes de 2016.

As Bases de Dados selecionadas para o estudo foram as da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library OnLine* (SciELO), publicações a partir da indexação feita pelo *Google Scholar*, por serem referências nacionais e internacionais, e revistas/periódicos especializados em educação especial. Os resultados dessa busca estão colocados no Apêndice 1 e, na sequência, são apresentados no quadro 1 os 12 textos selecionados para a discussão desta seção.

Quadro 1 - Artigos selecionados para leitura na íntegra

Ano	Autor(a) e Título
2021	Palópolo, Cássia Antonina Análise Da Acessibilidade Do Portal Web Da Biblioteca Setorial De Educação Da Ufrgs Pelos Surdos
2021	Duarte, Francisco Ricardo; Morais, Allan Richards de Melo Nunes. Modelo referencial para a avaliação da Acessibilidade Comunicacional em políticas de comunicação interna de hospitais universitários
2021	Melo, Renata Gandra de Inclusão em formação: contribuições para o acesso das pessoas com deficiência aos cursos técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo
2021	Silveira, Elis Regina Hamilton; Silva, Marimar da. O design instrucional contextual no desenvolvimento de produto educacional acessível para estudantes surdos na educação profissional tecnológica.
2020	Paiva, Rodrigo Oliveira De. Encontrabilidade Da Informação Em Um Repositório Bilíngue (Português E Libras): O caso do Repositório Huet
2020	Melo Renata Gandra de; Sondermann, Danielli Veiga Carneiro Contribuições para O Acesso De Pessoas Com Deficiência À Educação Profissional E Tecnológica / Contributions To Access For People With Disabilities To Professional And Technological Education
2019	Grilo, André; Rodrigues Luiza de Albuquerque; Silva, Bruno Santana da

	Design Inclusivo e Acessibilidade Digital para Surdos em páginas web
2018	Barbosa, Gabriela Lapa Teles ; Müller, Karin Produção de conteúdo acessível para surdos na web: análise do canal de vídeos Ôxe
2017	Araújo, Vera Lúcia Santiago ; Alves, Soraya Ferreira Tradução Audiovisual Acessível (Tava): Audiodescrição, Janela De Libras E Legendagem Para Surdos E Ensurdcidos
2017	Oliveira, Maria Nilza Silva. Diretrizes para Projeto de Recursos Educacionais Digitais Voltados à Educação Bilíngue de Surdos'
2017	Valle Rafael, Maritan, Tiago, Lace, Felipe Criando Aplicações Acessíveis Para Surdos
2017	Souza, Francisco José de; Hildenbrand, Luci Em questão, a usabilidade do site do INES

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os artigos colocados no quadro 1 foram lidos, visando ressaltar as tendências que a literatura sugere para tornar plataformas/portais mais acessíveis para o público surdo, considerando suas especificidades para interagir em meio digital. A próxima seção descreve esses estudos.

2.4.1 O que diz a literatura sobre a acessibilidade de portais digitais para o usuário surdo?

O estudo de Grilo, Rodrigues e Silva (2019) argumenta que a principal barreira de acessibilidade que os surdos enfrentam é a linguística, inclusive nos meios digitais, tendo em vista o fato de a maioria dos *sites* serem projetados em língua portuguesa como idioma padrão. Argumenta ainda que a sequência de leitura dos textos, de escaneamento de informações durante a navegação e o arranjo dos elementos informacionais tendem a valorizar a lógica da oralidade e escuta próprias da língua escritas e desconsideram as particularidades da língua de sinais, que é essencialmente visual e espacial.

Visando criar estratégias para a inclusão e permanência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o estudo de Grilo, Rodrigues e Silva (2019) tem como objeto de investigação a página *web* oficial da instituição, sobre a qual foi feita uma intervenção sob o ponto de vista do *design* de interfaces, *design*

da informação e da acessibilidade comunicacional. O estudo tomou como recorte a navegação no conteúdo da página com a finalidade de traduzi-lo para Libras. A intervenção foi norteada por achados empíricos dos grupos de trabalho que constituem a equipe de pesquisa e na literatura especializada em Libras, e a validação da intervenção foi realizada por docentes e discentes surdos da universidade. O estudo aponta como resultados os aprendizados obtidos com os usuários surdos participantes do estudo e um modelo propositivo de fluxo de trabalho para a implementação de interfaces de sistemas *web* em Libras orientado a instituições de ensino superior.

Em outras palavras, o estudo de Grilo, Rodrigues e Silva (2019, p.76) debruça-se sobre a implementação da “acessibilidade comunicacional em artefatos digitais na realidade das pessoas surdas em universidades, e as implicações na inclusão e na vivência acadêmica desses indivíduos”, e alerta que “ao projetar interfaces digitais às necessidades e características do público surdo, precisamos entender dois conceitos de acessibilidade: a acessibilidade digital e a acessibilidade comunicacional”. (GRILO; RODRIGUES; SILVA, 2019, p.75).

Em relação ao conceito de acessibilidade digital, Grilo, Rodrigues e Silva (2019) se fundamentam em *World Wide Web Consortium* (WAI/W3C, 2010), que entende que acessibilidade digital significa possibilitar que pessoas surdas possam perceber, entender, navegar e interagir com *sites* e ferramentas e, conseqüentemente, participar ativamente do ambiente digital. Dessa maneira, enfatizam os autores, é necessário que projetos de interface *web* e de ferramentas digitais contribuam na eliminação de barreiras para os surdos, tanto do ponto de vista do recebimento da informação (percepção e compreensão) quanto da ação do usuário sobre a informação (navegação e interação). Já em relação ao conceito de acessibilidade comunicacional, os autores se apoiaram em Melo (2006 apud GRILO; RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 75), que a caracteriza pela eliminação de “barreiras na comunicação interpessoal, escrita ou virtual”.

Ainda sobre o conceito de acessibilidade, Grilo, Rodrigues e Silva (2019) trazem um alerta sobre o uso de tradutores virtuais a partir do estudo de Moraes e colaboradores (2018). Em pesquisa sobre usabilidade digital com pessoas surdas, o referido estudo apontou que os tradutores virtuais de Libras – personagens

tridimensionais também conhecidos como avatares – ainda são rejeitados por pessoas surdas, que costumam se identificar ao ver pessoas da comunidade surda representadas nas interfaces.

A partir do estudo, Grilo, Rodrigues e Silva (2019, p. 73) recomendam que em projetos de interfaces para surdos, ou seja, onde a interface “é o elemento que media a relação entre os usuários e os artefatos digitais” (GRILO; RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 73), sejam considerados textos mais simples; destacadas as informações importantes no início do conteúdo; privilegiados o uso de ilustrações visuais; oferecida a tradução do conteúdo para língua de sinais; e não esquecer que são fundamentais dois conceitos de acessibilidade para aproximação das interfaces digitais às necessidades e características do público surdo: a acessibilidade digital e a acessibilidade comunicacional. (GRILO; RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 75).

Na mesma linha de estudos sobre acessibilidade de pessoas surdas em portais digitais institucionais, o estudo de Silveira e Silva (2020) tem como objetivo apresentar o Design Instrucional Contextual como metodologia de criação de Produto Educacional para o estudante surdo do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). O produto, o Tutorial Bilíngue (Libras-Português) do Sistema Acadêmico Institucional (SIGAA-Módulo Docente), visa viabilizar o acesso desse estudante à plataforma acadêmica e o uso de suas funcionalidades de forma autônoma. O tutorial ancora-se metodologicamente no Design Instrucional Contextual e teoricamente nos aspectos pedagógicos, organizacionais e culturais da educação bilíngue e na experiência visoespacial da Libras.

O tutorial teve sua produção orientada por três eixos: construto conceitual, pedagógico e comunicacional, com o objetivo de respeitar as especificidades do público surdo, visto que diversos estudos comprovam que apenas as diretrizes propostas pelo E-Mag (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) não são suficientes para garantir a acessibilidade desse público de forma mais universal. E o tema do produto foi planejado para estimular discussões e mudanças na prática pedagógica da educação bilíngue (Libras/Português).

O estudo validou o Design Instrucional Contextual proposto por Filatro (2003) como metodologia para planejar a criação do tutorial, adequando-o à situação

didática de Educação Bilíngue Libras/Português. As fases metodológicas do desenvolvimento do produto educacional: análise, *design* e desenvolvimento, implementação e avaliação, foram planejadas a partir da observação de aspectos pedagógicos, organizacionais e culturais do contexto da educação bilíngue, visando à manutenção do cabedal teórico da pedagogia bilíngue, que explicita o processo de aprendizagem do estudante surdo e uma metodologia didática adequada à experiência visoespacial.

O Produto Educacional elaborado a partir da metodologia do Design Instrucional Contextual do referido estudo traz contribuição para a formação de professores, que não se vê preparada para ensinar o diferente, para a inclusão de estudantes surdos na EPT e para a criação de outros produtos educacionais. Por fim, mas não menos importante, o estudo alerta que, sem a observação das especificidades do público surdo, assim como dos entraves e das barreiras linguísticas que esse público encontra no cotidiano da rotina educacional, não é possível promover um plano de educação emancipatória para esses sujeitos sociais.

Já em estudo sobre produção de projetos de recursos educacionais digitais, Quixaba (2017) apresenta um conjunto de diretrizes voltados à educação bilíngue de surdos, para que professores surdos, estudantes surdos, *designers* e demais profissionais tornem seus recursos educacionais acessíveis. As 33 diretrizes propostas orientam-se ao conteúdo de tradução de textos para Libras e ao uso da Língua de Sinais em vídeos. Das diretrizes propostas por Quixaba (2017), expõe-se aqui apenas aquelas com orientações pertinentes ao presente estudo:

- (1) **para intérpretes:** O vestuário do intérprete deve ser simples, e a cor da roupa deve contrastar com a cor da pele do (a) intérprete. Comentário: Evite roupas com mangas compridas e desabotoadas no punho, pois o movimento das mãos pode balançar o punho da camisa e dificultar o entendimento da articulação do sinal. As mangas longas devem estar abotoadas ou dobradas para facilitar a visualização da mão. A cor da roupa deve contrastar com a cor da pele do intérprete. Coloque o intérprete em destaque em relação ao falante. Comentário: Centralizar o intérprete na tela e colocar o falante na janela no canto amplia o campo de visão do surdo. Dividir a tela por igual entre falante e intérprete também pode ser uma alternativa. Sempre filme o

intérprete de frente. Comentário: O intérprete deve ser filmado de frente para que todas as sinalizações executadas por ele possam ser visualizadas claramente.

- (2) **para sinais:** Sempre que possível faça a opção por usar sinais de Libras que já têm ampla divulgação nos dicionários digitais ou impressos. Comentário: O uso de sinais que já tem ampla divulgação em dicionários evita incompreensões no entendimento da mensagem a ser passada. Valorize os sinais regionais. Comentário: Use sinais regionais, pois podem facilitar a compreensão do surdo. Ele pode identificar os sinais e associá-los à sua convivência social. Associe sinais de Libras e palavras à figura(s) que os representem. Comentário: Apresente o sinal dos objetos, de pessoas ou de ações realizadas acompanhadas da figura correspondente. Cuide para que a sinalização realizada obedeça à estrutura sintática da Língua de Sinais. Comentário: Sinalize seguindo a estrutura sintática das Libras, o que fará com que o recurso tenha maior credibilidade com relação aos conteúdos que dispõe, além de permitir que os estudantes conheçam as diferentes formas que as sentenças podem ser apresentadas e poder familiarizar-se com elas.
- (3) **para língua de sinais:** Dê prioridade para a língua de Sinais. Comentário: A língua de Sinais deve ser priorizada para que os surdos possam ampliar seu repertório vocabular e esse lhe servir como referência para compreender a língua Portuguesa.
- (4) **para avaliação:** Insira uma etapa de avaliação com pelo menos um usuário surdo, antes de distribuir o recurso. Comentário: É aconselhável que estes usuários avaliem se as imagens, textos, sinalizações e velocidade das informações apresentadas estão adequadas às necessidades dos surdos.
- (5) **para recurso:** Um recurso educacional bilíngue deve ter um texto em língua Portuguesa, mesmo que este texto não esteja em destaque na interface. Comentário: A exibição de um conteúdo acompanhado de texto amplia as possibilidades de compreensão de conceitos.
- (6) **para outros recursos:** Outros recursos além de legendas devem ser usados como apoio à transmissão da informação. Comentário: Um recurso bilíngue deve apresentar, além da legenda, vídeos ou imagens em Língua de Sinais, por exemplo.

- (7) **para vídeos:** Nos vídeos sinalizados em Libras, as mãos devem estar sem acessórios para não interferir na comunicação. Não use anéis e pulseiras, e não segure utensílios com as mãos.
- (8) **para desenhos:** Use desenhos da Língua de Sinais. Comentário: Usar desenhos do sinal pode ser uma alternativa para ilustrar o recurso educacional.
- (9) **para figuras:** Evite usar figuras que possam ter diferentes interpretações. Comentário: Por exemplo, se você deseja apresentar a palavra "menino", não use uma imagem de um menino brincando com um carro. O estudante pode pensar que o novo conceito apresentado é "brincar", em vez de "menino".
- (10) **para avatares:** Tenha cuidado ao usar avatares (representação 2D ou 3D de um intérprete), devido às limitações dos seus bancos de sinais. Comentário: Os avatares possuem limitações, pois as tecnologias utilizadas podem não conseguir realizar, corretamente, a sinalização de algumas sentenças. A tradução é articulada literalmente, seguindo a estrutura da língua oral. Além disso, os bancos de sinais ainda não são suficientemente extensos para atender essas necessidades.
- (11) **para terminar a sinalização:** Indique quando a sinalização terminar. Comentário: Essa indicação pode ser evidenciada pelo ato de baixar as mãos, por exemplo.

Estudo semelhante aos anteriores foi realizado por Palópolo (2021), com o objetivo de analisar e sugerir mudanças para deixar mais acessível o *site* da Biblioteca Setorial de Educação, da Faculdade de Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por ser um dos campi mais frequentados pelos discentes e docentes surdos na universidade.

A autora observou que “os usuários surdos necessitam de acessibilidade nos *sites*, como por exemplo, vídeos com conteúdo em Libras e legendas descritivas” (PALÓPOLO, 2021, p.09). A partir dessa constatação, a autora propõe romper barreiras comunicacionais na “tentativa de melhorar a usabilidade dos *websites*, de modo a deixá-los mais atrativos e intuitivos; oportunizando, assim, um conforto na navegação do *site* e colaborando, por fim, no enfrentamento dessas barreiras”. (PALÓPOLO, 2021, p.09). Nessa perspectiva, para a autora, acessibilidade *web*

“refere-se à prática inclusiva de criar ou deixar a *web* acessível para que possa ser utilizada de forma que nenhum usuário encontre barreiras e, assim, todos consigam ter igual acesso à informação e funcionalidade”.(PALÓPOLO, 2021, p.16).

No processo de tornar o referido *site* acessível, a autora enfatiza que “antes de buscar implementar a acessibilidade *web*, é necessário conhecer e compreender a experiência do usuário surdo, pois, existe diversidade surda e cada sujeito surdo necessita de uma ferramenta acessível diferente”. (PALÓPOLO, 2021, p.17). Nesse sentido, a autora alerta que ao disponibilizar como recurso acessível o uso de avatar no *site*, “muitos surdos pedem para evitar o uso de avatar de Libras, pois não há expressão facial e corporal além de ter falhas de tradução e, na maioria das vezes, fica fora do contexto, o que dificulta muito a compreensão de informações”.(PALÓPOLO, 2021, p.33).

Para a análise de acessibilidade do *site*, a autora apoiou-se nas diretrizes de acessibilidade da entidade W3C, com foco no público surdo. Essas diretrizes, segundo a autora, são normas internacionais para a produção de *sites* acessíveis (PALÓPOLO, 2021, p.17) e argumenta que “é necessário que os *sites* disponibilizem os conteúdos em Libras e legenda descritiva ao mesmo tempo para que todos os surdos consigam ter acesso sem desconforto”. Como recurso de acessibilidade, a autora sugere a Janela de Libras e um tutorial para auxiliar o acesso dos usuários surdos ao *site* da Biblioteca, “onde todos possam utilizar o mesmo espaço sem nenhuma dificuldade ou barreira”. (PALÓPOLO, 2021, p 33).

No viés da gestão pautada na garantia de acesso equânime aos serviços assistenciais e educacionais, “a comunicação se coloca como uma estratégia importante na construção de um novo paradigma de relacionamento com seus públicos”, argumenta o estudo de Duarte e Moraes (2021, p.233). O estudo ainda argumenta que a Política de Comunicação Interna deve assimilar os princípios da Acessibilidade Comunicacional, a fim de subsidiar aspectos assistenciais e acadêmicos. Sendo assim, o estudo se propõe a aplicar o “Modelo referencial para avaliação da Acessibilidade Comunicacional em Políticas de Comunicação Interna de Hospitais Universitários” enquanto instrumento avaliativo para a elaboração e o diagnóstico de políticas endocomunicacionais inclusivas.

Duarte e Morais (2021) analisaram as Diretrizes de Comunicação Institucional e Normativa Interna da Unidade de Comunicação Social do HU-Univasf, com o intuito de averiguar se esta cumpre os requisitos de acessibilidade comunicacional. Conforme os autores, essas diretrizes estabelecem os princípios, instruções e padronizações de procedimentos comunicacionais a serem adotados no âmbito hospitalar. Para Sassaki (2009 apud DUARTE; MORAIS, 2021, p. 236), “a Acessibilidade Comunicacional é um processo de troca de informações, que, para ser considerado acessível, esse processo deve ocorrer destituído de quaisquer barreiras, ruídos, ou limitações comunicacionais existentes entre pessoas com ou sem necessidades específicas”.

Nesse contexto, vários aspectos da vida cotidiana, desde a obtenção de serviços governamentais, assim como diversas formas de lazer ou entretenimento são acessados e experimentados através dos meios de comunicação. Nessa perspectiva, explicam Sardagna e Oliveira (2017 apud DUARTE; MORAIS, 2021, p. 236), os atributos de acessibilidade e inclusão tornam-se interdependentes; pois, “dispor de serviços (estatais ou privados) e participar ativamente da tessitura social através de ferramentas de comunicação acessíveis são condições fundamentais para que o indivíduo se compreenda efetivamente integrado”.

No entanto, enfatizam os autores, o processo de desenvolvimento de espaços e rotinas dotados de Acessibilidade Comunicacional é complexo e abarca variáveis estruturais (físicas) e atitudinais (comportamentais), entre outras. Investir em tecnologia e pesquisa, promover políticas públicas voltadas ao fomento da comunicação acessível e propiciar a participação ativa das pessoas com necessidades específicas na construção de soluções em comunicação e informação é um caminho promissor para a efetividade dos recursos de adaptações ou inovações comunicacionais voltadas à inclusão (FIGUEIRA, 2019 apud DUARTE; MORAIS, 2021, p. 236).

Além disso, é necessário desenvolver estratégias comunicativas diferenciadas capazes de estabelecer novos fluxos informacionais entre pessoas com ou sem limitações motoras e/ou cognitivas. Sarraf (2016 apud DUARTE; MORAIS, 2021, p. 236) recomenda a adoção de uma comunicação sensorial capaz de explorar concomitantemente as diversas possibilidades de interação dos

indivíduos com o meio (olfato, paladar, tato, audição, visão etc.) como estratégia para dirimir possíveis barreiras comunicacionais causadas por necessidades específicas de alguns indivíduos.

Não obstante, asseveram os autores, a Acessibilidade Comunicacional somente será viabilizada quando alicerçada em uma sociedade que apresente comportamentos e relações verdadeiramente inclusivas, capaz de mitigar as barreiras atitudinais que impedem a real integração das pessoas com necessidades específicas. Esse cenário, por sua vez, é reflexo de um processo de educação inclusiva, o qual requer a participação das mais diversas instâncias sociais, da família às organizações civis, meios de comunicação e entes governamentais (FIGUEIRA, 2019 apud DUARTE; MORAIS, 2021, p. 237).

No estudo, Duarte e Moraes (2021) identificaram que a falta de inserção do atributo da acessibilidade entre os princípios e objetivos comunicacionais reverbera negativamente no restante do documento estudado; de modo que a política do hospital não provê de maneira clara qualquer tipo de recurso ou conduta para o alcance de um cenário comunicacional interno acessível. A resolução desse problema, asseveram os autores, demanda inicialmente “superar o imaginário de que as deficiências introduzem complexidades adicionais, uma vez que o discurso que deriva desse imaginário narra dificuldades que revelam desconhecimento e falta de experiência no trato com as pessoas com eficiência” (DUARTE; MORAIS, 2021, p. 250). Em seguida, é necessária a transformação institucional prática através de atitudes, metodologias e aparatos técnicos e simbólicos voltados ao desenvolvimento da Acessibilidade Comunicacional, a fim de que as pessoas com necessidades específicas possam participar passiva ou ativamente dos fluxos informacionais. A real consecução da promoção da igualdade social e do respeito ao público, enfatizam os autores, como aparentemente almeja a Política de Comunicação Interna do hospital, somente será alcançado através da efetiva participação de todo o público interno, principalmente as pessoas com necessidades específicas, na problematização e proposição de soluções ante os desafios concretos e simbólicos vivenciados pela comunidade hospitalar. (DUARTE; MORAIS, 2021, p. 250)

Estendendo o tema de acessibilidade comunicacional, e pensando no produto educacional a ser elaborado para abordar do problema da presente pesquisa, trazemos o estudo de Araújo e Alves (2017) sobre o campo da tradução audiovisual acessível (TAVA) e suas modalidades, a saber, a audiodescrição, a legendagem para surdos e ensurdecidos e a janela de interpretação em Libras, como aporte para inclusão.

Para as autoras, a audiodescrição é uma modalidade de tradução audiovisual, de natureza intersemiótica, que visa tornar uma produção audiovisual acessível às pessoas com deficiência visual. Trata-se de uma locução adicional roteirizada que descreve as ações, a linguagem corporal, os estados emocionais, a ambientação, os figurinos e a caracterização dos personagens. Já a janela de Interpretação de Língua de Sinais é o espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, preferencialmente, no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente à programação. E legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) corresponde à tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua. Por ser voltada, prioritariamente, ao público Surdo e Ensurdecido, a identificação de personagens e efeitos sonoros deve ser feita sempre que necessário. (NAVES *et al.*, apud ARAÚJO; ALVES, 2017, p. 310). Por fim, no estudo, Araújo e Alves (2017, p. 310) alertam que “a implementação dos recursos de acessibilidade audiovisual, além de uma prática prevista por lei, devem primar pela qualidade, para poderem atender seus usuários de maneira a que possam usufruir das mais diversas manifestações sociais”.

No campo dos investimentos e realizações em novas tecnologias de comunicação, Souza e Hildenbrand (2017) estudam o *site* do INES Instituto Nacional de Educação de Surdos, a partir da abordagem centrada em consumidores. O painel de especialistas em Tecnologia da Informação relacionou os 28 itens (aspectos) da Ficha de Avaliação de Sites às Heurísticas de Nielsen (1994). O julgamento da usabilidade, feito por usuários, envolveu aspectos quantitativos e

qualitativos, e foi expresso pela Medida de Tendência Central Moda, tendo ponto de corte igual a três. Das heurísticas, o *site* atendeu plenamente a seis, atendeu parcialmente a duas, e não atendeu a uma delas. A qualificação da usabilidade do site do INES foi qualificada como boa, considerando a escala de pontuação proposta pela própria Ficha de Avaliação.

Os autores concluíram que a qualificação da usabilidade do *site* do INES atende em grande parte os princípios gerais de *design* interativo, que no estudo considerou o modelo de avaliação heurística proposto por Nielsen (1994). O estudo apontou as fragilidades nos princípios: (a) do uso tímido das tecnologias de informação e comunicação, que não articula o *site* com a rede de instituições especializadas nem ousa apresentá-lo em *design* inovador e instigador ao usuário; (b) da pouca exploração das possibilidades das linguagens midiáticas de modo que respondam às especificidades comunicacionais da clientela.

O estudo de Barbosa e Müller (2018) dialoga com o debate sobre acessibilidade para surdos na *web*. O artigo discute a produção de conteúdo acessível a surdos na *web*, por meio do estudo de caso do canal de vídeos Ôxe, localizado na plataforma YouTube. Descreve e analisa o canal de vídeos proposto e as características para identificar como ele dialoga com o debate sobre acessibilidade, e quais inovações sua experiência agrega ao campo da Comunicação. Entre os resultados, destaca-se a necessidade de incentivar o aumento quantitativo e qualitativo de produtos comunicacionais acessíveis.

Pela necessidade de oferecer serviços diversos e adequados aos interesses de consumo dessa parcela expressiva da população: os surdos, a produção de conteúdo é, neste contexto, um desafio no campo das Ciências da Comunicação, pois torna-se cada vez mais urgente suprir a demanda desse público, não só no quesito usabilidade, mas principalmente no processo produtivo da informação, que precisa considerar gostos e perfis desses consumidores exigentes, não mais atendo-se apenas à superação da limitação provocada pela especificidade desse público.

A análise indica que o canal Ôxe é uma proposta de promoção da acessibilidade para surdos na *web* que trouxe elementos interessantes para o

campo da Comunicação, como o incentivo à participação desses sujeitos no processo de criação dos conteúdos, por meio do envio de sugestões de temas que refletissem seus interesses. A adoção da janela de Libras como recurso acessível, em substituição às tradicionais legendas em Português, foi outra inovação que, na perspectiva dos autores, contribui com o reconhecimento das demandas comunicacionais desse público. Porém os autores também identificaram algumas limitações, como a ausência de periodicidade regular nas publicações, a qual resultou em intervalos muito diferentes de tempo entre a disponibilização dos vídeos no canal, divergindo da proposta de publicação semanal de conteúdo, anunciada na página do Ôxe no YouTube.

Outra limitação observada foi a ausência de um formato acessível para o convite feito aos surdos de participarem do processo de criação dos conteúdos do canal, enviando sugestões de temas. O convite foi realizado por meio de texto quando o primeiro vídeo com janela de Libras foi publicado, sem haver tradução dessa mensagem para a Língua de Sinais. Como a proposta do canal foi de oferecer conteúdo acessível e convidar os surdos a se identificar e participar da sua construção, os autores entendem que teria sido mais apropriado disponibilizar o convite em Libras.

De maneira geral, os autores argumentam que a proposta do Canal reflete as discussões sobre a importância de disponibilização de recursos acessíveis para os surdos, bem como de ampliação de sua participação na sociedade tendo suas necessidades e demandas comunicacionais reconhecidas e consideradas no processo de produção de informações, e pode ser explorado por outros produtores de conteúdos digitais para aumentar a oferta de produtos comunicacionais acessíveis e de qualidade aos surdos.

Nesse viés, ao representar as possibilidades para o desenvolvimento de espaços inclusivos, funcionais, visíveis e navegáveis por usuário com características específicas, a exemplo do surdo, o estudo de Paiva, Chalhub e Benchimol (2021) foca na encontrabilidade da informação no Repositório Digital Huet, do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o primeiro no Brasil dedicado para a educação de surdos. O estudo visa entender a problemática que surge a partir da questão: como está o cenário da encontrabilidade de informações do Repositório

Huet? Fundamentado nesse horizonte, a pesquisa tem por objetivo geral analisar a encontrabilidade da informação do Repositório Digital Huet. De forma específica, pretende: a) Relacionar os conceitos de repositórios digitais, encontrabilidade da informação e surdos; b) Identificar as características de encontrabilidade da informação do Repositório Huet a partir do uso de checklist; c) Descrever como a comunidade surda do INES observa a encontrabilidade de objetos digitais para educação de surdos no Repositório Huet.

Os resultados do estudo evidenciam que nem todos os atributos de encontrabilidade da informação estão presentes no Repositório Huet, são eles: *affordances* e *wayfinding*, descoberta de informações, intencionalidade, mobilidade, convergência e ubiquidade. Esses atributos possuem problemas que podem ser solucionados, além disso, a comunidade surda do INES aponta questões importantes que podem aprimorar o ambiente digital analisado, quebrando barreiras para a inclusão digital de minorias, nesse particular, de uma minoria linguística. Os autores concluem que o estudo não é conclusivo em si, mas esperam que abra espaço para que novas discussões sobre a encontrabilidade possam surgir, levando em consideração a opinião dos usuários, e, sobretudo de usuários que fazem parte de minorias com características diversas, minorias que, assim como os surdos, precisam ser ouvidas.

O estudo de Valle, Maritan e Lacet (2017) explora o conceito de “Acessibilidade como um Serviço”, implementando e testando um serviço que torne possível o acesso a conteúdo digital para usuários especiais. A proposta é adicionar uma camada entre os sistemas legados e os usuários especiais, adaptando a apresentação dos conteúdos digitais para as necessidades desses usuários. Inicialmente será contemplada a acessibilidade para usuários surdos, um grupo de usuários que apresenta maior dificuldade de comunicação devido à escassez de soluções técnicas adequadas para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O artigo apresenta o trabalho do Grupo de Trabalho para Acessibilidade como um Serviço (GT-AAAS), formado por pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que teve seu início em 2011, e propôs a implantação de um serviço que torne possível o acesso a conteúdo digital para usuários com necessidades especiais. O GT-AAAS, ao longo dos dois anos no programa,

desenvolveu a ferramenta de tradução de conteúdos digitais em português para Libras, chamada VLibras. Essa ferramenta gera uma legenda em Libras automaticamente a partir de áudio, vídeo ou textos em português e a representa por um avatar-3D embutido na versão acessível do vídeo.

A arquitetura do serviço de tradução automática de português para Libras, funciona da seguinte forma: um arquivo de mídia é submetido pelo usuário por meio de um servidor web, que envia o arquivo ao serviço que irá realizar a tradução do conteúdo em português para Libras. O serviço gera uma legenda em Libras que será representada por um avatar-3D. Essa legenda é embutida no conteúdo original devolvido ao usuário.

Uma aplicação de utilização do serviço de tradução é o portal VLibras, em que usuários podem submeter vídeos legendados ou não e receber a versão traduzida e acessível para os usuários surdos. Uma característica importante do serviço e do portal VLibras é que, além de gerar automaticamente os conteúdos em Libras, ele permite que os usuários configurem o tamanho, a posição e a cor do fundo da janela de Libras. Com isso, o usuário pode adaptar a saída do sistema de acordo com as suas preferências. Além disso, a interface do portal foi projetada para ser acessível para usuários surdos, uma vez que ela não é baseada em textos. Mais especificamente, vídeos com intérpretes de Libras são exibidos em todas as telas de configuração do sistema, especificando quais as ações disponíveis para o usuário e, consequentemente, direcionando a interação.

Sobre a inclusão de pessoas com necessidades específicas na educação profissional da rede federal, os estudos de Melo e Sondermann (2020) e Melo (2021) tratam da promoção da acessibilidade e remoção de barreiras nos processos seletivos no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Em seu estudo, Melo e Sondermann (2020) argumentam que a carência de documentos norteadores sobre acessibilidade em processos seletivos discentes impossibilita a equiparação de oportunidades e o acesso em igualdade de direitos pelas pessoas com deficiência à educação profissional e tecnológica. Assim, no estudo, os autores propõem identificar fatores relacionados à acessibilidade dessas pessoas em processo seletivo do IFES de forma a contribuir com a institucionalização de ações inclusivas. O referido instituto oferece vagas reservadas às pessoas com deficiência

e busca, através dos setores envolvidos, mecanismos para garantir o acesso a todos, porém observou que algumas leis e conceitos ainda não estão bem compreendidos de forma que revela a necessidade, além da elaboração de documentos e cartilhas, do desenvolvimento profissional da equipe escolar numa perspectiva inclusiva.

Considerando a educação como direito social de todos visando ao pleno desenvolvimento humano, ao preparo para exercício da cidadania e para o trabalho, o estudo de Melo (2021) buscou compreender as ações de acessibilidade relacionadas aos processos seletivos. No estudo, foi possível identificar um total de 28 ações de acessibilidade e verificar que o IFES realizou 68% destas. Das ações que o Instituto realiza, 53% necessitam de aperfeiçoamento e estão relacionadas, em sua maioria, à acessibilidade comunicacional. Entre as necessidades de aperfeiçoamento, além da necessidade de fundamentação da deficiência sob uma perspectiva social, destacam-se:

a carência de orientações e formação para a atuação dos profissionais especializados tais como leitor, transcritor e tradutor e intérprete de Libras-Português; a divulgação, o portal IFES (incluindo documentos disponibilizados e a disposição destes nos sites), e o sistema de inscrições acessíveis para pessoas com deficiência intelectual, visual e auditiva, principalmente; a disponibilização de postos de atendimento com profissionais especializados e editais em diferentes formatos conforme as demandas dos participantes com deficiência. (MELO, 2021, p. 106).

Os resultados encontrados no estudo de Melo (2021) possibilitaram diagnosticar as necessidades de aprendizagem que foram consideradas no modelo pedagógico do curso, o qual foi proposto buscando-se conduzir a uma reflexão crítica e criadora a qual, tendo como base os conceitos, as normas e as boas práticas de acessibilidade, propõe mudanças que visam à autonomia e à práxis de todos nos processos seletivos.

Pelo exposto, podemos inferir que há poucos estudos sobre acessibilidade de surdos a portais digitais, que eles transitam em espaços digitais de universidades brasileiras preocupadas com a inclusão de estudantes surdos nesses contextos, e em espaços como repositórios e canais digitais específicos para o público surdo. Especificamente no contexto dos institutos federais, encontramos apenas dois estudos, um focado na acessibilidade e navegabilidade do sistema acadêmico

institucional e o outro voltado para o processo de ingresso, com foco na infraestrutura para a aplicação de provas. Nesse sentido, o presente estudo, que aborda o viés de acessibilidade para surdos em portais digitais voltados para o processo de ingresso no IFC, traz contribuição para a área, além de atender uma necessidade imediata do IFC sobre essa questão específica por meio do desenvolvimento do produto educacional pretendido: Tutorial Bilíngue (Libras-Português), visando qualificar o acesso e uso do Portal de Ingresso e do Portal do Candidato para o processo seletivo do IFC.

No que se refere à acessibilidade de portais digitais pelo público surdo, a literatura revisada no recorte temporal de 2017 a 2021 sugere recursos e alertas sobre recurso, diretrizes para recursos, modelos e avaliações de modelos, visando mitigar as barreiras comunicacionais, informacionais e atitudinais que impedem a integração das pessoas surdas a contextos digitais de comunicação e informação e à sociedade.

Neste capítulo apresentamos o arcabouço teórico que dá suporte a este estudo. No próximo, apresentaremos o desenho metodológico do presente estudo.

CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos que delineiam o desenvolvimento desta pesquisa, descrevendo as etapas a serem percorridas e as respectivas caracterizações, explicações e justificativas. Para isso, o capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira é apresentada a caracterização da pesquisa, na segunda o contexto e os participantes, na terceira os instrumentos para a geração de dados e na quarta a forma como os dados gerados serão analisados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Apoiadas em Bogdan e Biklen (1994), compreendemos que os seres humanos modificam significativamente suas posturas de acordo com o meio no qual estão inseridos e com as características culturais e os paradigmas sociais vigentes em determinado momento histórico. Sendo assim, optamos por produzir esta investigação sob uma abordagem qualitativa, visto que entendemos que nosso olhar investigativo está direcionado para as subjetividades dos processos educacionais de acesso inclusivo de estudantes surdos ao Ensino Médio Integrado (EMI) no IFC/Campus Avançado Sombrio (CAS).

Dessa forma, esta pesquisa, um estudo de caso de natureza aplicada, tem como objetivo “investigar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo aos Cursos do Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense, e propor, a partir desse resultado, um produto educacional que potencialize o acesso e o uso desses portais pelo público surdo”.

O estudo parte do pressuposto de que os estudantes surdos que buscam o Campus Avançado Sombrio para sua formação em Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio não usam a reserva de vagas a que têm direito por lei, indicado na aba Ações Afirmativas para PcDs no Portal de Ingresso do IFC, porque o desenho

atual do processo demanda certo nível de letramento digital, além do domínio do português escrito e/ou da tradução em Libras e do conhecimento de termos específicos de editais de ingresso que não fazem parte do repertório desse público; portanto, a proposta atual do Portal de Ingresso e do Candidato requer ajustes e/ou recursos diferenciados para qualificar a interação com o usuário surdo.

Outro pressuposto que embasa a pesquisa é o fato de que, provavelmente, os responsáveis pelo processo de ingresso têm uma compreensão rasa das necessidades do público surdo para navegar e interagir em plataformas digitais, especialmente as usadas pela instituição como suporte ao processo de inscrição em cursos técnicos integrados ao ensino médio. Pela análise preliminar do Portal de Inscrição e do Candidato, parece-nos que para os especialistas basta traduzir termos do português para Libras, para que o estudante surdo interaja com as plataformas digitais da instituição e complete seu processo de inscrição com êxito.

Assim, para alcançar o objetivo do estudo, partiremos de um Estudo de Caso com uma estudante surda do EMI, do Campus Avançado Sombrio, que ingressou na instituição pela modalidade Ampla Concorrência, ou seja, não usou a reserva de vaga a que teria direito. Acreditamos que buscar uma compreensão do processo de inscrição dessa estudante pode nos levar a uma proposta de melhoria da acessibilidade em relação a Ações Afirmativas / reserva de vaga para PcDs, que inclui o público surdo. Acreditamos ainda que tal compreensão pode gerar ideias que potencializem as relações entre o IFC/CAS e a comunidade surda da região, otimizando o uso das vagas reservadas não apenas para os estudantes surdos, mas também para outros públicos que têm direito a essas vagas.

Nesse sentido, buscaremos entender quem é o estudante surdo do ensino fundamental da região onde o IFC/CAS está inserido, visando antecipar estratégias de ingresso na instituição. Além disso, buscaremos identificar a percepção dos servidores responsáveis pela divulgação dos processos de ingresso em relação à acessibilidade do Portal de Ingresso e do Portal do Candidato e de outros servidores sobre o tutorial bilíngue (Libras-Português) para estudantes surdos que pretendemos criar, implementar e avaliar.

A seguinte pergunta de pesquisa guiará o Estudo de Caso: “Como potencializar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense nos Portais de Ingresso e do Candidato?”

Visando responder a essa pergunta geral de pesquisa, delineou-se as seguintes perguntas específicas:

- a) Qual a percepção do estudante surdo em relação à acessibilidade do processo de inscrição de surdos ao EMI do IFC/CAS?
- b) Qual a percepção dos servidores participantes do estudo em relação à acessibilidade do processo de inscrição de surdos ao EMI do IFC/CAS?
- c) Que desenho de produto educacional pode potencializar a acessibilidade de estudantes surdos às vagas reservadas para eles?

Para atender os objetivos da pesquisa e responder às perguntas elaboradas, a figura 7, na sequência, apresenta resumidamente o desenho metodológico do presente estudo.

Figura 07: Desenho metodológico da pesquisa

01	TÉCNICA	• DIRETA
02	NATUREZA	• APLICADA
03	OBJETIVO	• EXPLORATÓRIO-DESCRIPTIVO
04	ABORDAGEM DO PROBLEMA	• QUALITATIVA
05	FONTE DE INFORMAÇÃO	• BIBLIOGRÁFICA & CAMPO
06	PROCEDIMENTO TÉCNICO	• ESTUDO DE CASO
07	ANÁLISE DE DADOS	• ANÁLISE DE CONTEÚDO

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021)

Como sinaliza a figura 7, quanto à técnica, a pesquisa se classifica como direta ou primária e a natureza como aplicada, tendo em vista a obrigatoriedade da criação de um produto educacional para a solução de um problema real. Quanto à abordagem dos objetivos do estudo, esta será exploratório-descritiva e a abordagem do problema será qualitativa. As fontes de informação serão a de campo e bibliográfica e, como procedimento técnico, escolhemos o Estudo de Caso.

Ao tratar do Estudo de Caso como estratégia de pesquisa, Yin (2001) afirma que:

[...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores. (YIN, 2001, p. 21)

Ainda, consideramos os objetivos desta investigação de cunho exploratório-descritivo, tendo em vista que busca proporcionar maior familiaridade com os problemas referentes ao acesso do estudante surdo ao processo de ingresso na instituição e dar maior visibilidade à temática.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GIL, 2002, p. 41)

E, na acepção de Gil (2002, p. 28), “as pesquisas [descritivas] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em suma, se considerarmos a compreensão de Yin (2001) sobre Estudo de Caso, a de Gil (2002) sobre a abordagem dos objetivos gerais de uma pesquisa, e a de Bogdan e Biklen (1994) sobre pesquisa qualitativa, pode-se dizer que esta pesquisa é um Estudo de Caso com uma abordagem exploratório-descritiva de seus

objetivos e qualitativa de seu problema de pesquisa, tendo em vista que buscamos também dar visibilidade às questões que correm paralelas ao problema de pesquisa, como a inclusão e a acessibilidade dos surdos a plataformas digitais, a partir da percepção da comunidade externa e interna do IFC/CAS como ponto de partida.

Em outras palavras, este “[...] estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 89), envolve o estudo de um caso dentro de um ambiente ou contexto contemporâneo da vida real (YIN, 2009), e pretende “[...] proporcionar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2002, p. 55).

Com base no princípio de que o acesso à educação é direito de todos, sem discriminação, em igualdade de oportunidades, buscaremos por meio da pesquisa bibliográfica¹⁴ e documental realizar levantamentos teóricos que propiciem reflexões sobre as práticas educativas inclusivas da instituição. A pesquisa bibliográfica segundo Gil (2002) “é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 48), ou seja, “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 23).

Ainda, alinhadas a Bogdan e Biklen (1994), entendemos que toda pesquisa é fundamentada em uma orientação teórica que expressa uma determinada forma de compreender e de afirmar como o mundo é e como ele funciona. “A teoria ajuda a coerência dos dados e permite ao investigador ir para além de um amontoado pouco sistemático e arbitrário de acontecimentos” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 53). Portanto, buscamos estabelecer os conhecimentos teóricos que nos auxiliarão a compreender os dados produzidos, mediante uma perspectiva de ação colaborativa e produção de conhecimento. Nesse caso, é comum utilizar o levantamento bibliográfico, entrevistas e análises de documentos, que propiciarão respostas e compreensão dos questionamentos levantados.

¹⁴ A pesquisa bibliográfica, detalhada no Capítulo I, na seção Estado da Arte, encontra-se em andamento, mas será deslocada para este capítulo quando da escrita da dissertação.

3.2 CONTEXTO E PARTICIPANTES

O critério para delimitar o contexto de pesquisa considera a instituição de ensino, aplicado aos participantes da pesquisa: a estudante surda do IFC/CAS, bem como servidores-gestores do referido campus diretamente ligados às ações inerentes a esse processo, a docente surda do NuBi CAS/IFC e o especialista em audiovisual do Campus Palhoça-Bilíngue/IFSC. O contexto e os participantes serão apresentados nas subseções que seguem.

3.2.1 Contexto

O Campus Avançado Sombrio (CAS), contexto deste estudo, oferta o Curso Superior de Licenciatura em Matemática, atualmente com 199 alunos matriculados; de Tecnologia em Gestão de Turismo, com 186 alunos matriculados; de Tecnologia em Redes de Computadores, com 163 alunos matriculados; e os cursos Técnico em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio, com 109 alunos matriculados, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, com 214 alunos matriculados e Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio, com 91 alunos matriculados¹⁵.

Os cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados no IFC/CAS foram pensados para atender os setores mais significativos da economia. Antes de apresentar cada curso, é importante mencionar que essas informações são oriundas do *site* do IFC/CAS, que apresenta cada curso à comunidade de forma concisa.

O curso na área de informática, por exemplo, propõe-se a habilitar sujeitos para atuarem nas áreas da tecnologia da informação, que compreende os saberes em Linguagem de Programação, *Hardware* e Redes de Computadores, que é o curso com a maior procura. Já o curso de Tecnologia em Redes de Computadores possibilita aos egressos um vasto campo de atuação profissional, com atividades de planejamento, análise, controle, projeto e gerenciamento de redes, atuando no segmento industrial, agrícola, de serviços, instituições de ensino e pesquisa, órgãos

¹⁵ Dados capturados do sistema acadêmico de gestão SIGAA. Disponível em: <https://sig.ifc.edu.br/sigaa/verTelaLogin.do>. Acesso em: 17 nov. 2021.

governamentais e não-governamentais, nas áreas de administração, configuração, análise de desempenho, dimensionamento e integração de redes de dados. O tecnólogo que atua nessa área desenvolve processos para gerenciamento de estruturas de redes de computadores, primando pela segurança na troca de informações, criando processos para garantir um bom funcionamento da infraestrutura de comunicação de dados, voz e imagens.

A área de Hospedagem visa à formação de profissionais habilitados a trabalhar em diversos setores de empreendimentos de hospedagem e até mesmo outras atividades voltadas ao Turismo (como eventos e restaurantes). Diante disso, destaca-se ainda a importância de oferecer um curso superior na área do Turismo, dando sequência aos estudos. O curso de Tecnologia em Gestão de Turismo foca a atuação na gestão sustentável do turismo, planejando, organizando e executando ações com vistas ao desenvolvimento turístico sustentável local, regional, nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental das localidades onde o egresso esteja inserido, sendo um alavancador de negócios com uma visão empreendedora, crítica e reflexiva, favorecendo a qualidade de vida da população e engrandecendo a sua atuação profissional, através da transformação regional de potencial turístico para um produto turístico referência.

O campus ainda oferece o curso Superior de Licenciatura em Matemática, que busca formar professores críticos, reflexivos e criativos, com domínio do conhecimento matemático, científico e pedagógico para atuarem na educação básica, com ênfase nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

O curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio, no qual estuda a estudante surda participante desta pesquisa, vem ao encontro do espírito inovador do IFC, visando suprir a carência de mercado na formação direcionada de profissionais para atuarem na área de Informática. Duas das áreas da informática que merecem uma atenção especial para a educação continuada são a área de programação de computadores e a área de desenvolvimento para web e para dispositivos móveis. Esse fato se justifica pelo surgimento de computadores com alta capacidade e baixo custo e pelo desenvolvimento dos sistemas de

comunicação de dados, permitindo utilização em larga escala e ignorando fronteiras culturais, tecnológicas e financeiras.

A expansão da *Internet* e o aumento constante da utilização de dispositivos móveis, como *smartphones* e *tablets*, também justificam a importância das áreas na Informática. Dessa maneira, as áreas de programação de computadores e a de desenvolvimento para *web* e para dispositivos móveis assumem um papel fundamental na expansão dos negócios e desenvolvimento de inovações para atender às demandas da sociedade. Considerando a escassa oferta de formação específica, justifica-se a criação do Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio.

Face ao exposto, o IFC – Campus Avançado Sombrio, atento às demandas específicas de formação técnica de nível médio, organiza seu Projeto Pedagógico de Curso para atender os alunos da região em que está inserido, comprometendo-se com uma formação integral. Nessa perspectiva, deverá garantir as competências na formação de seus estudantes, norteado por princípios éticos, políticos e pedagógicos, visando articular tecnologia e humanismo, teoria e prática em prol do desenvolvimento territorial sustentável da região.

3.2.2 Participantes

Neste estudo, tomou-se como participantes da pesquisa quatro (04) profissionais que atuam na gestão, execução ou em caráter consultivo do processo seletivo de ingresso à EPT integrada ao ensino médio do IFC/CAS; uma (01) estudante surda do CAS/IFC, uma (01) docente surda do NuBi/CAS; e um (01) especialista em material audiovisual do Campus Palhoça Bilíngue do IFSC, perfazendo um total de 07 (sete) participantes.

Cabe lembrar que, ao longo do estudo, tivemos a participação do tradutor-intérprete de Libras do CAS/IFC, que não apenas colaborou com a interpretação do conteúdo informacional do produto educacional desenhado para a pesquisa, mas também participou das simulações preparadas para a geração de dados e das entrevistas com a estudante surda como intermediador do processo.

Com o objetivo de conhecer os processos de elaboração do processo de ingresso e as atuais ações para acessibilidade da comunicação e informação desses processos, foram entrevistados 03 (três) servidores segundo os seguintes critérios: o servidor responsável pela Coordenação Geral de Ingresso - CGI/Reitoria, que coordena todo o processo de elaboração do edital de ingresso; o servidor responsável pela Coordenação Geral de Comunicação - CECOM/Reitoria, que coordena a comunicação e divulgação do processo seletivo; 01 (um) servidor que responde pelo atendimento especializado do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE; 01 (um) servidor do Núcleo Bilíngue Libras-Língua Portuguesa - NuBi/Reitoria, que contribui com a interpretação de provas e desenvolve papel orientativo e consultivo para a CGI e CECOM no que tange ao edital de ingresso. Ou seja, entre os servidores do IFC participantes da pesquisa, foram incluídos aqueles com poder de decisão e participação direta ou indireta ou em caráter consultivo na elaboração dos processos de ingresso da instituição; os servidores sem essas atribuições não foram incluídos no estudo. Também foi incluída uma (01) docente surda do NuBi/CAS para identificarmos as percepções na perspectiva daquele que ensina tendo em vista o caráter instrutivo do produto educacional (tutorial bilíngue) pretendido.

Em relação ao perfil geral dos participantes da pesquisa, todos os servidores lotados na Reitoria do IFC têm, no máximo, 5 anos de instituição, a formação predominante é de pós-graduação, em nível de especialização, porém a servidora do NAPNE possui Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Três servidores são ouvintes (CGI, CECOM e NAPNE), porém a servidora do NAPNE é cega, com conhecimento em Braille e formação em pedagogia. Os servidores da CGI e CECOM têm formação na área de Tecnologias, Ciência da Computação e Comunicação Visual, não têm conhecimento em Libras e atuam diretamente na gestão administrativa. As outras participantes, a servidora (NuBi/Reitoria) tem formação em pedagogia e mestrado acadêmico em educação, é ouvinte e intérprete de Libras na instituição. Já a docente atuante no NuBi/CAS é surda, com conhecimento de Libras e graduação em assistência social. Cabe lembrar que ambas, a docente surda e a docente cega, atuam em sala de aula e apoiam as coordenações NAPNE e NuBi.

Sobre o perfil dos servidores dos IFs, Melo (2021, p. 15) enfatiza que “a

maioria dos profissionais que atuam na organização e execução destes processos [de ingresso/seletivo] são servidores que possuem formação diversa, do ensino fundamental ao superior, de acordo com o cargo que ocupam”. Nesse sentido, este estudo corrobora com o estudo de Melo (2021).

Com o objetivo de avaliar o material audiovisual do produto educacional e o *site* criado para abrigar o produto, participaram da pesquisa um (01) especialista em material audiovisual do Campus Palhoça Bilíngue do IFSC. Esse profissional é graduado em Tecnologia em Cinema, TV e Mídia Digital, ocupa cargo de tecnólogo em Produção Audiovisual há 6 anos e 2 meses no IFSC, *Campus* Palhoça Bilíngue, e comunica-se em Libras. Também participaram da avaliação do produto educacional a intérprete de Libras do NuBi/Reitoria e docente surda do NuBi - CAS/IFC, que avaliaram, respectivamente, os vídeos do produto educacional a partir da perspectiva de um especialista em Libras e do docente surdo. Além desses profissionais, a estudante surda também avaliou o tutorial bilíngue a partir da visão do usuário surdo.

A participante, estudante surda do IFC/CAS, é usuária de Libras desde os dois anos de idade, quando entrou na escola. É filha de pais ouvintes, faz pouco uso da leitura labial e teve dificuldade de relatar detalhes sobre seu tratamento fonoaudiológico; sabemos apenas que não desenvolveu a oralidade para a comunicação. Escreve e lê de forma simples e com dificuldade na língua portuguesa, e sempre foi acompanhada por intérpretes na sua vida escolar na rede pública estadual. Ainda, a estudante ingressou no campus pela modalidade Ampla Concorrência na disputa de vagas, ou seja, não usou a modalidade de ingresso por Ação Afirmativa a que teria direito.

A opção por entrevistar essa estudante também está relacionada ao fato de ser a única estudante surda do campus, maior de idade (21 anos conforme registro no sistema acadêmico do campus - SIGAA/IFC), dispensando a anuência dos pais e, portanto, a produção do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Além disso, a escolha abre a possibilidade de conhecer o motivo que a levou a optar pela modalidade Ampla Concorrência e não pela Reserva de Vaga para PcDs, além de buscar a sua percepção em relação à acessibilidade do seu processo de ingresso, que inclui uma reflexão sobre o Portal de Ingresso e o Portal do Candidato. Para a

interação com a participante surda, foi prevista a participação de um Tradutor-Intérprete de Libras do campus, devido à estudante comunicar-se em Libras e a pesquisadora apenas em português.

Tendo descrito os participantes do estudo e justificado sua inclusão, na próxima seção apresentamos os instrumentos de geração de dados para o presente estudo.

3.3 INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS

Conforme Gil (2002), no momento em que o pesquisador define os participantes do estudo, inicia a geração de dados, que pode ser por meio de entrevistas, de observação no campo do estudo, de questionários e de registros documentais quando disponíveis. Ainda ao definirmos esta pesquisa como qualitativa, estamos fazendo referência à forma como os dados gerados foram analisados.

No presente projeto, utilizamos, além da revisão da literatura sobre acessibilidade de estudante surdo à plataformas digitais, documentos do IFC que orientam a acessibilidade desse público às plataformas digitais de ingresso à instituição como instrumentos de geração de dados.

Para André e Lüdke (1986, p. 38), documentos são “[...] leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares”. A análise documental é uma técnica valiosa de abordagem qualitativa que pode tornar visível aspectos novos sendo que seu uso é apropriado para validar ou complementar informações obtidas por outras técnicas como a entrevista ou a observação (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Conforme Lüdke e André (2014), a análise documental:

é apropriado quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, ou quando há problemas de acesso aos dados, ou ainda, quando se pretende ratificar e validar informações obtidas por outras técnicas de coleta,

como, por exemplo, a entrevista, o questionário ou a observação. (LÜDKE; ANDRÉ, 2014, p. 47)

Ainda, visando aproximar o estudo da realidade dos processos de ingresso do estudante surdo ao EMI do IFC/CAS, como recurso para geração de dados utilizamos entrevistas e questionários com os participantes da pesquisa. Cabe ressaltar que as entrevistas visam também trazer subsídios para o desenho do produto educacional, um Tutorial Bilíngue sobre o passo a passo do referido processo nos portais, com glossário de termos técnicos referentes ao ingresso. Ainda, a implementação do produto também gerou dados, visando à sua avaliação e qualificação.

Para Bogdan e Biklen (1994), as entrevistas qualitativas concedem ao entrevistador uma abrangência de temas, permitindo a ele levantar uma série de tópicos e concedem ao participante a oportunidade de modelar seu conteúdo. Ainda, o entrevistador necessita encorajar o participante a expressar sua área de interesse, em seguida explorá-las profundamente, retomando aos tópicos que o respondente iniciou. Assim, o participante exerce um papel crucial na definição do conteúdo da entrevista e na condução do estudo (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Conforme Lüdke e André (1986), a entrevista se realiza de forma exclusiva, pois permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam eficaz na obtenção das informações desejadas, pois ela ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Assim, é possível ao pesquisador ter liberdade durante a entrevista, permitindo realizar perguntas diferentes das que estão elaboradas no roteiro, conforme a necessidade do entrevistador com relação às experiências do entrevistado (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

As entrevistas com a estudante surda do CAS/IFC ocorreram em dois momentos do estudo: o primeiro, para traçar o perfil da estudante e fazer uma simulação de inscrição a um curso integrado ao ensino médio com os recursos disponibilizados nos portais no momento da pesquisa, capturando suas necessidades e percepções sobre o processo apoiado nos recursos disponíveis; e, o segundo, para fazer uma nova simulação de inscrição no mesmo curso, utilizando o tutorial bilíngue (Libras-Português) desenvolvido para o estudo, capturando, assim, suas

necessidades e percepções sobre o processo de inscrição nos portais do IFC nesse momento do estudo.

Já as entrevistas com os servidores envolvidos na elaboração e divulgação do processo de ingresso nos portais: coordenação da CGI, CECOM, NAPNE, tiveram como foco capturar as percepções desses servidores sobre a acessibilidade dos portais do IFC usados para o processo de ingresso na instituição, tendo como foco exclusivamente a acessibilidade do candidato surdo.

Em relação aos questionários, estes foram aplicados com a docente surda do NuBi - CAS/IFC, para trazer o olhar do docente sobre a instrução ao candidato surdo, e o especialista em audiovisual do Campus PHB/IFSC. Esse instrumento buscou identificar a percepção desses participantes sobre a acessibilidade do tutorial bilíngue, pontos positivos e aspectos a serem melhorados. Em outras palavras, esses dois participantes avaliaram o produto educacional criado e implementado com a estudante surda, que também trouxe sua percepção sobre a eficácia do produto no momento da implementação deste.

Na sequência, trazemos alguns quadros com as questões-guia para as entrevistas e o questionário aplicado aos avaliadores do produto educacional.

Quadro 02: entrevista com a CGI

Contextualizando a entrevista

Para o meu projeto de pesquisa tenho lido vários documentos institucionais. No regulamento do processo de ingresso, item V, referente às responsabilidades da CGI, diz o seguinte: “Definir, em conjunto com a CECOM, COGEPE E CONSEPE, a divulgação e campanhas dos processos de ingresso discente e dos concursos públicos”.

Especificamente em relação a esse item, você poderia explicar como é feito o planejamento da divulgação e campanhas dos processos de ingresso ao IFC? Quem participa desse processo? Existe preocupação em atingir o máximo de alcance externo? Que mídias são utilizadas para isso?

Nesse processo de divulgação e campanhas para ingresso no IFC, há preocupação em alcançar candidatos que se encaixam na política de vagas reservadas? Há alguma divulgação ou campanha especialmente voltada para PPIs ou PcDs? Entre os PcDs, há algum recurso ou ferramenta específica para facilitar a acessibilidade de estudantes/candidatos surdos, por exemplo?

As vagas de PcDs são integralmente preenchidas? Em caso negativo, há alguma pesquisa formal ou informal sobre possíveis causas do não preenchimento dessas vagas? Essa informação é pública?

Tendo como parâmetro a divulgação e campanhas recentes, você diria que a comunicação externa aos processos de ingresso do IFC são acessíveis a todos os candidatos que procuram a instituição para a sua formação profissional?

Você poderia ilustrar que ações a instituição vem adotando para possibilitar a acessibilidade e inclusão de pessoas surdas nos processos seletivos para ingresso ao ensino médio integrado?

Na sua opinião, o que poderia ser feito para potencializar a acessibilidade e e consequente inclusão de pessoas surdas nos processos seletivos para ingresso ao ensino médio integrado?

Em relação ao portal dos candidatos, você o considera acessível aos surdos? Em caso afirmativo, você poderia especificar ou exemplificar essa acessibilidade?

Em relação à inscrição do candidato, você poderia explicar um pouco sobre esse processo? Como é feita a inscrição on-line dos candidatos surdos?

Você teria alguma observação sobre a temática da acessibilidade de estudantes surdos que considera importante compartilhar, porém não foi trazida à tona na conversa?

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Quadro 03: entrevista com a CECOM

Em relação à finalidade da CECOM, você poderia explicar como é feito o assessoramento à gestão? Há planejamento conjunto para a divulgação de campanhas para os processos de ingresso ao IFC? Quem participa desse processo? Existe preocupação em atingir o máximo de alcance externo? Que mídias são utilizadas para isso e por quê?

No processo de comunicação, divulgação e campanhas para ingresso no IFC, há preocupação em alcançar candidatos que se encaixam na política de reserva de vagas? Há alguma divulgação ou campanha especialmente voltada para PPIs ou PcDs? Entre os PcDs, há algum recurso ou ferramenta específica para facilitar a acessibilidade de candidatos surdos, por exemplo?

Ao acessar o site da CECOM no ícone materiais de divulgação – campanhas de ingresso – há apenas o do Ensino Superior de 2016. Você saberia explicar o motivo? Não consta no site da CECOM materiais de divulgação – campanhas de ingresso – para o Ensino Médio Integrado. Você saberia explicar o motivo?

Você poderia ilustrar que ações de acessibilidade a instituição vem adotando para possibilitar a acessibilidade e inclusão das pessoas surdas nos processos seletivos para ingresso ao ensino médio integrado?

Na sua opinião, o que poderia ser feito para potencializar a acessibilidade e inclusão de pessoas surdas nos processos seletivos para ingresso ao ensino médio integrado?

Em relação ao regulamento de ingresso, no item número XII, diz que a responsabilidade da CGI é Supervisionar o Portal do Ingresso em conjunto com a CECOM. Com base nessa afirmação, você considera esse portal acessível aos surdos? Em caso afirmativo, você poderia especificar ou exemplificar como essa acessibilidade foi planejada e trazida ao portal?

Para divulgação, há no site da CECOM uma amostra do material de campanha criado para o Processo Seletivo de 2021 dos cursos técnicos integrados. Qual o intuito do material criado para essa campanha especificamente? O que a imagem tenta representar? Você considera que a imagem é compreensível um público específico, por exemplo, o surdo?

Para o ingresso 2022, já há divulgação? Há algum material desenhado?

Você teria alguma observação sobre a temática da acessibilidade comunicacional para surdos que considera importante compartilhar, porém não foi trazida à tona na conversa?

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Quadro 04: entrevista com o NAPNE

Fale sobre sua atuação na Comissão de Processo Seletivo, quais as atividades que você vem desenvolvendo nessa comissão?

Fale sobre sua atuação no Processo Seletivo, quais as atividades que você vem desenvolvendo?

Qual sua percepção sobre a forma de ingresso dos estudantes surdos na instituição? Em sua opinião, os processos pelos quais esses estudantes passam são acessíveis a eles? Podem ser melhorados? O que você acha que pode melhorar?

Você considera que as ações afirmativas que a instituição oferece são acessíveis para os candidatos? Acessível no sentido de ter acesso às informações sobre vagas reservadas? De quem é a responsabilidade da divulgação? A divulgação pode ser melhorada tendo em vista que as vagas não são preenchidas?

Quais sugestões você teria para melhorar a orientação que a instituição fornece aos candidatos surdos sobre o portal de ingresso e portal do candidato dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFC?

Existem alguns dados ou relatório em relação às reservas de vagas não preenchidas pelos candidatos surdos? Existe essa preocupação das vagas não preenchidas?

Existe algum planejamento estratégico em relação à acessibilidade no ingresso do estudante surdo?

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Quadro 05: entrevista com o NuBi

Questões-guia para a entrevista:

Fale sobre sua atuação na Comissão de Processo Seletivo, quais as atividades que você desenvolve ou desenvolveu nessa comissão?

Fale sobre vossa atuação no Processo Seletivo, quais as atividades que você desenvolveu nessa área?

Você considera que o termo Ações Afirmativas do Portal de Ingresso é acessível para os candidatos surdos? Você considera que o programa de Libras dá conta de explicar ao candidato surdo todas as questões sobre a reserva de vagas para o estudante surdo? E o tutorial explicando o que são Ações Afirmativas? É acessível?

O projeto do Glossário tem contemplado os objetivos? Teve participação da comunidade surda nessa elaboração?

Como é a interação e a participação da instituição ou do NuBi com a comunidade surda?

Existe algum relatório das vagas ocupadas por cotas dos estudantes surdos do CAS?

Existe a preocupação das vagas não preenchidas das Cotas por estudantes surdos na instituição?

Existe algum planejamento estratégico em relação à acessibilidade no ingresso do estudante surdo?

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Quadro 06: entrevista com a estudante surda e avaliação do tutorial

Questões-guia para a entrevista

Como você interage/se comunica com as pessoas e o mundo/coisas ao seu redor? Faz uso de leitura labial? Usa Libras? Escreve/Lê em português?

Em dominando diferentes idiomas, você poderia dizer como aprendeu Libras ou português escrito?

Você navega pela internet no seu tempo livre? Quais sites e aplicativos que utiliza e com que finalidade?

Em que escola você fez o ensino fundamental? Pública? Particular?

Como você conheceu o IFC?

Como você ficou sabendo do processo seletivo do IFC?

Como foi realizada sua inscrição no processo seletivo para ingresso no IFC? Você usou o celular ou o computador?

Em usando o computador, qual foi? da instituição? pessoal? de um amigo?

Sendo o celular, qual foi? pessoal? da família? de um amigo?

No momento da inscrição, você contou com ajuda de alguém?

Essa pessoa soube fazer a inscrição sem dificuldade? Como foi o acesso ao portal de ingresso? e ao portal do candidato? e a navegação das diferentes abas e informações desses portais? Fácil e rápido?

No momento da sua inscrição, você estava junto com a pessoa que fez todo o processo de inscrição?

Em caso negativo, mostrar a página do Portal de Ingresso e perguntar sobre a percepção do entrevistado sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados no portal. Mostrar a aba Ações Afirmativas e perguntar se sabe o que é e para que serve, assim como perguntar sobre a acessibilidade do tutorial e do programa VLibras.

Você teve dificuldade para se inscrever no Portal do Candidato ou de entender as informações no Portal de Ingresso? Quais foram as dificuldades encontradas para a sua inscrição no Portal de Ingresso e no Portal do Candidato? Os links ajudaram ou dificultaram o processo?

Em caso afirmativo, perguntar: Você teve dificuldade para se inscrever no Portal do Candidato ou

de entender as informações no Portal de Ingresso? Quais foram as dificuldades encontradas para a sua inscrição no Portal de Ingresso e no Portal do Candidato?

Para qual curso você se inscreveu no Processo Seletivo do IFC, Campus Avançado Sombrio?

Antes de realizar a inscrição, você leu o edital? Acessou os vídeos traduzidos do edital para Libras? Os vídeos ajudaram na compreensão das informações do edital? Você sugere que esses vídeos continuem sendo produzidos?

Durante a inscrição, você selecionou as vagas reservadas? Em caso negativo, por qual motivo não selecionou as vagas reservadas? Em caso afirmativo, você teve dificuldade de encontrar e entender as explicações dadas no Portal de Ingresso ou do Candidato sobre as vagas reservadas para pessoas surdas?

Você se sentiu incluída durante o processo seletivo que participou? De que forma? Você poderia explicar ou dar algum exemplo?

Questionário de avaliação

Estudante surda: Questão-guia para a 1ª simulação de acesso e uso dos portais apenas com os recursos disponíveis no momento da pesquisa:

Descreva a experiência de navegar no Portal de Ingresso e de se inscrever no Portal do Candidato (facilidades e dificuldades que encontrou)

Estudante surda: Questões-guia para a 2ª simulação de acesso e uso dos portais com auxílio do tutorial:

1. Como foi a interação com vídeos em Libras, os *GIFs* sinalizados em Libras, as legendas? Houve facilidade de compreensão das informações? Algo a melhorar nos vídeos, *GIFs*, legendas?
2. Foi mais fácil preencher as lacunas do Portal do Candidato utilizando o tutorial como apoio? Algo a sugerir para melhorar?
3. Foi fácil entender o tutorial? Informações em português e Libras, *GIFs* e legendas ajudaram?
4. Foi fácil usar e entender os vídeos das “ações afirmativas” e do “cadastrar-se”?
5. O que chama mais atenção no *site*?
6. Considerações ou sugestões para melhorar o tutorial do processo de inscrição para estudante surdo? O que faria para melhorar o *site* para o candidato surdo?

Especialista em recursos audiovisuais e docente surda do NuBi, com base em Silveira (2020): Questões para avaliação do tutorial:

1. A apresentação das telas de interface e o uso de letras na tela do computador são bem visuais?
2. As informações relacionadas ao uso de ferramentas nos meios digitais são simples e têm uma sequência lógica para o entendimento do usuário?
3. O usuário pode realizar tarefas de forma fácil, pois a informação é clara e oferece o passo a passo para sua execução. Você concorda ou discorda com essa afirmação?
4. Há níveis de tolerância ao erro do usuário e ao executar uma ação errada é possível o usuário fazer uso de "Retorno à tela anterior". Você concorda ou discorda com essa afirmação?
5. Segue as recomendações quanto ao uso de ícones intuitivos e ressalta aspectos de baixo esforço físico e mental para execução de tarefas pelo usuário em ambiente digital. Você

concorda ou discorda com essa afirmação?

6. Segue as recomendações quanto ao uso de recursos de imagens, visando melhorar a acessibilidade em ambiente digital. Você concorda ou discorda com essa afirmação?
7. Segue as recomendações de uso de cores e de espaçamentos no layout das funcionalidades para a acessibilidade em seu ambiente digital. Você concorda ou discorda com essa afirmação.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Os questionários de avaliação do produto educacional foram enviados por email aos participantes e o *link* do produto inserido na mensagem. As entrevistas foram gravadas para posterior verificação do processo de inscrição e complementação de análise e interpretação dos resultados. A vantagem da gravação está na possibilidade de a pesquisadora poder revisitar o processo para observar o comportamento da estudante como usuária do produto: hesitações, tentativas e erros, eficácia na realização da simulação, satisfação ou desgosto durante o uso do produto, e fazer perguntas a partir das dificuldades apontadas pela estudante no processo de simulação de sua inscrição.

3.3.1 Procedimentos éticos da pesquisa

Com relação aos procedimentos éticos, o presente estudo foi postado na Plataforma Brasil, CAAE: 55077421.0.0000.0185, e aprovado pelo parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número: 5.279.176. Isso significa dizer que esta pesquisa foi guiada pelos critérios de ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme estabelecido nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde - CNS - nº 416 de 2012 e de nº 510 de 2016, que tratam dos princípios éticos e da proteção aos participantes de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Devido à pandemia do COVID-19, após aprovação do estudo pelo CEP/IFSC, mas antes de aplicar os instrumentos de coleta de dados, foi encaminhado aos participantes uma mensagem eletrônica (ver Apêndice 2) convidando para o estudo e, em anexo à mensagem, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (doravante TCLE), esclarecendo os procedimentos e as normas éticas da pesquisa.

No convite foi informado que a entrevista para a coleta de informações deve ocorrer somente após a assinatura no TCLE e o envio desse documento à

pesquisadora responsável. Foi informado também que, em caso de aceite, o participante terá acesso ao teor da entrevista antes de responder às perguntas, visando à tomada de decisão informada. Igualmente, foi informado que cada um deles receberá o endereço eletrônico e texto com as devidas instruções de envio do TCLE, assim como o *link* específico para a entrevista virtual, através da ferramenta Google Meet, e a informação sobre a possibilidade de retirar o consentimento de uso dos dados a qualquer momento e sem prejuízo ao participante.

Quanto ao TCLE, além de especificar o título e o objetivo geral do estudo, o documento informa ao participante que não terá custo ou remuneração por sua participação. No que se refere a eventuais riscos, o participante foi alertado que são mínimos e, em caso de algum desconforto emocional, terá atendimento psicológico por profissional especializado do IFSC. Além disso, caso alguma questão específica da entrevista eventualmente cause mal-estar ou embaraço no momento de respondê-la, esta poderá não ser respondida. Outros riscos que podem ocorrer, tais como cansaço, fadiga e aborrecimento ao longo da pesquisa, os participantes podem interromper sua participação, como no caso da implementação do produto educacional, por exemplo. Ademais, o participante foi informado de todos os procedimentos e terá a liberdade de se recusar a participar ou desistir da pesquisa a qualquer momento e sem qualquer prejuízo para ele.

No TCLE ainda é salientado que temos conhecimento da política de privacidade da ferramenta usada para a entrevista (Google Meet) e do risco de compartilhamento de informações com parceiros comerciais para a oferta de produtos e serviços. Para evitar esse risco, a gravação da entrevista será baixada para o computador pessoal da pesquisadora responsável e armazenada em pastas imediatamente após seu término durante cinco anos. Após esse período, os arquivos serão apagados. Também foi informado que será apagado todo e qualquer registro da entrevista na ferramenta virtual imediatamente após o término da gravação.

Quanto aos resultados da pesquisa, o TCLE informa que o acesso será aberto para os participantes e a instituição campo do estudo, com proposta de relato pessoal dos resultados, e a socialização do conhecimento produzido dar-se-á em seminários, congressos e conferências e/ou pela produção de artigos científicos e

pela postagem do texto dissertativo em repositórios da instituição e do governo federal, como a EduCAPES, por exemplo.

Vale sublinhar, ainda, que, por se tratar de um mestrado profissional com foco em educação profissional e tecnológica, o programa demanda o desenvolvimento de uma pesquisa aplicada, portanto prevê a proposição de um produto educacional que efetive a discussão proposta por meio de sua aplicação prática e sua avaliação na perspectiva das participantes, conforme mencionado anteriormente. Para atender a essa demanda: produção, aplicação e avaliação do produto educacional, alguns cuidados foram tomados tendo em vista que está direcionado para estudantes surdos. Nesse sentido, foi prevista a presença de um tradutor-intérprete de Libras no momento da implementação e avaliação pós-implementação do produto.

Na próxima seção apresentamos a metodologia para a análise dos dados gerados para o presente estudo.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS GERADOS

Ao considerarmos que a abordagem do problema desta pesquisa foi desenhada para ser qualitativa, também a análise dos dados deve ser realizada sob essa perspectiva. Por isso, optamos, neste estudo, pela Análise de Conteúdo enquanto método de organização e análise dos dados, ou seja, aquela na qual o foco é qualificar as vivências dos participantes, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos (BARDIN, 1977).

Para Bardin (1977), a Análise de Conteúdo:

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Conforme a citação, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Nesse processo, busca-se descrever o conteúdo emitido no processo de

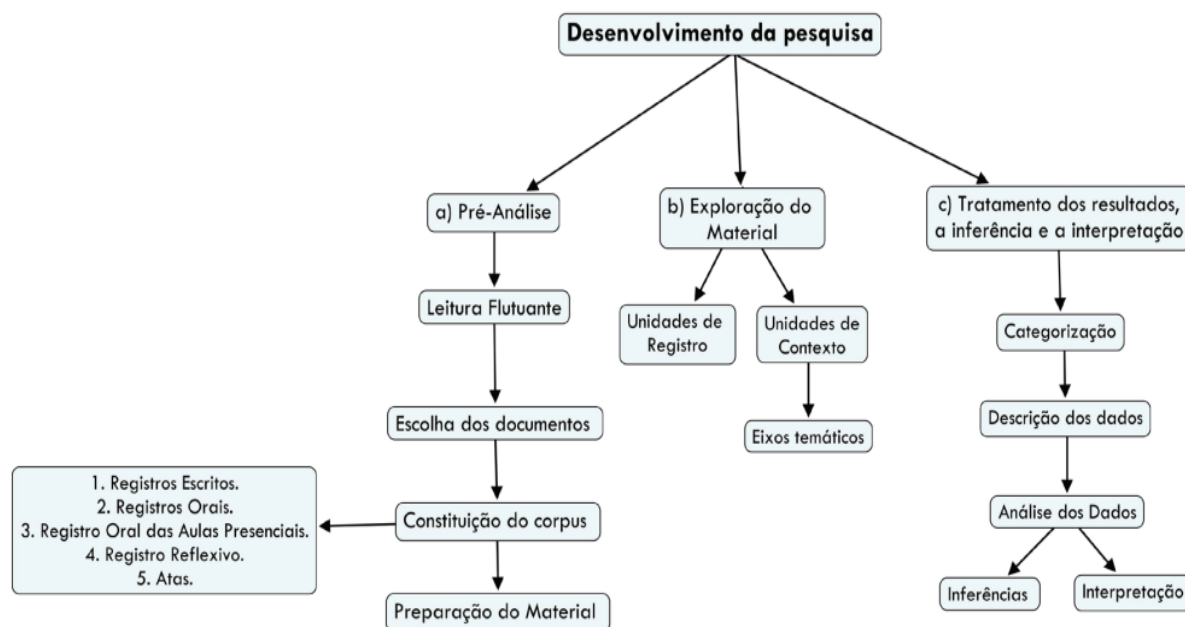
comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Outra definição importante de Análise de Conteúdo, e bem afinada com a de Bardin, é a de Minayo (2001). Na visão da autora, a análise de conteúdo constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas.

Há várias maneiras para analisar conteúdos de materiais de pesquisa. Conforme Bardin (1977), as principais técnicas de Análise de Conteúdo são: Análise Categorical, Análise do Discurso, Análise de Avaliação, Análise de Enunciação, Análise de Expressão, Análise das Relações (Co-ocorrências e Estrutural). Dentre os modelos de análise mencionados, privilegiamos a análise categorial. Nesse modelo, conforme Bardin (1977, p.33) “tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo”. A autora afirma ser esta a mais antiga e, na prática, a mais utilizada. “A Análise Categorical funciona por operações de desmembramento do texto em unidades (decomposição), para serem em seguida agrupadas em categorias, passando pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido”. (BARDIN, 1977, p. 153).

A análise categorial ou temática, sendo uma das formas que melhor se adequa às investigações qualitativas, organiza-se em três etapas que constituem a aplicação dessa técnica de análise: (1) Pré-análise; (2) Exploração do material; (3) Tratamento dos resultados e interpretação. (BARDIN, 1977, p. 127).

A Figura 8 apresenta uma imagem esquemática da organização da Análise de Conteúdo, conforme Mendes e Sguerra Miskulin (2017, p.1051).

Figura 08: Esquema da Metodologia da Análise de Conteúdo



Fonte: Mendes e Sguerra Miskulin (2017, p.1051).

Segundo Bardin (1977), a fase Pré-Análise tem três objetivos: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise; a formulação das hipóteses e/ou dos objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final”. (BARDIN, 1977, p. 95). Como indica a figura 8, a **Pré-análise** é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 1977, p. 96).

Na leitura flutuante, estabelecemos um contato com os dados e buscamos uma primeira percepção das mensagens neles contidas. (MENDES; SGUERRA MISKULIN, 2017. p. 1052). A partir desse primeiro contato e tendo como norte os objetivos da pesquisa, realizamos a seleção de alguns conteúdos para serem analisados *a posteriori*. Dessa forma, a análise documental considera as leis e

diretrizes nacionais para educação inclusiva e educação profissional e tecnológica, relatórios, editais, regimento e normas internas. Além dessas, outras fontes públicas documentais, como os documentos oficiais disponibilizados pela própria instituição, o PDI, editais dos processos seletivos do IFC que regulam e definem as políticas institucionais relacionadas ao acesso ao ingresso da pessoa surda e o Portal de Ingresso do IFC, além dos dados das entrevistas e da implementação do produto educacional serão analisados.

Na etapa de **Exploração do Material**, conforme Bardin (1977), elencamos as unidades de registro e unidades de contexto. É nessa etapa que os dados têm seu conteúdo extraído e lhes são atribuídos significados. Essa é a fase da descrição analítica, que diz respeito ao *corpus* (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e/ou objetivos da pesquisa e referenciais teóricos.

Segundo Mendes e Sguerra Miskulin (2017, p. 1054), a unidade de registro ou de significação pode ser definida como “[...] a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas”. Os registros, de acordo com Franco (2008), podem ser de distintos tipos e podem estar inter-relacionados: a palavra, o tema, o personagem, o item. Já as unidades de contexto podem ser compreendidas como aquilo que permite a codificação dos temas recorrentes nos dados (BARDIN, 1977).

A classificação das unidades de registros, que permitem a categorização, foi feita considerando a recorrência nos dados da pesquisa. Como critério para estabelecimento de uma unidade de registro foi considerada a repetição do dado em pelo dois momentos. Assim, quando analisamos as respostas das entrevistas, as unidades de registros se originaram de, ao menos, duas respostas com mesmo teor para a pergunta à qual essas respostas estiverem vinculadas. No caso do produto educacional, foi usado o mesmo critério: duas repetições com o mesmo teor vinculadas à sua respectiva pergunta.

A etapa de **Tratamento dos resultados, inferência e interpretação** constitui-se da criação de categorias de análise que “emergem por meio de uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por

diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 117). Nessa etapa, as unidades de registro e de contexto elencadas nas etapas anteriores foram revisitadas considerando a fundamentação teórica e culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 1977, p. 101).

Tendo em vista as diferentes fases do método para a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), destacam-se como o próprio autor o fez, as dimensões da codificação e categorização que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências. No que tange à codificação, “corresponde a uma transformação – efectuada (sic) segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão” (BARDIN, 1977, p. 103). Após a codificação, segue-se para a categorização, que “são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado (sic) em razão dos caracteres comuns destes elementos”. (BARDIN, 1977, p. 117).

Para Bardin (1977), a inferência poderá “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor” (BARDIN, 1977, p. 133), a fim de proceder inferências e redigir sínteses interpretativas nesse processo de interpretação dos resultados, ou seja, conceder significação nova a estas características. Bardin (1977) esclarece que a interpretação proposta pelo método de Análise de Conteúdo consiste em “descobrir por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, um sentido não explícito”. (BARDIN, 1977, p. 133). E isso exige grande esforço de interpretação do analista”.

Nesse sentido, os dados das entrevistas foram organizados em quadros e classificados com a finalidade de originar os núcleos produtores de sentido, os quais possibilitaram a análise, inferência e interpretação de pontos específicos que foram tomados como necessidades de ações de acessibilidade da comunicação e informação identificadas para o desenvolvimento do produto educacional - Tutorial Bilíngue -, que foram consideradas para o alcance dos objetivos específicos deste

estudo.

Neste capítulo apresentamos o desenho metodológico do presente projeto de pesquisa, o objetivo do estudo, as perguntas geral e específicas, descrevemos o contexto e os participantes da pesquisa, assim como os instrumentos de geração de dados e a metodologia usada para a análise de dados.

Na sequência, no Capítulo 4, com o intuito de propor alternativas que contribuam para potencializar a acessibilidade de estudantes surdos à modalidade Reserva de Vagas (Ações Afirmativas) durante o processo de ingresso ao EMI do IFC/CAS, a interação entre esses estudantes e as plataformas digitais de ingresso da instituição, bem como instigar reflexões sobre a perspectiva inclusiva desenvolvida pelo IFC atualmente, analisamos a percepção da estudante surda, dos servidores-gestores e da docente surda em relação à acessibilidade do processo de inscrição de surdos ao EMI do IFC/CAS.

CAPÍTULO 4: QUAL A PERCEPÇÃO DA ESTUDANTE SURDA, DOS SERVIDORES-GESTORES E DA DOCENTE SURDA EM RELAÇÃO À ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DE SURDOS DO IFC?

Este capítulo apresenta a análise qualitativa dos dados gerados que buscaram identificar as percepções dos participantes desta pesquisa em relação à acessibilidade do processo de inscrição de pessoas surdas aos cursos do IFC, mediado pelos Portais de Ingresso e do Candidato da instituição. Essa análise visa trazer subsídios para criar um produto educacional que potencialize a acessibilidade e a usabilidade desses portais pelo público surdo.

O capítulo está organizado em três seções. Na primeira descrevemos a percepção da estudante surda em relação à acessibilidade do processo de inscrição de pessoas surdas ao EMI do IFC/CAS; em seguida, as dos servidores da CGI, da CECOM, do NAPNE e do NuBi; e, por fim, as da docente surda que atua no NuBi.

4.1 QUAL A PERCEPÇÃO DA ESTUDANTE SURDA?

Para a análise dos dados aqui descritos, usamos a metodologia da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Ou seja, fizemos a pré-análise dos dados gerados pelos diferentes instrumentos desenhados para a pesquisa; em seguida, exploramos o material no sentido de identificar as unidades de registro a partir das percepções dos participantes e as unidades de contexto, que foram organizadas em eixos temáticos. A partir desses eixos, fizemos inferências e interpretamos os resultados à luz do construto teórico do estudo, apresentados nas subseções que seguem.

Da análise dos dados da entrevista com a estudante surda, que teve como foco identificar suas percepções sobre a acessibilidade do processo de ingresso no Portal de Ingresso e no Portal do Candidato aos cursos ofertados pelo IFC,

emergiram dois grandes eixos temáticos: i) barreiras de compreensão para acesso e uso do portal de ingresso, que se subdividiram em duas (02) categorias, que agruparam subcategorias a elas relacionadas; e ii) facilitadores de compreensão para acesso e uso do portal de ingresso, que foram agrupados em uma (01) categoria, que agrupou subcategorias a ela relacionada.

O quadro 07 apresenta o resumo das percepções da estudante surda.

Quadro 07: Resumo das percepções da estudante surda sobre o processo de ingresso nos portais em 2022

Eixo temático: Barreiras de compreensão		Eixo temático: Facilitadores de compreensão	
Linguagem	Ausência de Libras; Palavras e expressões em português escrito que não fazem parte do acervo linguístico da pessoa surda; Palavras e expressões em português escrito sem tradução em Libras; Quantidade de texto em português.	Linguagem	Interpretação em Libras; Imagens conhecidas; e Expressões e palavras em português escrito que fazem parte do vocabulário da pessoa surda.
Recursos:	Aplicativo de tradução desconhecido (VLibras); Imagens que não fazem parte do acervo linguístico da pessoa surda sem interpretação em Libras. Desconhecimento de sinal de acessibilidade nos portais digitais (ícone das mãozinhas);		

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Como sinaliza o quadro 07, dentro do primeiro eixo temático, duas grandes categorias de barreiras de comunicação emergiram: a da linguagem, em suas diferentes formas, e a dos recursos visuais, em suas diferentes formas, quando ambos, a linguagem e os recursos, são desconhecidos do usuário surdo; e a dos facilitadores, que, de acordo com a participante, refere-se igualmente a diferentes formas de linguagem quando conhecidas pela pessoa surda.

Inserido no primeiro eixo - barreiras de comunicação -, na categoria **linguagem** -, a participante apontou a **ausência de Libras** como impeditivo, tanto para acesso quanto para uso dos portais. Indicou também palavras que não fazem parte do seu conhecimento de mundo, vídeos instrucionais sem tradução em Libras e a quantidade de texto em português escrito, como as principais barreiras encontradas pela participante para realizar sua inscrição.

O excerto 01 traz a percepção da participante ao ser solicitado que fizesse o acesso ao portal do candidato e desse início ao processo de inscrição a um curso técnico integrado ao ensino médio a partir dos recursos disponíveis no portal.

Excerto 01: Linguagem

Não sei escrever o endereço. Vou tentar novamente digitar ingresso.ifc.edu.br. Eu não sei, tem muito textos, muito português, tem muitas coisas diferentes, se torna muito difícil, muito difícil, eu não sei eu não consigo compreender. [Entrevista em 13/05/2022]

Como mostra o excerto 01, a participante não compreende as informações escritas em português no Portal de Ingresso e do Candidato, que é a forma de comunicação dos portais digitais. Dessa forma, pode-se dizer que a identidade linguística do estudante surdo, que tem a Libras como primeira língua, é ignorada. Para Silveira (2020, p. 91), o português escrito evidencia-se como uma “barreira linguística para os estudantes surdos, já que dificulta a compreensão das instruções informacionais, principalmente entre os que estão em processo de alfabetização e desenvolvimento linguístico”.

Assim, entender a pessoa surda a partir do respeito à sua identidade linguística significa considerar essa pessoa como pertencente a uma comunidade minoritária com direito à língua e cultura próprias (SKLIAR, 1997). Ainda segundo Skliar (1997, p.100), “a Língua de Sinais é o elemento mediador entre o surdo e o meio social em que ele vive”. Assim, o uso da Libras como mediadora entre a pessoa surda e a informação nos portais é condição *sine qua non* para uma inscrição exitosa no curso desejado pelo estudante.

Ainda no eixo de barreiras de comunicação, na categoria recursos, a participante relata desconhecimento do aplicativo de tradução (VLibras), das imagens, que não fazem parte do seu acervo linguístico, da ausência da interpretação em Libras, e do sinal de acessibilidade nos portais digitais (ícone de

mãozinhas), que, no seu conjunto, impedem a compreensão da informação e do acesso ao aplicativo de tradução.

O excerto 02 traz a percepção da participante ao ser solicitado o uso do recurso de acessibilidade Vlibras.

Excerto 02: Barreira de comunicação

Não está mostrando aqui em cima, não tem nada, não tem nada em Libras.

Não está mostrando aqui em cima, não tem nada, não tem nada em Libras .

Estou vendo algumas imagens, falta interpretação. [Entrevista em 13/05/2022]

Como pode-se perceber, a participante sinaliza que o acesso e a compreensão das informações nos portais fica prejudicado, é parcial ou nulo quando não há tradução em Libras ou sinais e imagens que remetem a aplicativos de tradução desconhecidos, principalmente para os usuários surdos que não possuem fluência na língua portuguesa ou desconhecem recursos usados na Web. Dessa forma, a Libras configura-se como fator chave para a compreensão dos recursos que levam às informações nos portais e *sites*, em decorrência da especificidade linguística do usuário surdo.

A quantidade de texto em português e incompreensível ao usuário traz tensão emocional e causa ansiedade na participante, que desiste da inscrição no início do processo, ou seja, no momento de informar seus dados pessoais.

O excerto 03 indica a pressão emocional da participante frente à tarefa de preencher as informações referentes a dados pessoais no portal do candidato.

Excerto 03: Linguagem

Tem palavras que não conheço, o lugar, o estado, rua, bairro, não sei que significa esses termos e essas coisas escritas, eu não tenho noção do que está escrito ali. E aí realiza a inscrição, aí dá o OK no botão azul, pra abrir o formulário e o novo acesso pra começar a inscrição. Essa imagem não conheço e não consigo identificar, é estranho isso aí, não sei o que significa tudo isso aí. Também não sei, não tenho noção do que está sendo feito, parece um processo de entrar em pastas, não estou entendendo o que está sendo explicitado, procurar alguma coisa? Muito texto, muitas palavras, não consigo compreender profundamente a língua portuguesa, não sei clicou, mas clicou pra abrir o que?. [Entrevista em 13/05/2022]

Pelos excertos, percebe-se que há prevalência da palavra escrita em português e ausência de ícones, símbolos e pistas visuais que auxiliem o acesso às informações nos portal do candidato. Além disso, não há *links* para acessar informação em vídeo com intérprete de Libras, apenas o aplicativo de tradução, mas

o usuário precisa conhecer o sinal para acessá-lo e usá-lo. A ausência de vídeos com tradução humana para Libras surge, também, como um dos fatores para o baixo entendimento das informações. Assim, *sites* que fazem uso da Língua Brasileira de Sinais, janelas de Libras e legendas tendem a ser considerados relevantes para o acesso do usuário surdo no ambiente *Web* (SILVEIRA, 2020).

Sobre o **segundo eixo** temático - facilitadores de compreensão -, na categoria **linguagem**, a participante sinaliza que conhece algumas imagens, expressões e palavras em português escrito, que fazem parte do seu cotidiano.

O excerto 04 traz a percepção da participante ao ser solicitado que fizesse o cadastro dos seus dados pessoais no portal do candidato.

Excerto 04: Linguagem

Ali sobre o IFC, eu entendo, cursos eu não sei o que é, eu entendo a pergunta, a palavra. To vendo e visualizando imagens. O nome, colocar as informações em relação à identidade, colocar as informações, o email que precisa fazer, data de nascimento, senhas específicas, pra fazer uma nova inscrição, pra fazer o primeiro acesso precisa colocar as informações específica, o número do telefone precisa saber, o endereço também. [Entrevista em 13/05/2022]

As percepções da participante surda sobre o processo de inscrição a um curso no EMI no portal do candidato mostram que os principais facilitadores (e barreiras) estão relacionados à linguagem; é necessário que a palavra escrita faça parte do vocabulário do usuário, caso contrário a interação com a plataforma não se efetiva e a inscrição não é concluída.

Assim, para que o processo de inscrição seja exitoso, há necessidade de articulação entre a Libras, a Língua Portuguesa escrita e/ou um recurso que agregue a palavra sinalizada, a palavra escrita e a sua respectiva imagem. Dessa forma, o usuário surdo consegue fazer a associação do sinal à palavra escrita, construir significado, ampliar seu vocabulário e interagir com plataformas digitais e *sites*. Trata-se de uma estratégia para desenvolver bilinguismo e melhorar a compreensão da segunda língua: os *GIFs*. “*GIFs* sinalizados auxiliam pessoas ouvintes a aprender a executar sinal em Libras e pessoas surdas a aprender português” (SILVA, 2017, p. 34). Esses facilitadores de compreensão se constituem, então, como importantes subsídios de acessibilidade para usuários surdos, pois respeitam os aspectos linguísticos e culturais desse grupo, potencializando as formas de interagir e comunicar-se nos portais (SILVEIRA, 2020).

Na próxima seção apresentamos a percepção dos servidores da CGI, CECOM, NAPNE e NuBi.

4.2 QUAL A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES COORDENADORES?

Da análise dos dados da entrevista com os coordenadores da CGI, CECOM, NAPNE e NuBi, que teve como foco identificar as percepções dos participantes sobre a acessibilidade do processo de ingresso aos cursos ofertados pelo IFC, emergiram duas grandes categorias temáticas: i) a responsabilidade institucional sobre a acessibilidade do processo de ingresso; e ii) aspectos específicos à acessibilidade do processo de ingresso, conforme apresentado no quadro 08.

Quadro 08: Resumo das percepções dos servidores-gestores sobre o processo ingresso nos portais em 2022

Coordenação	Eixo temático: Responsabilidades sobre a acessibilidade		Eixo temático: Aspectos específicos à acessibilidade		
CGI	Papel da CGI	Responsabilidade do setor	Recursos de acessibilidade	Barreiras de acessibilidade	Ações para melhoria de acessibilidade
CECOM	Papel da CECOM	Responsabilidade do setor	Recursos de acessibilidade	Barreiras de acessibilidade	Ações para melhoria de acessibilidade
NAPNE	Papel do NAPNE	Responsabilidade institucional	Recursos de acessibilidade	-----	Ações para qualificar a acessibilidade
NuBi	Papel do NuBi	Responsabilidade do setor na instituição	Recursos de acessibilidade	-----	Ações para qualificar a acessibilidade

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Como indica o quadro 08, dentro do **primeiro eixo temático** emergiram duas (02) categorias, que englobam os papéis e as responsabilidades das diferentes coordenações, no que tange ao processo de ingresso do estudante surdo ao IFC. Todos os servidores, a partir do seu setor, abordaram o papel e as responsabilidades do setor ou da instituição.

A coordenação da **CGI** abordou o papel e a responsabilidade da coordenação em relação ao processo de ingresso. Sobre esse aspecto, informou que, no IFC, não são feitas campanhas exclusivamente para surdos, que as vagas reservadas para esse público não são preenchidas e que, até o momento, não há pesquisa sobre essa questão. O excerto 05 traz a fala da coordenação da CGI:

Excerto 05: papel da CGI

“As campanhas de ingresso são coordenadas pela CECOM. A CGI apenas faz parte das ações que serão realizadas e fornece as informações necessárias para que as peças publicitárias sejam feitas. O restante das ações são todas planejadas pela CECOM. Não são feitas campanhas amplas e exclusivas para este público [surdo]. As vagas para PcD não são preenchidas em sua integralidade. Não há nenhuma pesquisa aprofundada que apresente os fatores para que isso ocorra” [Entrevista em 06/10/2021]

Já a coordenação da **CECOM** enfatizou que são responsáveis pela criação, divulgação e planejamento da campanha de ingresso; que há um núcleo de criação com representantes de todos os *campi* para esse fim; que a divulgação é feita em todas as mídias digitais e de massa; que o público-alvo da campanha não é específico ao surdo. O excerto 06 traz a fala da coordenação da CECOM:

Excerto 06: papel da CECOM

“A gente tem total liberdade para fazer a parte de criação e desenvolvimento da campanha em si. A gente criou um núcleo de criação e foram convidados representantes de todos os Campis, os comunicadores de todos os câmpus. A gente não costuma distinguir os públicos. É claro que a gente faz algumas ações específicas, mas a gente busca fazer a comunicação mais plural possível, então a gente pensa no todo” [Entrevista em 20/10/2021]

Por outro lado, a coordenação do **NAPNE** ressaltou os processos legais da instituição e sua responsabilidade em relação aos processos inclusivos. Entre eles, citou que o IFC cumpre o que a lei determina referente às cotas, mas pode desenvolver ações para melhorar, e enfatizou que as informações precisam estar mais acessíveis aos surdos. O excerto 07 traz a fala da coordenação do NAPNE:

Excerto 07: papel do NAPNE

“Hoje em dia, a cota que o IFC prevê é o que está na legislação. Então ele cumpre o que está na legislação. Contudo, uma pessoa com deficiência, qualquer que seja a deficiência, ela só pode acessar por meio de cota. Hoje a gente ainda tem déficit no cumprimento da lei, inclusive, que é ter a tradução de todos os editais que saem pelo IFC, né? E aí, em algumas situações, esse o próprio edital de ingresso, pode ser prejudicado de alguma forma, né? Então para que ele, candidato surdo que usa Libras, eu entendo que precisa ser investido na legendagem de todos os vídeos que são de divulgação da campanha, por exemplo, para além da tradução. Interpretação, né?”. [Entrevista 27/04/2022]

E o **NuBi**, através da intérprete de Libras da Reitoria, enfatizou que as responsabilidades do núcleo é representada por uma equipe da instituição. Nesse sentido, informou que realiza o papel orientativo consultivo do processo de ingresso, traduzindo o edital e as provas para Libras presencialmente para o surdo. O excerto 08 traz a fala da intérprete de Libras do NuBi:

Excerto 08: papel do NuBi

“Respondo enquanto intérprete de Libras e não institucionalmente. Não participei diretamente nas Comissões de Processo Seletivo, mas participei de orientações e de forma consultiva, participei realizando interpretação de provas e no papel orientativo consultivo. [Entrevista em 09/12/2022]

Pelo exposto, pode-se dizer que os processos de ingresso de candidatos ao IFC são conduzidos por 4 setores hierarquicamente organizados: a CGI é responsável pela coordenação geral do processo; a CECOM, pela criação e divulgação do processo; o NAPNE, pela a organização da infraestrutura de apoio aos candidatos com necessidades específicas; e o NuBi pela tradução de editais e provas para Libras.

Entretanto, no que se refere às especificidades para o ingresso de estudante surdo no IFC, a partir da análise dos dados, este estudo sugere, além do que já ocorre na instituição em termos de processos de ingresso, que haja reuniões integrando as diferentes coordenações: uma no momento do planejamento do processo de ingresso, visando especificar as necessidades do público surdo, e outra antes da sua divulgação, visando verificar se as especificidades elencadas foram contempladas.

Nesse segundo momento, a participação de um servidor ou convidado surdo faz-se imprescindível no sentido de testar, a partir da perspectiva desse sujeito, a acessibilidade das informações e recursos planejados. Como sugere a literatura, “é necessário conhecer e compreender a experiência do usuário surdo, pois existe diversidade surda e cada sujeito surdo necessita de uma ferramenta acessível diferente.” (PALÓPOLO, 2021, p. 17).

Nesse viés, ao representar as possibilidades para o desenvolvimento de espaços inclusivos, funcionais, visíveis e navegáveis por usuário com características específicas, a exemplo do surdo, conforme argumenta Grilo *et al.* (2019, p. 75),

insere-se “a acessibilidade para aproximação das interfaces digitais às necessidades e características do público surdo”.

Já sobre o **segundo eixo temático** - aspectos específicos à acessibilidade do processo de ingresso -, todas as coordenações abordaram as mesmas questões: os recursos de acessibilidade usados pela instituição no processo de ingresso, as barreiras e as ações que podem qualificar a acessibilidade do estudante surdo ao processo. Apesar de os temas terem sido os mesmos, cada coordenação trouxe o seu olhar a partir da sua função institucional e da compreensão do conceito de acessibilidade.

Em relação à categoria **recursos de acessibilidade**, a **CGI** entende que a acessibilidade é feita por meio da criação de tutoriais visuais com interpretação em Libras e editais traduzidos em Libras. A partir dessa compreensão, a CGI informa que o Portal do Candidato tem o aplicativo VLibras, recurso inserido na plataforma para o candidato traduzir o conteúdo do portal, e acredita que os tutoriais colocados no Portal de Ingresso auxiliam no processo de inscrição. O excerto 09 traz a fala da coordenação da CGI:

Excerto 09: Recursos de acessibilidade

“Como forma de amenizar a falta total de acessibilidade, há suporte do VLIBRAS dentro do *site*. O novo Portal do Candidato conta com o VLIBRAS, uma ferramenta que faz a tradução simultânea em Libras dos textos contidos no *site*. Para auxiliar neste processo, inúmeros tutoriais foram disponibilizados e podem ser encontrados.” [Entrevista em 06/10/2022]

A **CECOM** parece ter a mesma compreensão da CGI. Ou seja, a coordenação percebe que a acessibilidade aos processos de ingresso pelo público surdo ocorre por meio da tradução para Libras. Nesse sentido, promove *lives* traduzidas em Libras, edital traduzido em Libras e acesso ao programa VLibras instalado no Portal de Ingresso e do Candidato. O excerto 10 traz a fala da coordenação da CECOM:

Excerto 10: recursos de acessibilidade

“O portal de ingresso tem acessibilidade em Libras por meio do programa Vlibras. Acredito que ele tem aquela ferramenta de tradução em Libras já implementada. Se não tem, ela estava para ser implementada. Eu acredito que essa seja a única questão de acessibilidade dele no momento. A gente fez cerca de 165 *lives* ano passado, né? E no começo deste ano, eu te diria que 90%, talvez um pouco mais, foi traduzido em Libras. A gente fez todo o edital em Libras, né, eu mesmo editei os vídeos, que foram gravados pelo NuBi.” [Entrevista em 20/10/2021]

A coordenação do **NAPNE**, a partir da mesma compreensão, realiza adaptações da prova para o Braille, por ser pessoa cega, visando torná-la acessível aos candidatos cegos. E, em relação à pessoa surda, encaminha ao NuBi a tradução do edital e da prova em Libras, quando solicitada na inscrição. O excerto 11 traz a fala da coordenação do NAPNE.

Excerto 11: recursos de acessibilidade

"Nós fizemos toda a parte de adaptação em audiodescrição da prova, né? A gente realizou a adaptação, fazendo audiodescrição das imagens e das questões. É que tinha imagem para fazer audiodescrição. São possibilidades de deixar essas questões mais acessíveis para um candidato com deficiência visual ou com outra deficiência." [Entrevista 27/04/2022]

Igualmente, a intérprete do **NuBi** realiza a tradução do edital e da prova do processo seletivo, enfatiza que o glossário é importante para subsidiar o trabalho dos tradutores intérpretes de Libras e que é preciso disseminar a Libras para comunidade interna e externa com a colaboração da comunidade surda.

O excerto 12 traz a fala da coordenação do NuBi:

Excerto 12: recursos de acessibilidade

"Principalmente no tocante [ao glossário que eu fiz], ele subsidia o trabalho dos tradutores intérpretes de Libras. [É importante] disseminar a Libras para comunidade interna e externa, entre outros. A comunidade Surda participou em todas as etapas da elaboração [do glossário]. [Entrevista em 09/12/2022]

A partir das percepções da CGI, CECOM e NAPNE, pode-se inferir que o conceito de acessibilidade que permeia a fala das quatro coordenações está amparado na compreensão de que a tradução do português para a Libras dá conta de tornar o processo de ingresso acessível ao público surdo. Dessa forma, os recursos usados por essas coordenações para o processo de ingresso têm como norte a tradução de todos os textos em português para Libras. Para isso, apoiam-se no aplicativo de tradução VLibras.

Nesse sentido, as ações das coordenações da CGI, CECOM e NAPNE são coerentes com o que pensam e falam sobre acessibilidade do público surdo ao processo de ingresso do IFC. Já o NuBi, por ser um setor específico para as questões das pessoas surdas, tem uma percepção mais ampla do conceito de acessibilidade. A intérprete aponta o glossário como subsídio para o trabalho do tradutor intérprete de Libras, preocupa-se com a disseminação da Libras e entende que a participação da comunidade surda é importante no processo de ingresso.

Especificamente sobre acessibilidade de *sites*, Palópolo (2021, p. 17) argumenta que "é necessário que disponibilizem os conteúdos em Libras e legenda descritiva ao mesmo tempo para que todos os surdos consigam ter acesso sem desconforto". E, como recurso de acessibilidade, a autora sugere a Janela de Libras e um tutorial para auxiliar o acesso dos usuários surdos ao *site*, "onde todos possam utilizar o mesmo espaço sem nenhuma dificuldade ou barreira". (PALÓPOLO, 2021, p. 33).

A partir da visão de Palópolo (2021), pode-se dizer que se faz necessário implementar, no processo de ingresso do IFC, estratégias de acessibilidade à informação para além do aplicativo Vlibras, principalmente aquelas que referendam a Língua de Sinais que, para Silveira (2020, p.9), "visam contribuir para o processo de letramento digital e a promoção do processo de autonomia e inclusão do estudante surdo".

Em relação à segunda categoria, **barreiras de acessibilidade**, a **CGI** entende que o Portal do Candidato não é 100% acessível ao surdo pela falta de recursos humanos para traduzir os textos inseridos no portal e o edital de ingresso. Em consequência disso, a CGI tem consciência de que a divulgação das campanhas de ingresso não atinge toda a comunidade. Por outro lado, a CGI aponta que o Portal do Candidato tem o aplicativo VLibras e é intuitivo, que na visão da coordenação pode minimizar impactos negativos ao acesso do público surdo ao portal.

O excerto 13 traz a fala da coordenação da CGI.

Excerto 13: Barreiras de acessibilidade

"O Portal do Candidato não é 100% acessível a surdos. Por outro lado, o Portal do Candidato é intuitivo. Qualquer pessoa consegue identificar facilmente as ações necessárias dentro do site. Como forma de amenizar a falta total de acessibilidade, há suporte ao VLIBRAS dentro do site. Principalmente pela falta de material humano, não conseguimos atingir a divulgação das campanhas de ingresso a toda a comunidade." [Entrevista em 06/10/2021]

Sobre a mesma categoria, a **CECOM** entende que a falta de acessibilidade para surdos é proveniente da falta de servidores intérpretes e técnicos audiovisuais e que os recursos de acessibilidade atuais não são totalmente acessíveis ao surdo,

que coincide com a visão da CGI. Já o **NAPNE** e o **NuBi** não se posicionaram a respeito das barreiras de acessibilidade.

O excerto 14 traz a fala da coordenação da CECOM.

Excerto 14: Barreiras de acessibilidade

“A falta de acessibilidade para surdos é proveniente da falta de servidores. A principal dificuldade que a gente tem é principalmente interna aqui da Cecom é da falta de servidores. Então, assim, eu sou o único técnico audiovisual. Eles não têm intérpretes. Tá como se fosse no limite, né, de intérprete por alunos, precisariam até aumentar o número. Os recursos de acessibilidade atuais não são totalmente acessíveis ao surdo. Eu não vou te dizer que é 100% acessível, mas a gente busca é atingir o máximo de pessoas possíveis” [Entrevista em 20/10/2021]

Em linhas gerais, as respostas indicam que as coordenações da CGI e da CECOM têm ciência de que há barreiras de acessibilidade ao público surdo e que a divulgação do processo de ingresso precisa ser intensificada para atingir todas as comunidades onde os campi do IFC estão localizados. Como justificativa para o problema, citam a falta de recursos humanos especializados na instituição e trazem o aplicativo de tradução VLibras aos portais como recurso para suprir essa lacuna.

Acreditamos que a falta de servidores especialistas em cultura surda pode limitar ações inclusivas na instituição, mas projetos de colaboração interinstitucionais com outros IFs e Universidades Federais podem ser feitos para o cumprimento da lei, e a consequente inclusão da população surda à EPT ampliada. Em relação ao aplicativo VLibras, tradutor automatizado, cabe trazer Palópolo (2021, p. 32). De acordo com a autora, o aplicativo “VLibras é uma plataforma pública que oferece um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduzem conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em português para Libras”. Porém, a autora alerta que esse aplicativo, e outros no mesmo estilo, não são aceitos pela comunidade surda, pois há falha de tradução e, muitas vezes, o que é traduzido fica fora de contexto. Além disso, Vieira (2019, p.71) aponta “que falta realismo, o personagem não tem expressão facial adequada, é robotizado e transparece frieza, opondo-se a ideia de afetividade, empatia e inclusão que se busca com o estudo da acessibilidade e do design na experiência do usuário”.

No que se refere às **ações para melhoria de acessibilidade**, a **CGI** tem ciência de que precisa intensificar a divulgação das ações afirmativas nos centros de atendimento a pessoas surdas nos municípios, que precisa informar à

comunidade surda sobre o processo seletivo e o atendimento especializado que o IFC oferece ao estudante surdo.

O excerto 15 traz a fala da coordenação da CGI.

Excerto 15: ações de acessibilidade

Há sim um grande interesse em divulgar sobre as ações afirmativas em nossos processos seletivos. Não são feitas campanhas amplas e exclusivas para este público [surdo]; as ações ocorrem de forma mais específicas, como por exemplo, a criação de tutoriais visuais com interpretação em Libras e editais traduzidos em Libras. Intensificar a divulgação nos centros de atendimento a pessoas surdas nos municípios. Informar à comunidade surda sobre o processo seletivo, para que tome conhecimento do processo seletivo e os atendimentos que o IFC oferece. [Entrevista em 06/10/2021]

A **CECOM** enfatiza o programa VLibras, *lives* traduzidas e o edital em Libras como ações para melhorar a acessibilidade de pessoas surdas ao processo de ingresso do IFC. Além disso, a CECOM buscou padronizar as cores (paleta de cores) para cada curso, que facilita a identificação para os surdos, e agregou campanhas com imagem de estudante surdo, como mais um recurso de representação do público surdo.

O excerto 16 traz a fala da coordenação da CECOM.

Excerto 16: ações de acessibilidade

Então, hoje a gente está com um núcleo de criação composto por três pessoas da reitoria, eu coordenando, e mais cinco campi que participam. Então, para essa campanha, estamos usando as redes sociais no Instagram e Facebook. A gente tá, desde o ano passado, com uma divulgação diferenciada no Spotify, que são plataformas de áudio, não apenas Spotify, mas também a da Amazon. A gente também tem as mídias massificadas, que são rádio. Fizemos também a divulgação em TV. A gente tem divulgação em escolas. Cada campus organiza a sua divulgação nas escolas

A gente fez todo o edital, *live* em Libras, tradução em Libras já implementada, Vlibras, pensado para o aluno surdo

Nossa ideia era facilitar acho que inclusive até para a pessoa surda, porque consegue verificar uma unidade em termos estéticos, né? Então sabe que a peça verde com roxo está vinculada ao edital verde com roxo, então está tudo mais ou menos integrado.

Inclusive, a gente vai ter outras ao longo da campanha, incluindo uma aluna cega, acho que tem um aluno surdo também. Não está pronto. A gente recebeu a imagem faz pouco tempo e não conseguimos finalizar

E no começo deste ano, eu te diria que 90%, talvez um pouco mais por cento delas, foi traduzido em Libras, né? A gente tem realmente uma proximidade muito grande, tanto com NAPNE com o NuBi. [Entrevista 20/10/2021]

O **NAPNE** também entende que precisa melhorar a acessibilidade dos candidatos surdos aos editais e ao próprio Portal do candidato e sugere produzir vídeos com intérpretes, legendagem e linguagem simples para as campanhas e editais, cartilhas para orientar o passo a passo do processo de ingresso para os surdos, ampliar a rede de informação para os surdos nos jornais, redes sociais,

whatsapp e intensificar a divulgação nas comunidades onde os *campi* estão inseridos.

O excerto 17 traz a fala da coordenação do NAPNE.

Excerto 17: Ações de acessibilidade

Um resumo do edital, sai o edital normal, mas sairia um algo com uma linguagem mais informal, como a gente estava falando, né? Então, isso vai contribuir para a pessoa surda que lê português.

Produzir vídeos com intérpretes, legendagem e linguagem simples para as campanhas e editais. Então, precisa aparecer, por exemplo, mais num jornal, ali no jornal que o povo assiste, né? O jornal do meio-dia, por exemplo, né? E isso pode circular com mais frequência nas redes sociais, né? Isso pode ser disparado com mais frequência por WhatsApp. Pensando em formas maiores de chegar nas pessoas, né? E tem algo que é muito importante, cada campus tem a responsabilidade de fazer a divulgação no seu local

E também algo que eu entendo que precisa ser investido é na legendagem, né, de todos os vídeos que são de divulgação da campanha, por exemplo, para além da tradução. Interpretação, né? E também é a possibilidade de editais mesmo em português ou talvez resumos de editais, né? Já que tem que sair o documento oficial, que tem uma linguagem própria do edital, mas talvez resumos em português com uma linguagem muito mais direta, né? Não tão coloquial assim, não tão formal, né? Uma linguagem mais simples. Seriam possibilidades, e possibilidades assim são fáceis de serem feitas

Produzir cartilhas orientando como fazer todo esse processo, justamente nessa pegada. Assim, de uma leitura mais dinâmica, com imagens sendo algo mais ilustrativo. Foi feita a cartilha de orientação para os servidores, Então, seria interessante nesse mesmo sentido, porque foi feita a cartilha para orientar o servidor do processo do passo a passo. O servidor que vai estar lá na comissão de cada campus, fazendo a processo de matrícula, né? então também pensar no mesmo sentido para a possíveis candidatos, essa linguagem, assim, mais mais de passo a passo, mais orientativa, né? [Entrevista 27/04/2022]

No que se refere às ações para qualificar a acessibilidade, o **NuBi** aponta o glossário desenvolvido para subsidiar o trabalho dos tradutores intérpretes de Libras e a disseminação da Libras para comunidade interna e externa, mas não apontou nenhuma ação para qualificar o acesso do estudante surdo aos portais de apoio ao ingresso no IFC.

A partir das percepções dos coordenadores sobre ações para qualificar a acessibilidade, pode-se dizer que todos têm consciência de que há necessidade de melhoria da acessibilidade ao processo de ingresso para os candidatos surdos, trazem ideias e propõem soluções para tanto; contudo, ficam engessadas no discurso. Há limitações de recursos humanos - especialistas, equipe multidisciplinar etc. -, de recursos estruturais - equipamentos e espaços, de recursos financeiros, entre outros, que transcendem a própria função dos coordenadores: uma política de Estado realmente inclusiva.

Entretanto, a divulgação dos processos de ingresso em redes sociais e *lives* traduzidas em Libras com intérpretes humanos, entre outras iniciativas, demonstra preocupação institucional em interagir com a comunidade surda e incluí-la na EPT. Divulgar é parte do processo inicial de ingresso, assim como a inscrição nos portais. De acordo com Melo e Sondermann (2020, p. 26112), “a identificação de fatores relacionados à acessibilidade em processos seletivos pode contribuir no levantamento das necessidades institucionais e na tomada de decisão para a realização de processo seletivos mais inclusivos”. Assim, pode-se inferir que o fato de as coordenações responsáveis pelo processo de ingresso estarem conscientes da falta de acessibilidade nos portais e de proporem soluções tende à tomada de decisões que poderão viabilizar processos/portais mais acessíveis ao estudante surdo.

4.3 QUAL A PERCEPÇÃO DA DOCENTE SURDA DO NUBI/CAS?

Da análise dos dados da entrevista com a docente do NuBi, que teve como foco identificar suas percepções sobre a acessibilidade do processo de ingresso aos cursos ofertados pelo IFC, emergiram dois (02) eixos temáticos: i) a responsabilidade do NuBi sobre a acessibilidade do processo de ingresso; e ii) aspectos específicos à acessibilidade do processo de ingresso, conforme apresentado no quadro 09.

Quadro 09: Resumo das percepções da docente surda sobre o processo ingresso nos portais em 2022

Docente Surda	Eixo temático: Responsabilidades sobre a acessibilidade		Eixo temático: Aspectos específicos à acessibilidade		
	Papel da docente NuBi - CAS	Responsabilidade do setor na instituição	Recursos de acessibilidade	Barreiras para acessibilidade	Ações para qualificar a acessibilidade
NuBi					

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No primeiro eixo temático, a docente surda abordou o papel e as responsabilidades do NuBi e, no segundo, os recursos de acessibilidade, as barreiras e as ações para qualificar a acessibilidade dos portais.

Em relação ao papel do NuBi, a docente enfatizou suas responsabilidades, focando nos processos inclusivos da instituição. Nesse sentido, informou que o núcleo tem como função aproximar a comunidade surda da instituição e atuar no processo de ingresso, traduzindo o edital e as provas para Libras presencialmente para o surdo.

O excerto 18 traz a fala da docente surda:

Excerto 18 : Responsabilidades do NuBi

“Por isso criaram o NuBi, para que a comunidade surda possa ser inserida no IFC. Antes do NuBi ser criado não havia surdo na instituição. O NuBi faz esse papel de traduzir o edital e jogá-lo na rede todo trabalhado e interpretado. Após a criação do NuBi na instituição, começou o ingresso de pessoas surdas. Não há ainda tanta demanda de surdo na instituição. A inclusão do surdo na instituição é uma obrigação, um direito legal.” [Entrevista em 29/04/2022]

Ainda, a docente surda enfatizou o papel político das traduções e interpretações em Libras que a instituição realiza, assim como a inserção que a tradução e a interpretação geram para além dos muros da instituição.

O excerto 19 traz a fala da docente surda:

Excerto 19 : Responsabilidades do NuBi

“Tudo que é interpretado em língua de sinais gera um valor linguístico. O que nos garante o direito ao linguístico. Isso gera inserção de pessoas surdas na instituição, isso gera emprego para intérprete e gera o acesso de surdos à instituição. Se no material há interpretação, é porque garante acessibilidade de comunicação para a pessoa surda. [O glossário] é uma ferramenta importante que serve para surdos servidores do Brasil inteiro! Não é uma ferramenta só para o IFC, é para todos! A rede de internet facilita nosso acesso”. [Entrevista em 29/04/2022]

Em relação às barreiras de acessibilidade, a docente surda entende que o edital de ingresso no IFC e a lei das cotas em língua portuguesa não dão acesso aos surdos e que estes desconhecem a lei que dá direito de ingresso na instituição.

O excerto 20 traz a fala da docente surda:

Excerto 20 : barreiras de acessibilidade

“Edital em Língua Portuguesa não dá esse acesso. Por isso criaram o NuBi, para que a comunidade surda possa ser inserida no IFC. A lei das cotas não está acessível em libras. Essa lei de cotas, não é traduzida na língua de sinais. Os surdos bilíngues acadêmicos, sim conhecem! Eu não sei, se os surdos que ingressam na nossa instituição se ele tem conhecimento da lei de cotas! A maioria que conhece a lei de cotas é na questão de trabalho e não de acesso às universidades e IFs.” [Entrevista em 29/04/2022]

No que se refere às ações para qualificar a acessibilidade, a docente surda aponta a realização da tradução do edital e das provas em Libras do processo de ingresso do estudante surdo e ressalta a importância da equipe de intérpretes e da internet como canal de interação entre a instituição e o surdo.

O excerto 21 traz a fala da docente surda:

Excerto 21: Ações de acessibilidade

“A tradução do edital de inscrição, as provas, isso é um planejamento estratégico do NuBi. A equipe do NuBi é brilhante, intérprete que atua em Blumenau, ela faz interpretação pra nós aqui em Sombrio. A rede de internet facilita nosso acesso. Então são uma equipe que trabalha em conjunto. Tu já viu os vídeos interpretados pelos profissionais do IFC todo? No youtube tem tudoooo. Eu faço curso de qualificação para professores do EJA com os intérpretes de Blumenau, e eu acho que esse avanço é graças ao NuBi” [Entrevista em 29/04/2022]

Pelo exposto, no que se refere às especificidades para o ingresso de estudante surdo no IFC, a partir dos dados, a docente surda enfatiza a importância de o NuBi em estar envolvido desde o início do processo, aproximando a instituição e a comunidade surda, desencadeando ações efetivas de acessibilidade. Nessa perspectiva, para promover a acessibilidade, o candidato tem a opção de realizar a prova na versão bilíngue, oportunizando aos candidatos que utilizam Libras entrar em contato com sua primeira língua, permitindo, assim, acessibilidade à comunicação, garantida pelo Decreto nº 5.626 de 2005: “as instituições federais de ensino devem proporcionar aos estudantes surdos os serviços de tradutor e intérprete de libras - língua portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais” (BRASIL, 2005).

A docente ainda enfatiza a importância da disponibilização de um glossário em Língua de Sinais como recurso de acessibilidade. De acordo com Fernandes e Xavier (2019, apud SILVEIRA, 2020, p.170), “glossários são instrumentos de apoio para a construção de conhecimentos linguísticos”, auxiliando os usuários surdos em termos desconhecidos da língua portuguesa.

A partir das percepções da docente surda do NuBi, pode-se inferir também que a docente está ciente do seu papel político e social e que as leis devem ser traduzidas para Libras para ampliar o acesso das pessoas surdas aos seus direitos, principalmente aquelas que não têm acesso à educação. Nesse sentido, o IFC

precisa qualificar os portais de ingresso, notadamente as informações sobre Ações Afirmativas, que informam sobre as vagas reservadas para PPIs e PcDs.

No próximo capítulo apresentamos e discutimos o desenho do produto educacional, com base no arcabouço teórico do presente estudo e nas percepções dos participantes identificadas neste capítulo, e apresentamos a implementação e avaliação do produto na perspectiva da estudante surda, da docente surda e do especialista em audiovisual.

CAPÍTULO 5: QUE DESENHO DE PRODUTO EDUCACIONAL PODE POTENCIALIZAR A ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES SURDOS ÀS VAGAS RESERVADAS PARA ELES?

Neste capítulo apresentamos o esboço do produto educacional idealizado a partir da análise dos dados feita no capítulo anterior. Para isso, o capítulo foi organizado em seções. Na primeira trazemos a caracterização do produto; na segunda, a metodologia para o desenvolvimento do produto; na terceira o desenvolvimento do produto; na quarta, a produção e edição dos vídeos tutoriais; na quinta, a criação do site para hospedar os vídeos tutoriais; na sexta, o planejamento da implementação do produto; na sétima, a implementação do produto, ou seja, a inscrição da estudante surda no Portal do Candidato, com apoio do Tutorial Bilíngue - Libras-Português; e, na oitava, a avaliação do tutorial na perspectiva da estudante surda, da docente surda e do especialista em audiovisual para surdos.

5.1 PRODUTO EDUCACIONAL: CARACTERIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Assim, a partir do pressuposto da pesquisa, do problema de investigação, do referencial teórico do estudo e da análise das percepções dos participantes sobre a acessibilidade dos portais em tela surgiu a motivação para o desenvolvimento do produto educacional, na tipologia Tutorial Bilíngue (Libras - Português), com orientações do passo a passo do processo de inscrição do público surdo nos portais do IFC, planejado para mídia digital no formato de vídeos, para serem inseridos no *site* especialmente criado para abrigar o tutorial.

A escolha pelo uso da tecnologia digital em duas modalidades linguísticas - Libras-Português - visa instruir estudantes surdos a usarem de forma eficaz o Portal de Ingresso e o Portal do Candidato, plataformas digitais obrigatórias para o processo de inscrição desse público também. Acreditamos que o Tutorial Bilíngue pode melhorar a acessibilidade de estudantes surdos às informações necessárias para uma inscrição eficaz no Processo Seletivo do IFC.

A decisão pelo uso de ferramentas digitais no desenvolvimento do produto educacional, adicionais àquelas já existentes nos portais do IFC, apoia-se em Quadros (2008). Ao discorrer sobre o uso de tecnologias na vida da população surda, a autora enfatiza o uso da tecnologia como ferramenta pedagógica de intervenção no processo de comunicação escrita ou visual e interação social dos sujeitos envolvidos. (QUADROS, 2008, p.16). Entre as ferramentas, a autora dá ênfase aos “vídeos, o DVD, às páginas da internet, os *blogs*, à comunidade virtual, o *e-mail*, o *chat*, à *webcam*, à escrita de Língua de Sinais, o celular com suas mensagens, os retroprojetores, à TV”, argumentando que tais ferramentas oportunizam e motivam os surdos para/nas interações sociais. (QUADROS, 2008, p.16).

No que se refere à escolha da tipologia Tutorial Bilíngue, nos apoiamos no entendimento de Silveira (2020). Para a autora, o termo "Tutorial Bilíngue é uma ferramenta instrucional que emprega o uso de vídeos guiados com instruções em Libras, visando instruir didaticamente estudantes surdos no uso de plataformas digitais" (SILVEIRA, 2020, p. 26).

A criação do Tutorial Bilíngue (Libras/Português), visando instruir o estudante surdo sobre o seu processo de inscrição aos cursos técnicos do Ensino Médio Integrado do IFC utilizando a reserva de vagas, seguiu uma sequência de etapas, buscando viabilizar os produtos pretendidos. Na primeira etapa, foi realizada a revisão da literatura na área onde o estudo se insere, visando à elaboração de um conjunto preliminar de conceitos e recomendações para o seu desenvolvimento e para o público ao qual se destina. Na segunda etapa, a partir da revisão de literatura, foi elaborada a roteirização dos produtos. Na terceira etapa, foi desenhado o produto educacional com o apoio de um estudante de informática do IFC, o tradutor intérprete de Libras da instituição e um especialista em audiovisual do Campus Palhoça-Bilíngue do IFSC, sob a coordenação desta pesquisadora, visando validar as teorias, os conceitos e a metodologia que constituíram a fundamentação do produto proposto para o estudo.

Em suma, o produto educacional aqui proposto - Tutorial Bilíngue (Libras - Português) - se caracteriza como uma mídia instrucional com foco na informação e orientação didática com intérprete de Libras, comunicação oral e legendas, de forma

permanente, visando promover práticas inclusivas. A tecnologia empregada foi audiovisual, vídeo (interativo) para divulgação na plataforma e mídias institucionais: Portal de Ingresso, Portal do Candidato, canal do *YouTube*, *teaser* para facebook e outras redes sociais. Ainda com relação ao meio de divulgação, o produto educacional foi socializado na Plataforma EduCAPES, além do repositório do IFSC e do IFC, no *site* do Programa PROFEPT.

5.2 PRODUTO EDUCACIONAL: METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO

A metodologia¹⁶ empregada no processo de criação do Tutorial Bilíngue dos Portais de Ingresso e do Candidato para Estudantes Surdos do IFC seguiu as fases metodológicas propostas por Filatro (2003, apud SILVEIRA, 2020, p. 92): 1) Análise do Problema; 2) *Design*; 3) Desenvolvimento e Implementação; 4) Avaliação. A proposta inicial é fazer uma apresentação visual em Língua de Sinais, dando maior ênfase a Libras, e apresentar a tradução para o português como segunda língua apenas como legenda, como alternativas e soluções de acessibilidade digital com foco na inscrição do candidato.

Buscamos, no Produto Educacional, empregar o uso de *design* contextual e de recursos de acessibilidade, visando impulsionar um processo de educação digital de estudantes surdos ao ambiente virtual dos referidos portais. Para isso, na navegação e usabilidade dos portais, temos como referências as especificidades de aprender e interagir socialmente do sujeito surdo e as barreiras informacionais presentes nas interfaces gráficas do sistema em questão.

Assim, o Produto Educacional, no formato de tutoriais em vídeo, com informações em Libras como primeira língua e português escrito de forma complementar, além de *GIFs*, visa quebrar as barreiras de acesso à informação presentes nos portais, e, assim, permitir que o candidato surdo desenvolva autonomia no seu processo de inscrição, valorizando sua língua e a visualidade como meio de comunicação.

¹⁶ A metodologia empregada para o desenvolvimento do produto educacional apoia-se em Silveira (2020), que desenvolveu um tutorial bilíngue (Libras-Português) sobre o Módulo Discente da Plataforma SIGAA para estudantes surdos. O tutorial foi implementado com êxito e aprovado por banca examinadora, validando sua metodologia de criação para replicação.

Uma abordagem de *design* centrada nos usuários preocupa-se em observar o público alvo, visando obter informações relevantes para o desenho do projeto e o desenvolvimento de produtos educacionais como se caracteriza o propósito deste estudo. Segundo Filatro (2003), a abordagem do *design* instrucional pode contribuir de forma muito significativa para o aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem, valendo-se das potencialidades da *internet*, e para a revisão de paradigmas educacionais que estão fortemente arraigados em modelos tradicionais de ensino.

A abordagem do *design* instrucional contextualizado proposta por Filatro (2003) aproxima educação e tecnologia, contextualizando uma proposta pedagógica de ação intencional quanto ao “planejar, desenvolver e aplicar situações didáticas específicas que incorpore, tanto na fase de concepção como durante a implementação, mecanismos que favoreçam a contextualização e a flexibilização” (FILATRO, 2003, p. 21) de conteúdos educacionais que, no caso do público surdo, devem observar critérios de adequação curricular, respeitando sua característica visoespacial de aprendizagem.

Na perspectiva de Filatro (2003), trata-se de uma abordagem que permite repensar o binômio educação-tecnologia de forma contextualizada e adaptada a uma situação didática específica, considerando aspectos como: “observar procedimentos adotados, dificuldades enfrentadas, alternativas para superar limitações de tempo, de recursos e de pessoal, mudanças observadas nos papéis de professores e alunos e implicações institucionais”. (FILATRO, 2003, p. 22).

O uso do *Design* Contextual em projetos de tradução e a elaboração de recursos educacionais inclusivos voltados para a educação bilíngue (Libras/português) são essenciais para garantir o acesso e a democratização de ensino ao público surdo. Tais iniciativas colaboram para o fortalecimento do processo de comunicação, da cultura e da identidade surda entre os membros de sua comunidade.

Assim, com base no exposto, se o acesso à informação estiver ao alcance do sujeito surdo e calcado em estudos quanto ao seu perfil e contextos de uso, possivelmente potenciará a participação desse usuário nos processos de ingresso ao IFC de forma muito mais ativa e consciente, visto que, a adoção de práticas

acessíveis muitas vezes é negligenciada por falta de tempo ou de recursos humanos capacitados ou ambos ou mesmo de conhecimento de ferramentas de acessibilidade ou de como o sujeito surdo interage ou precisa para interagir com o mundo ao seu redor.

Na próxima seção, apresentamos o desenvolvimento do produto

5.3 PRODUTO EDUCACIONAL: DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO

Visando desenvolver um produto que pudesse potencializar a acessibilidade de pessoas surdas ao Portal de Ingresso e ao Portal do Candidato, primeiramente, foi criada uma simulação¹⁷ de inscrição com uma estudante surda do Curso Técnico em Informática, do Campus Avançado Sombrio (CAS), cujo processo foi acompanhado pelo tradutor-intérprete do campus. A simulação buscou identificar o nível real de acessibilidade e usabilidade dos portais para a estudante surda participante da experiência. Mais especificamente, buscou-se saber se a estudante conseguiria acessar os portais, navegar por eles, utilizando os recursos disponibilizados nas plataformas, e finalizar a sua inscrição em um curso técnico integrado com êxito.

A escolha pela estudante surda deu-se pelo fato de sua inscrição ter sido feita por um parente ouvinte que, no processo, optou por uma vaga na categoria “Ampla Concorrência” por desconhecer a reserva de vaga para PcDs informada na categoria “Ações Afirmativas” [Dados da entrevista, 13 de maio de 2022]. Além do mais, por ter domínio de Libras e ser estudante do Curso Técnico em Informática, partiu-se do pressuposto de que ela teria facilidade de acessar e navegar nos portais, competências essas que poderiam auxiliá-la a entender as informações traduzidas pelo Programa VLibras disponibilizado nas plataformas.

O resultado da primeira simulação indicou que, apesar dos pré-requisitos favoráveis da estudante, os recursos de acessibilidade disponíveis nos portais

¹⁷ Para a simulação de inscrição, tendo em vista que a pesquisa ocorreu no período em que não havia edital de ingresso aberto, esta foi viabilizada pela gestão da instituição.

(Programa VLibras, imagens, vídeos instrucionais em português oral e textos escritos em português) foram insuficientes para levar a estudante a acessar o Portal de Ingresso e entender as informações necessárias para fazer sua inscrição em algum curso técnico do CAS/IFC com êxito.

A título de exemplificação, nessa simulação, a estudante perguntou em Libras ao Intérprete o endereço do *site* do campus; uma informação que presumia-se sabida pela participante. Ao sinalizar o endereço do *site* www.ingresso.ifc.edu.br, a estudante demonstrou dificuldade de digitá-lo no navegador da *web*. Ao perceber a dificuldade, o intérprete escreveu-o no quadro e a estudante copiou, conseguindo o acesso necessário para iniciar a 1ª simulação [Dados da 1ª simulação, 13 de maio de 2022].

Além disso, a estudante teve dificuldade de navegar no Portal do Candidato, de entender as informações e de preencher as lacunas solicitadas ao longo do processo de inscrição, que demandam o uso do português escrito, língua que a estudante não tem domínio.

A título de exemplificação, durante essa simulação, a estudante sinalizou que desconhecia alguns termos para o cadastro no Portal do Candidato, como por exemplo, “órgão expedidor”, “nome social”, “TCLE” [Dados da 1ª simulação, 13 de maio de 2022]. Por conseguinte, como essas e outras informações não foram preenchidas no cadastro, a estudante não concluiu sua inscrição simulada com êxito.

Palavras que não fazem parte do conhecimento de mundo da estudante, vídeos instrucionais sem a respectiva tradução para a Libras e a quantidade de texto em português escrito foram as principais barreiras encontradas pela estudante para fazer sua inscrição.

Com relação ao Programa VLibras, recurso de acessibilidade disponibilizado pela instituição nos portais, a estudante teve dificuldade de entender a tradução devido ao fato de o avatar não usar expressões faciais que acompanham a sinalização das palavras, da falta de contextualização e de imagens que auxiliassem na relação imagem *versus* palavra para a construção de significados.

Com base na simulação feita, pode-se dizer que o resultado corroborou

estudos sobre pessoas surdas, a exemplo de Skliar (1997), no qual o autor enfatiza que “a Língua de Sinais é o elemento mediador entre o surdo e o meio social em que ele vive” (p.100).

Ou o estudo de Figueiredo (2015), no qual o autor ressalta que:

[...] a Libras é um idioma espaço-visual, diferentemente do português, um idioma oral-auditivo. O surdo associa significações às imagens e não a palavras. Na alfabetização de surdos e na maioria dos dicionários de Libras, cada palavra é sempre associada a alguma imagem que vincule esta significação. (FIGUEIREDO, 2015, p. 40).

Ou ainda o estudo de Quixaba (2017), no qual o autor reforça que:

Os avatares possuem limitações, pois as tecnologias utilizadas podem não conseguir realizar, corretamente, a sinalização de algumas sentenças. A tradução é articulada literalmente, seguindo a estrutura da língua oral. Além disso, os bancos de sinais ainda não são suficientemente extensos para atender essas necessidades (QUIXABA, 2017, p. 91).

Tendo em mente que a Libras é um idioma visual-espacial e que a pessoa surda constrói significado a partir de imagens, não da palavra escrita, e que estudos recentes sugerem que as pessoas surdas não se sentem representadas por avatares, partiu-se para o estudo do processo de inscrição, com foco no primeiro acesso do candidato aos portais, e a seleção das palavras para o Glossário. Tal estudo teve como objetivo entender o fluxo do processo e elaborar o passo a passo da inscrição, com textos explicativos para posterior tradução em Libras, visando, então, criar o roteiro para a elaboração dos vídeos tutoriais bilíngues de “1º Acesso ao Portal de Ingresso do IFC”.

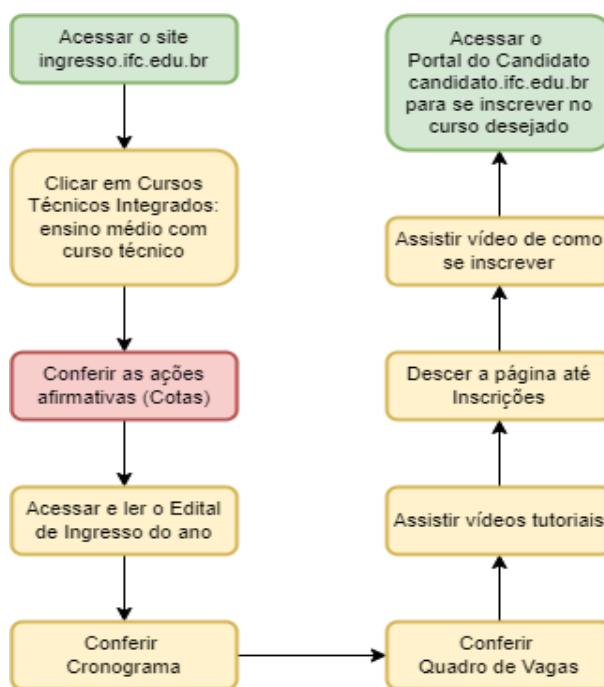
O fluxo do processo de inscrição, assim como a roteirização e a seleção de palavras para o glossário de apoio à compreensão dos vídeos tutoriais de ingresso ao IFC são apresentados de forma esquemática na subseção a seguir.

5.3.1 Produto educacional: fluxos do processo de inscrição

Como mencionado anteriormente, nos Portais de Ingresso e do Candidato, o estudante precisa realizar uma sequência de ações para concluir sua inscrição com

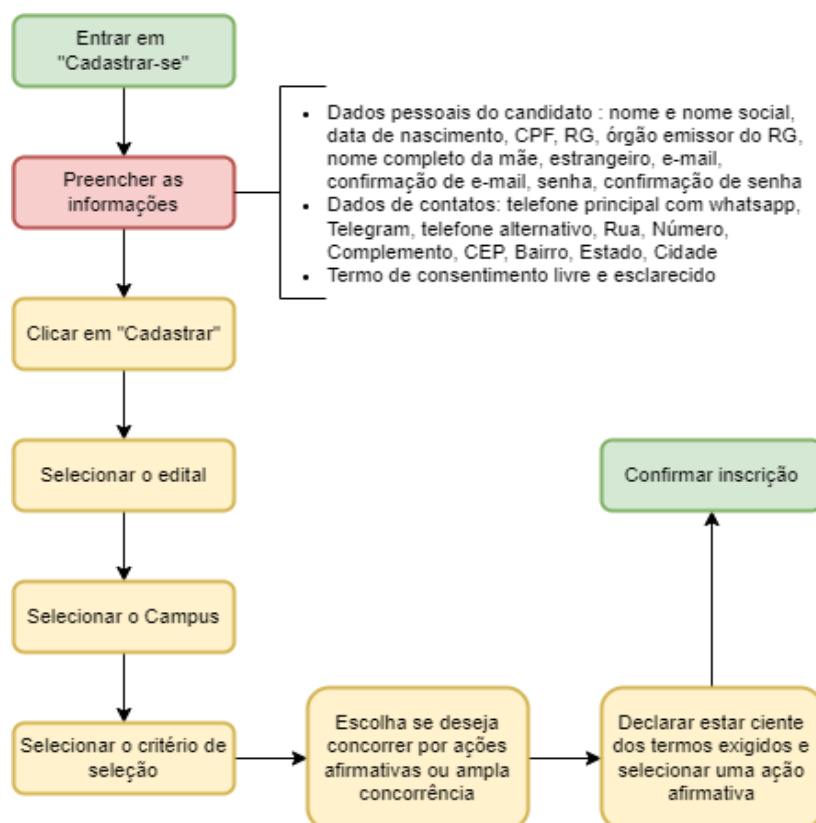
êxito em algum curso do IFC. O estudo dessas ações gerou o passo a passo do processo de inscrição e retratou sua complexidade, que foram espelhadas nos fluxogramas que seguem. As figuras 9 e 10 mostram o resultado do estudo.

Figura 09: Fluxograma do processo de inscrição no Portal de Ingresso



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Figura 10: Fluxograma do processo de inscrição no Portal do Candidato



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Como mostram as figuras 9 e 10, para que o candidato se inscreva no processo seletivo para um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, ele precisa, primeiramente, acessar o Portal de Ingresso do IFC e ler as informações, seguindo um fluxo de procedimentos escritos em português ou traduzidos para Libras pelo Programa VLibras e, depois, acessar o Portal do Candidato, seguindo um novo fluxo repleto de informações e de “janelas de interação” que precisam ser lidas e respondidas adequadamente em português para que as escolhas do candidato o levem para o próximo passo da forma mais adequada possível, concluindo sua inscrição com êxito.

De forma geral (e idealmente), em ambos os portais, o candidato lê as informações, toma decisões e interage com a plataforma dando informações, que são escritas em português, até a finalização do processo de inscrição. Cabe lembrar, no entanto, que tanto a linguagem quanto os conteúdos disponibilizados nas plataformas ou o idioma usado em ambos os portais podem não fazer parte do conhecimento de mundo do candidato surdo, agregado ao fato de ele precisar ter algum nível de letramento digital para navegar nas plataformas digitais. Além do mais, é importante ressaltar que, dependendo do tempo e local onde o candidato

surdo acessar os portais digitais do IFC, ele pode não contar o auxílio de um tradutor-intérprete de Libras, caso ele não domine o português escrito, ou com a colaboração de uma pessoa mais experiente nesse tipo de processo.

Nesse sentido, notadamente, os quadros marcados em vermelho nos fluxogramas das figuras 9 e 10 têm se tornado barreiras para uma inscrição exitosa desse público específico. No procedimento: “Conferir as Ações Afirmativas” (veja figura 5), nossa experiência como Técnica Administrativa em Educação (TAE) no IFC tem indicado que tanto o candidato ouvinte quanto o surdo não lê esse conteúdo, seja pela sua posição no site (colocada na barra superior de informação, não no corpo do processo), seja pelo desconhecimento do termo “Ações Afirmativas”, que se refere à modalidade de “Reserva de Vagas” para Pretos, Pardos, Indígenas (PPI) e Pessoas com Deficiência (PcD), que inclui a pessoa surda. Como as informações constantes na aba Ações Afirmativas não são lidas, o candidato surdo não fica ciente de que tem vagas reservadas para ele. Dessa forma, acaba não usando um direito garantido por lei - reserva de vaga para PcDs - e concorrendo a uma vaga na modalidade “Ampla Concorrência”, que diminui suas chances de ingressar no curso de sua preferência.

A outra barreira, marcada em vermelho no fluxograma da figura 9 - “Preencher as Informações” -, nossa experiência tem sinalizado problemas de compreensão de termos específicos nesse procedimento, além da dificuldade do público surdo se comunicar em português escrito. A título de exemplificação, especificamente no procedimento “Termo de consentimento livre e esclarecido”, que está dentro do procedimento “Preencher as Informações”, o candidato surdo precisa ler o conteúdo e autorizar o uso de seus dados para prosseguir com o processo de inscrição. Nessa situação, como o candidato surdo já preencheu as informações com os seus dados pessoais, ele geralmente deduz que já concluiu o processo de inscrição; portanto, não lê e não autoriza o uso de seus dados, interrompendo seu processo de inscrição no curso desejado.

Como mostra o fluxograma da figura 9, o processo de inscrição do candidato não é concluído no procedimento “Preencher as informações”, que não são poucas ou simples para o candidato surdo, ou no procedimento “Autorizar o uso dos dados” por meio da anuência no “Termo de consentimento livre e esclarecido”, ele precisa

concluir outros procedimentos adequadamente para ter sua inscrição realizada com êxito. Como o fluxo completo do processo de inscrição não é apresentado ao candidato surdo, que inclui o Portal de Inscrição e o Portal do Candidato, ele para o processo nesse procedimento, acreditando que se inscreveu para o curso desejado.

A partir desse cenário, demos início ao processo de roteirização dos vídeos tutoriais, apresentados a seguir.

5.3.2 Produto educacional: roteirização dos vídeos

Devido a complexidade e multiplicidade de procedimentos, para uma apresentação didática, a primeira sequência de roteiros foi desenvolvida em dois momentos: antes da inscrição e durante a inscrição, para que o estudante tivesse uma noção geral do processo de inscrição. Cabe ressaltar que o foco maior dos vídeos foi dado às questões que surgiram como barreira durante a primeira simulação do processo de inscrição. Na sequência, desenvolvemos o roteiro para os vídeos de 1º acesso ao cadastro e à inscrição no Portal do Candidato e, por fim, o roteiro dos vídeos do Glossário de termos técnicos.

Iniciamos com o roteiro para a apresentação do processo geral de inscrição, com foco nos procedimentos antes da inscrição, no qual já pensamos em inserir o *link* de acesso ao Portal de Ingresso:

PROCEDIMENTOS ANTES DA INSCRIÇÃO

I. O que fazer antes da inscrição?

1. Acessar o Portal de Ingresso no *link* www.ingresso.ifc.edu.br

Nesse *link* o candidato encontra no **Menu superior** as informações sobre: Início; O IFC; Guia de Cursos; Transferências; **Ações Afirmativas**; Matrículas; Painéis de Dados; Perguntas Frequentes; Cronograma de publicações; EJA-EPT; Contato, conforme mostra a figura 11.

Figura 11: Portal de Ingresso do IFC



Fonte: Portal do Ingresso/IFC. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/>. Acesso em 31 de ago. 2022

2. Clicar em “Ações Afirmativas” no Menu Superior

“Ações Afirmativas” são vagas ou cotas reservadas para pessoas que concluíram o ensino fundamental em escola pública, pessoas de baixa renda, pessoas pretas, pardas ou indígenas e pessoas com deficiência.

2.1 Se você concluiu o ensino fundamental em escola pública, assista ao vídeo 1, conforme mostra a figura 12.

Figura 12: Ações Afirmativas



Fonte: Portal do Ingresso/IFC. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/>. Acesso em 31 de ago. 2022

Hoje vamos explicar sobre as cotas para escola pública. Podem se inscrever nessas vagas as pessoas que concluíram o seu ensino integralmente em escola pública quem cursou qualquer período em escola privada, mesmo com bolsa de estudos, não pode se inscrever nessa ação afirmativa. Para comprovação, é preciso entregar o histórico escolar completo quando realizar a matrícula. (Transcrição do áudio do vídeo)

2.2 Se você tem renda familiar abaixo de 1 1/2 salário mínimo, assista ao vídeo 2, conforme mostra a figura 13.

Figura 13: Ações Afirmativas: baixa renda



Fonte: Portal do Ingresso/IFC. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/> . Acesso em 31 de ago. 2022

Hoje vamos entender quem pode ingressar nas vagas destinadas a pessoas com baixa renda. Para saber se você entra nessa cota, primeiro some o salário de todas as pessoas que moram com você nos últimos 3 meses. Depois, divida este valor por 3. Divida esse valor pelo total de pessoas que moram com você. Esse valor precisa ser igual ou menor a um salário mínimo e meio. Para comprovar essa condição, confira no anexo 01 (um) do edital quais são os documentos necessários. (Transcrição do áudio do vídeo).

2.3 Se você se considera Pessoa Preta, Parda ou Indígena, assista ao vídeo 3, conforme mostra a figura 14.

Figura 14: Ações Afirmativas: cotas raciais



Fonte: Portal do Ingresso/IFC. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/> . Acesso em 31 de ago. 2022

Hoje vamos entender quem pode ingressar nas vagas reservadas a pretos, pardos e indígenas. Como o próprio nome diz, são vagas destinadas a pessoas de etnia negra, parda ou indígena. Para a comprovação, é preciso preencher a autodeclaração étnico-racial que você encontra no portal de ingresso. Os candidatos aprovados terão a autodeclaração validada no momento da matrícula, através da análise das características físicas. (Transcrição do áudio do vídeo)

2.4 Se você é Pessoa com Deficiência (PcD), assista ao vídeo 4, conforme mostra a figura 15:

Figura 15: Ações afirmativas: pessoas com deficiência



Fonte: Portal do Ingresso/IFC. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/> . Acesso em 31 de ago. 2022

Hoje vamos entender quem pode ingressar nas vagas reservadas a pessoas com deficiência. Essas são vagas reservadas a quem tem algum impedimento ou limitação de longo prazo seja no aspecto físico, mental, intelectual ou sensorial. Atenção, confira no edital quais as deficiências que estão inclusas nessa cota. Para comprovar essa condição é preciso entregar um laudo médico atestando a deficiência. (Transcrição do áudio do vídeo)

Depois de assistir aos 4 vídeos e entender em que critério de vaga você se insere, volte ao início da página do Portal de Ingresso para dar início ao processo de inscrição em Cursos Técnicos Integrados.

Na sequência, apresentamos o roteiro para a apresentação do processo geral de inscrição, com foco nos procedimentos durante da inscrição:

PROCEDIMENTOS DURANTE A INSCRIÇÃO

II. O que fazer durante a inscrição em Cursos Técnicos Integrados?

1. Clicar no ícone **Cursos Técnicos Integrados**, conforme mostra a figura 16.

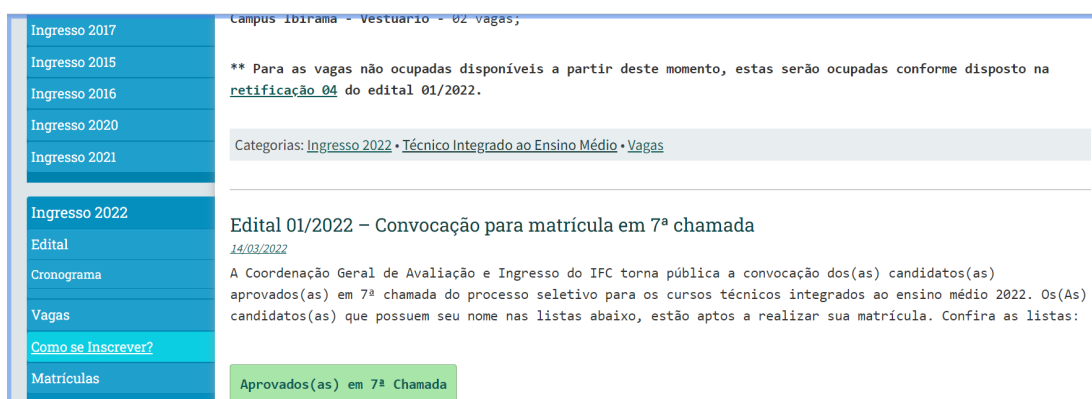
Figura 16: Portal de Ingresso do IFC



Fonte: Portal do Ingresso/IFC. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/> . Acesso em 31 de ago. 2022

2. Clicar em “Como se inscrever” na barra lateral esquerda do Menu, conforme mostra a figura 17.

Figura 17: Como se inscrever



Fonte: Portal do Ingresso/IFC. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/> . Acesso em 31 de ago. 2022

3. Clicar em “Confira o vídeo de como se inscrever” e assista-o, conforme mostra a figura 18.

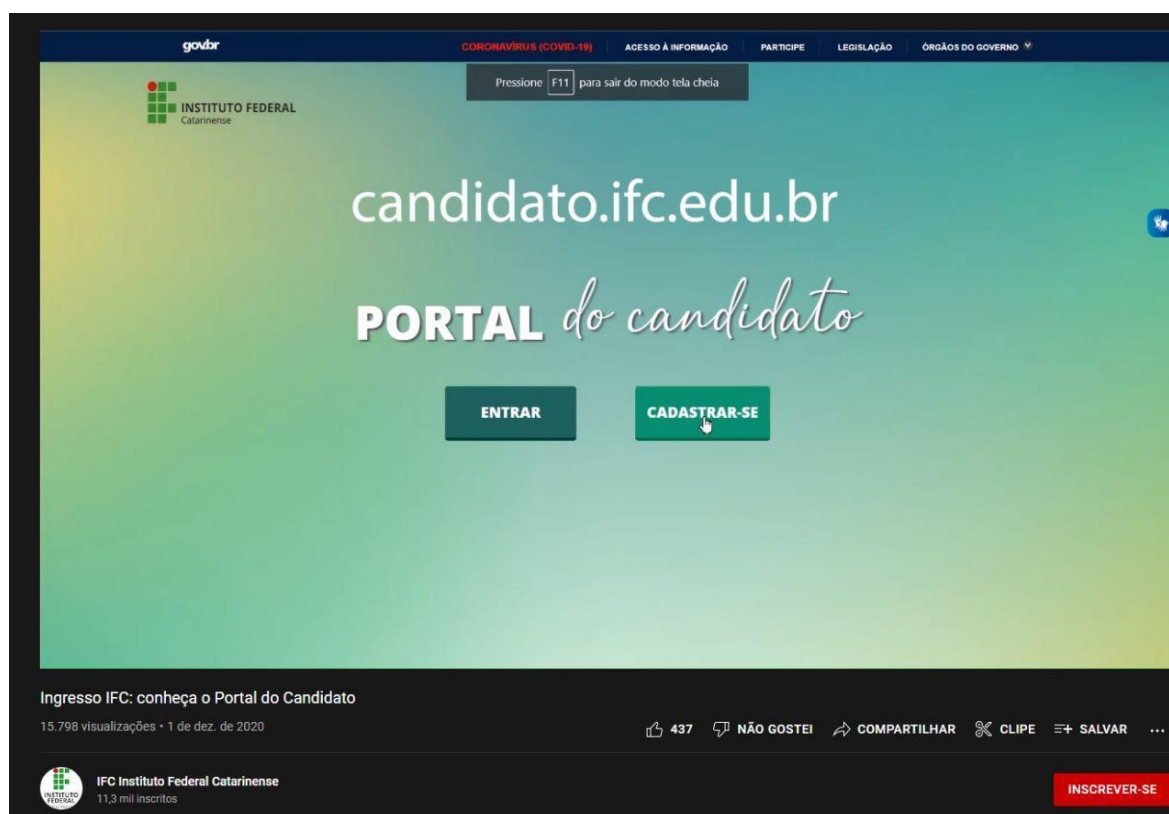
Figura 18: Vídeo: como se inscrever



Fonte: Portal do Ingresso/IFC. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/> . Acesso em 31 de ago. 2022

4. Clique em “**Acesse aqui o Portal do Candidato**”, conforme indica a figura 18, que você será levado para o portal, conforme mostra a figura 19.

Figura 19: Portal do Candidato



Fonte: Portal do Ingresso/IFC. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/>. Acesso em 31 de ago. 2022

Saiba como se inscrever em um dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFC. Acesse o portal do candidato no link candidato.ifc.edu.br

Clique em cadastrar-se. Preencha os campos requisitados no formulário de cadastro. Lembre-se de que o CPF informado deve ser o CPF do próprio candidato.

Informe endereço de e-mail válido e com acesso dos responsáveis. O e-mail informado será utilizado para enviar comunicados do IFC.

Informe número de telefone válido para contato, caso necessário.

O candidato e seus responsáveis legais devem ler por completo o termo de consentimento livre e esclarecido. E, em seguida, marque a opção concordo com o termo de consentimento caso estejam de acordo. O termo esclarece como os dados coletados dos candidatos serão utilizados.

Após inseridas todas as informações e realizada a leitura do termo de consentimento, o candidato deve clicar em cadastrar-se. Então, é enviado e-mail para o endereço informado no formulário.

O candidato deverá acessar sua caixa de e-mail, clicar na mensagem e confirmar seu cadastro.

Após concluir o cadastro, o candidato deve identificar o edital que deseja se inscrever, clicando em “inscrições abertas”.

O edital do processo seletivo poderá ser acessado clicando em PDF. Após identificar o edital que deseja participar, o candidato deve clicar em “inscrições” no quadro de ofertas.

O candidato vai selecionar o curso pretendido em seu respectivo campus. Na opção “Detalhes” de um determinado curso é possível acessar a página do curso e verificar informações adicionais.

Após identificar o curso que deseja participar, o candidato deve clicar em “selecionar”.

Em seguida, o candidato deverá escolher o critério de seleção e também “Ação Afirmativa” ou “Ampla Concorrência” em que deseja participar.

Em caso de dúvidas, o candidato pode acessar informações complementares, clicando em “saiba mais”.

Após identificar a “Ação Afirmativa”, o candidato deve selecionar e, ao final, confirmar o campo que afirma estar ciente das exigências para concorrer às vagas da respectiva “Ação Afirmativa” selecionada.

Em seguida, basta clicar em “finalizar inscrição”.

Após finalizada a inscrição, o candidato poderá atualizar seu perfil com dados de contato, curso escolhido e a Ação Afirmativa selecionada.

Além disso, o candidato pode salvar o seu comprovante de inscrição e pronto.

Na sequência, apresentamos o roteiro elaborado para a criação dos vídeos tutoriais bilíngues (Libras-Português) para o 1º acesso ao cadastro e à inscrição no Portal do Candidato.

ROTEIRO

1º acesso ao cadastro e à inscrição no Portal do Candidato

Para Cadastrar-se:

1º Passo: Ter em mãos: RG e CPF; Saber o endereço de e-mail com acesso ao responsável.

2º Passo: Preencher os campos requisitados no formulário de cadastro:

- a) Dados pessoais do candidato:** Nome completo; Nome social (opcional); Data de nascimento; CPF; Número do RG; Emissor do RG; Nome completo da mãe; Estrangeiro () Sim () Não, conforme mostra a figura 20.

Figura 20: Dados pessoais do candidato

O formulário de dados pessoais do candidato contém os seguintes campos:

- Seu Nome Completo (campo de texto)
- Nome Social (opcional) (campo de texto)
- Data de nascimento (campo com máscara dd/mm/aaaa)
- CPF (campo com máscara 000.000.000-45)
- RG (campo de texto)
- Emissor do RG (campo de texto)
- Nome completo da sua Mãe (campo de texto)
- Estrangeiro? (botões de opção: Não (selecionado) e Sim)

Fonte: Portal do Candidato/IFC. Disponível em: <https://candidato.ifc.edu.br/> . Acesso em 31 de ago. 2022.

- b) Dados de contato do candidato:** Endereço de e-mail; Confirmar e-mail; Criar senha; Confirmar senha, conforme mostra a figura 21.

Figura 21: Dados de contato do candidato

O formulário de dados de contato do candidato contém os seguintes campos:

- Email (campo de texto)
- Confirmação de E-mail (campo de texto)
- Atenção (mensagem: Ao preencher seu e-mail, certifique-se de informá-lo de forma correta para prevenir problemas com o seu cadastro)
- Senha (campo de texto)
- Confirmação de Senha (campo de texto)
- Atenção (mensagem: A senha deve ter no mínimo 8 caracteres)

Fonte: Portal do Candidato/IFC. Disponível em: <https://candidato.ifc.edu.br/> . Acesso em 31 de ago. 2022.

- c) **Seus dados de contato:** Telefone principal:WhatsApp () ;
 Telegram () ; Telefone alternativo.....;
 Rua.....Número;
 Complemento.....CEP;
 Bairro.....Cidade.....Estado, conforme mostra a figura 22.

Figura 22: Portal do Candidato/IFC.

Seus dados de contato

Telefone (principal) Neste número tenho:
 ☐ WhatsApp ☐ Telegram

Telefone (alternativo)

Rua Número

Complemento CEP

Bairro Estado Cidade

Fonte: Portal do Candidato/IFC. Disponível em: <https://candidato.ifc.edu.br/> .
 Acesso em 31 de ago. 2022.

- d) **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:** Clique em “Clique aqui para ler o Termo”; (...) Marque CONCORDO com o Termo de Consentimento, conforme mostra a figura 23.

Figura 23: Termo de Consentimento Livre e esclarecido

Clique em **Cadastrar**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

[Clique aqui para ler o Termo](#)

☐ Concordo com o termo de consentimento

[Você já tem cadastro?](#) **Cadastrar**

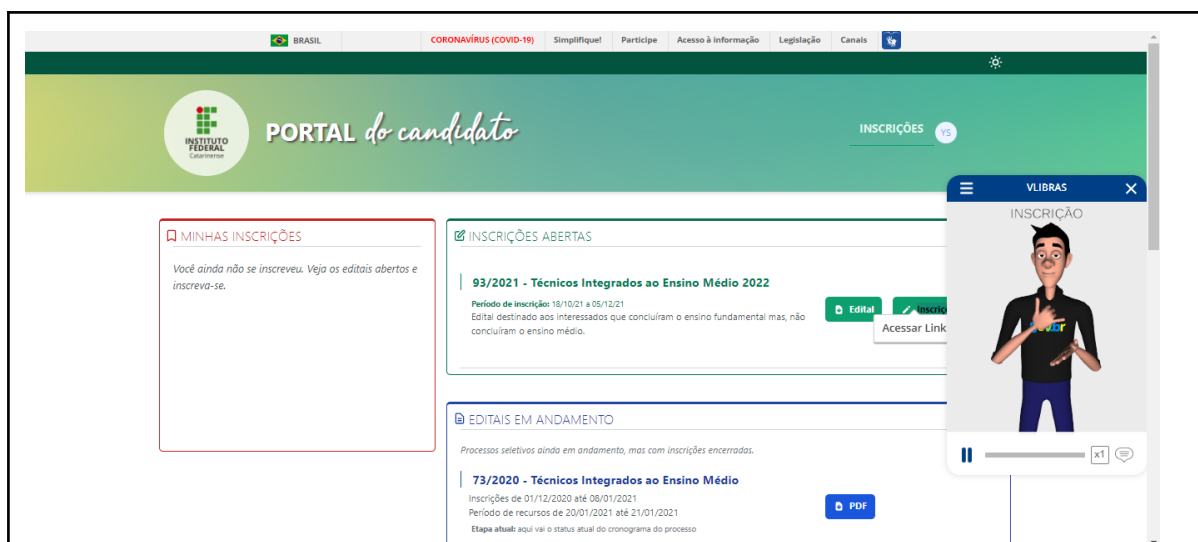
Fonte: Portal do Candidato/IFC. Disponível em: <https://candidato.ifc.edu.br/> .
 Acesso em 31 de ago. 2022.

Para se inscrever no campus e curso pretendido

1º Passo: Selecionar “Inscrições Abertas”

- Consultar edital;
- Clicar em “Inscrições Abertas”: Acessar link, conforme mostra a figura 24.

Figura 24: Inscrições abertas



Fonte: Portal do Candidato/IFC. Disponível em: <https://candidato.ifc.edu.br/>. Acesso em 31 de ago. 2022.

2º Passo: Quadro de ofertas: Escolher campus e curso pretendido

- Detalhes: informa sobre o curso pretendido
- Selecionar: local para escolher o campus e o curso pretendido, conforme mostra a figura 25.

Figura 25: Quadro de ofertas

Rio do Sul(Sede)	Agropecuária	Integral	105	Detalhes	Selecionar
Rio do Sul(Sede)	Agroecologia	Integral	35	Detalhes	Selecionar
Rio do Sul(Unidade Urbana)	Informática para Internet	Integral	35	Detalhes	Selecionar
Santa Rosa do Sul	Agropecuária	Integral	185	Detalhes	Selecionar
Sombrio	Hospedagem	Integral	40	Detalhes	Selecionar
Sombrio	Informática para Internet	Integral	80	Detalhes	Selecionar
São Bento do Sul	Automação Industrial	Integral	40	Detalhes	Selecionar
São Bento do Sul	Informática	Integral	40	Detalhes	Selecionar
São Bento do Sul	Segurança do Trabalho	Integral	40	Detalhes	Selecionar
São Francisco do Sul	Automação Industrial	Integral	35	Detalhes	Selecionar
São Francisco do Sul	Administração	Integral	35	Detalhes	Selecionar
São Francisco do Sul	Guia de Turismo	Integral	35	Detalhes	Selecionar
Viderra	Eletroeletrônica	Integral	70	Detalhes	Selecionar

Fonte: Portal do Candidato/IFC. Disponível em: <https://candidato.ifc.edu.br/>. Acesso em 31 de ago. 2022.

3º Passo: Inscrição

- Escolha do critério de seleção: Prova, conforme mostra a figura 26.

Figura 26: Escolha do critério de seleção

Fonte: Portal do Candidato/IFC. Disponível em: <https://candidato.ifc.edu.br/>. Acesso em 31 de ago. 2022.

- b) Escolha se deseja concorrer por ação afirmativa ou ampla concorrência, conforme mostra a figura 27.

Atenção: O candidato surdo pode optar por apenas uma das modalidades de reserva de vagas das ações afirmativas:

- EP-PPI-PcD: Candidatos com deficiência autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas, independentemente da renda.
- EP- PcD: Candidatos com deficiência que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental na Escola Pública
- EP- BR-PPI-PcD: Candidatos com deficiência autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas, que tenham renda familiar bruta por pessoa da família igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.
- EP- BR- PcD: Candidatos com deficiência autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas, que tenham renda familiar bruta por pessoa da família igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.

Figura 27: Escolha de critério: Ampla Concorrência ou Ações Afirmativas

Sua Nome Completo Nome Social (opcional)

Data de nascimento CPF RG Emissor do RG

Nome completo da sua Mãe Estrangeiro? ☒ Não ☐ Sim

Email Confirmação de E-mail **Atenção**
Ao preencher seu e-mail, certifique-se de informá-lo de forma correta para
prevenir problemas com o seu cadastro!

Senha Confirmação de Senha **Atenção**
A senha deve ter no mínimo 8 caracteres

Seus dados de contato

Telefone (principal) Neste número tenho: ☐ WhatsApp ☐ Telegram

Telefone (alternativo)

Rua Número

Complemento CEP

Bairro Estado Cidade

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

[Clique aqui para ler o Termo](#)

☐ Concordo com o termo de consentimento

[Você já tem cadastro?](#) [Cadastrar](#)

Fonte: Portal do Candidato/IFC. Disponível em: <https://candidato.ifc.edu.br/>. Acesso em 31 de ago. 2022.

Na sequência, trazemos o roteiro para os vídeos do Glossário de Termos Técnicos em Libras para apoio ao processo de inscrição. Cabe ressaltar que os termos não foram selecionados aleatoriamente, mas emergiram de questionamentos da estudante surda ao tradutor-intérprete durante a primeira simulação do processo de inscrição a um curso técnico do IFC.

ROTEIRO

Vídeos do Glossário de Termos Técnicos

Bem-vindo ao Glossário Bilíngue do Portal de Ingresso e do Portal do Candidato

O que é o Glossário?

Este Glossário contém uma lista de doze termos técnicos e visa facilitar sua navegação e interação nos Portais de Ingresso e do Candidato do IFC.

Cada palavra traz a explicação do termo em Libras, em Português escrito e a imagem correspondente à palavra.

Como usar o Glossário?

Para usar, basta deslizar a barra de rolagem da página para baixo e encontrar a palavra desconhecida.

1. Ações afirmativas
2. Autodeclaração étnico racial
3. Baixa Renda
4. Candidato
5. Cadastrar-se
6. Cotas
7. Declaração de ciência
8. Documentos
9. Edital
10. Email
11. Escola pública
12. Escola privada
13. Finalizar inscrição
14. Histórico escolar
15. Ingresso
16. Laudo médico
17. Nome social
18. Órgão Emissor
19. PcD (Pessoa com Deficiência)
20. PPI (Preto, Pardo e Indígenas)
21. RG
22. Rua
23. Salário Mínimo
24. TCLE

Na sequência, descrevemos de forma detalhada a produção e edição dos vídeos tutoriais.

5.4 PRODUTO EDUCACIONAL: PRODUÇÃO E EDIÇÃO DOS VÍDEOS TUTORIAIS

Como anteriormente mencionado, antes de iniciar a gravação dos vídeos tutoriais, foi realizada a roteirização do conteúdo informacional e planejado como

seria o processo de tradução para Libras no Tutorial Bilíngue dos Portais de Ingresso e do Candidato e no Glossário. Após a definição do texto informacional, foi organizado um encontro com o intérprete de Libras do CAS/IFC, no dia 27 de maio de 2022. No encontro, realizou-se a leitura e discussão do texto a ser traduzido e a verificação da necessidade de uma adaptação do texto para a tradução em Libras. Esse estudo é de fundamental importância para o início do processo de criação do produto educacional, pois avalia-se o conjunto de termos técnicos para a constituição do glossário que fará parte do Tutorial Bilíngue dos Portais e do Glossário.

Para a produção dos vídeos tutoriais, foi necessário observar alguns procedimentos visando garantir a coleta de material com qualidade para a etapa de edição dos vídeos. A proposta da coleta seguiu as orientações de Fernandes (2018). Para o autor, o processo de gravação de vídeos acessíveis em Libras deve observar os seguintes procedimentos: criação do texto que será traduzido para Libras, o trabalho do intérprete, a filmagem e a inclusão de legenda em português na edição de vídeos.

Os vídeos em Libras se caracterizam como a ferramenta mais completa para se comunicar com as pessoas surdas. Porém, como enfatiza Silveira (2020), para promover a acessibilidade é preciso observar que esse público é diverso: nem todas as pessoas surdas são bilíngues, ou seja, se comunicam bem em Libras e Português escrito, algumas dominam apenas a Libras, outras dominam o português escrito e outras não dominam nem a Libras nem o Português escrito. Assim, em virtude dessa diversidade, na produção de vídeos acessíveis para esse público, consideramos a inclusão de legendas em Português, a tradução para Libras do conteúdo, e recursos imagéticos para ampliar o alcance informacional para essa população.

Considerando que parte significativa dos recursos de acessibilidade deste produto educacional emprega o recurso de janela de tradução em Libras, adotou-se os procedimentos sugeridos por Fernandes (2018) e recomendados por Silveira (2020), visando orientar o processo de criação de vídeos acessíveis e garantir uma coleta de qualidade para os tutoriais.

O quadro 10 apresenta os procedimentos:

Quadro 10 - Procedimentos para gravar janela em Libras

1 - Análise do texto
Analisar o texto a ser traduzido para Libras; O tradutor-intérprete de Libras precisa estudar os sinais adequados para cada termo do texto e criar novos em caso de não existir; e Recomenda-se parceria com pessoa surda oralizada em Libras para validação do texto a ser traduzido.
2 - Preparação da gravação
Recomenda-se seguir o passo a passo da primeira etapa; Ensaiar; Recomenda-se gravar previamente os vídeos; e Realizar uma análise da sinalização e do conteúdo explicativo do vídeo.
3 - Recomendações ao Intérprete de Libras
Para a gravação, o intérprete de Libras deve usar roupas neutras, evitando tonalidades de verde e azul, pois são cores do Chroma Key, maquiagem neutra e evitar joias.
4 - Hora de gravar
O intérprete de Libras precisa previamente ter acesso ao roteiro em Libras. Verificar o espaço do estúdio; Definir o espaço exato do melhor enquadramento do intérprete para não cortar sinais; Bom enquadramento prevê margem de um palmo acima da cabeça e quatro dedos abaixo do umbigo.
5 - Edição
Trata-se de uma fase técnica; Composição adequada observa uma área de 70% do vídeo para a obra original; Enquadramento do intérprete com metade da altura a um quarto da largura do vídeo.

Fonte: Adaptado de Fernandes (2018, apud SILVEIRA, 2020, p. 35).

Para a filmagem, realizada pela própria pesquisadora no estúdio do Núcleo de Produção Bilíngue (NPB) do IFC/CAS, foram utilizados uma câmera Sony HXR-MC2000 FULL HD e lente G grande angular, com tripé Greika e computador DELL para capturar as imagens em estúdio Chroma na cor verde, alterado para azul na edição e 5 iluminadores softbox, conforme ilustra a figura 30.

Figura 30 - Estúdio do NuBi- IFC/CAS

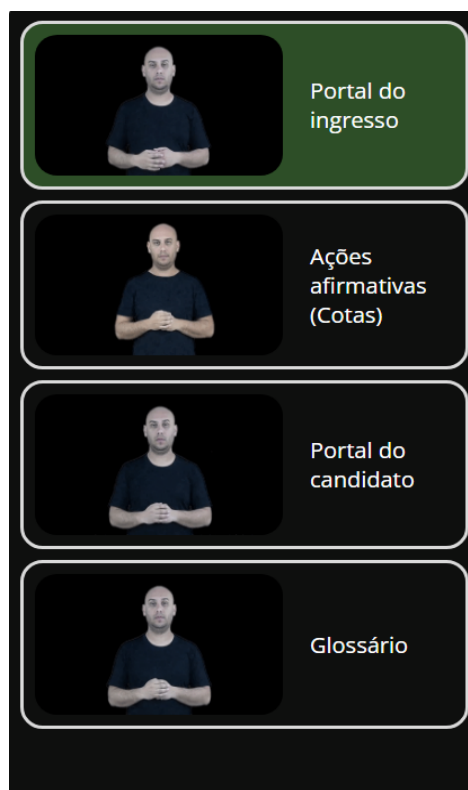


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A gravação das janelas em Libras ocorreu em apenas uma etapa, no dia 27 de maio de 2022. O tempo empregado de gravação dos vídeos em Libras foi de 4 horas, e contou com a participação do tradutor-intérprete de Libras e da pesquisadora. Como informado anteriormente, a produção dos vídeos foi operacionalizada por um aluno do Curso de Informática do IFC/CAS, indicado pelo Diretor do próprio campus. Após finalizar a captura da janela em Libras, o material foi enviado para a docente surda do NuBi, para verificação da qualidade da sinalização feita pelo Tradutor-intérprete de Libras. Dada a aprovação, iniciou-se o processo de edição dos vídeos para a produção do Tutorial e Glossário Bilingües.

Para a edição dos vídeos, foi utilizado o *Software Adobe After Effects*, uma ferramenta paga e licenciada pelo IFC. Nesse programa, foram utilizados recursos de texto, *Chroma Key* e correção de cor. Para os títulos do menu lateral dos portais das ações afirmativas e glossários, optou-se pela criação de *GIFs* sinalizados em Libras, conforme a figura 31:

Figura 31: Menu do vídeo tutorial



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

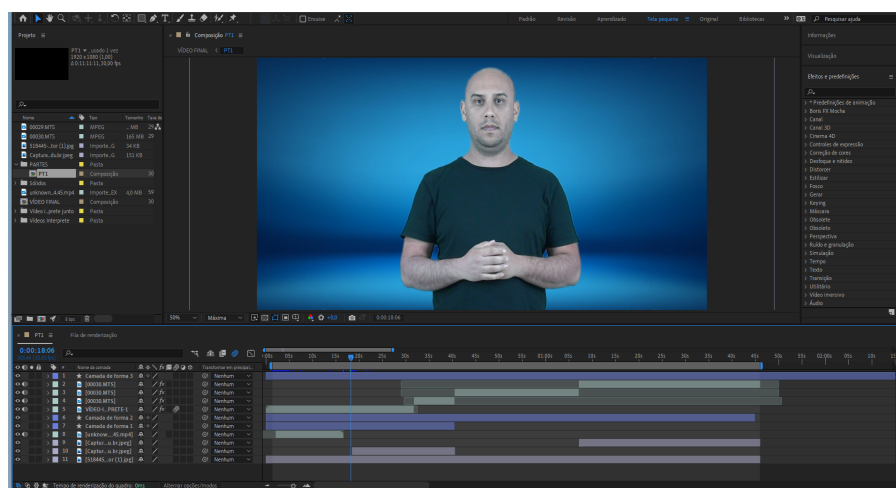
Os vídeos e *GIFs* do Glossário e do Tutorial Bilíngue foram editados com o *Adobe After Effects*. Nesse programa foi utilizado recurso de texto, *Chroma Key*, equalização de áudio, entre outros. O *Chroma Key* é uma técnica que usa fundo colorido removível com o objetivo de produzir vídeos de qualidade. A técnica emprega uma sobreposição de imagem anulando uma cor sólida pré-definida. Emprega-se a técnica para substituir o fundo por uma outra imagem, que pode ser estática ou em movimento. (SILVEIRA, 2020).

Em vídeos tutoriais, o uso da técnica de *Chroma Key* permite dar exemplos de explicação ao fundo, empregando a visualidade para facilitar a compreensão do conteúdo elucidado. Com a técnica de *Chroma Key*, os vídeos tutoriais ganham qualidade, visto que “a cor do fundo irá refletir um pouco os objetos de cena, gerando uma espécie de contra luz colorida, o *spill*. Sendo assim, é muito mais aceitável que ela seja de uma cor próxima à da imagem final”. (SILVEIRA, 2020, p. 39).

Especificamente para a edição dos vídeos produzidos para o Tutorial Bilíngue, foi necessário cortes e ajustes na escala. A figura 32 apresenta um

exemplo da organização dos vídeos na *timeline* e, simultaneamente, o *Chroma Key* em azul, ressaltando a imagem da cena pretendida.

Figura 32: Organização dos vídeos na *timeline*

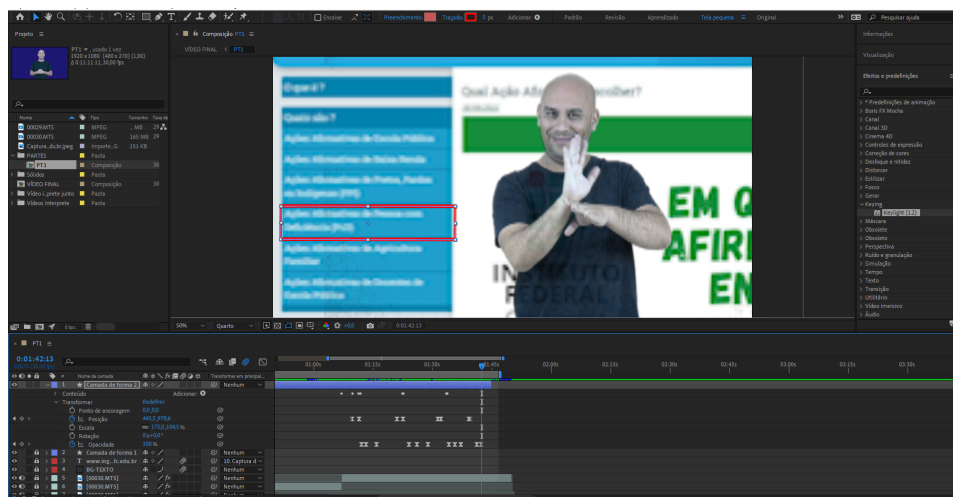


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para o início de cada vídeo, as capas tiveram fundo e escala diferentes, além de animação de texto. A criação dos *GIFs*, ou imagem animada, foi realizada com o *Photoshop*, um *software* para criação de imagem e *design* gráfico, produto do pacote Adobe. Seus recursos permitem desenvolver projetos de criação, personalizando imagens e fotografias. A opção de editar os *GIFs* com *photoshop* visou garantir a qualidade no produto resultante da edição.

A figura 33 mostra um exemplo das capturas de tela que instruem os estudantes surdos à navegação nos Portais. O recurso de ferramenta de captura de tela foi utilizado para imagens estáticas e ilustrativas do Portal do Candidato. Trata-se de um recurso gratuito disponível no *Windows 10*, que permite realizar captura de quatro formas: livre, retangular, janela ou tela inteira, sendo possível salvar e/ou compartilhar a imagem capturada de forma simples.

Figura 33: Capturas de tela



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Após termos concluído a descrição da produção e edição de vídeos, a próxima seção apresenta a criação do *site* que hospedou o Produto Educacional aqui apresentado.

5.5 A CRIAÇÃO DO SITE PARA HOSPEDAR OS VÍDEOS

A construção do Tutorial Bilíngue começou com uma reunião entre a pesquisadora e o diretor do CAS/IFC, que sugeriu o mesmo estudante do Curso Técnico de Informática para a função de *web designer*. Essa reunião teve o intuito de discutir o planejamento e o projeto de criação do *site*. O primeiro ponto analisado foi o perfil do estudante surdo, público a quem se destina a construção do *site*. Após a análise, foi possível definir o *briefing* e empregar a identidade visual definida para o projeto.

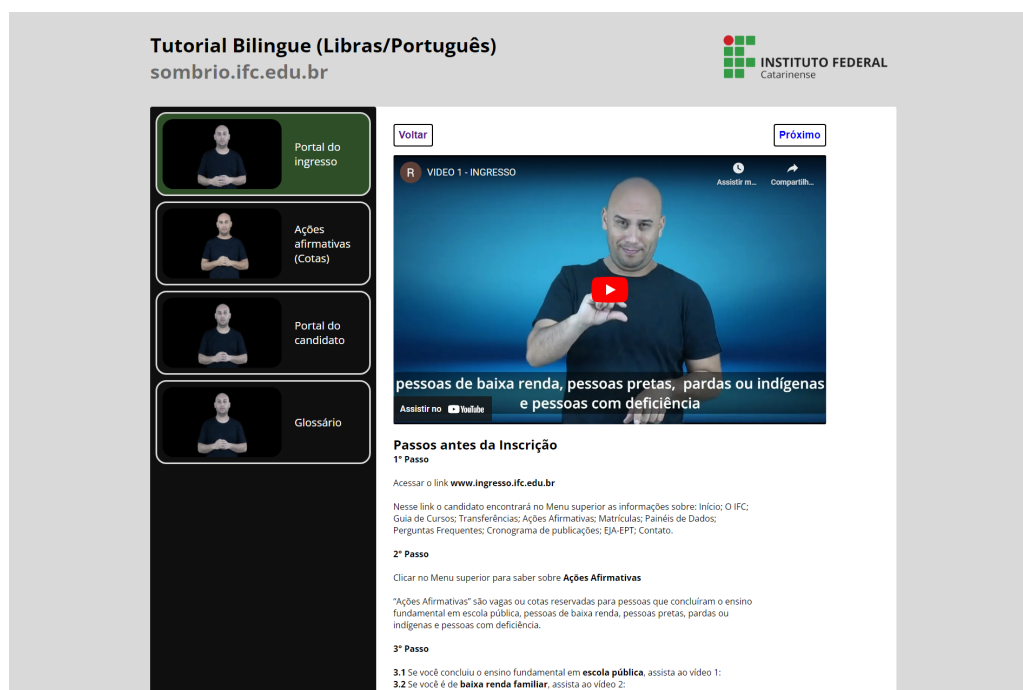
O *briefing* empregado foi definido de acordo com critérios de acessibilidade do público surdo, a escrita de HTML (*HyperText Markup Language*), escolhendo os elementos e a ordem lógica. Depois de estruturado, foi adicionado o CSS3 (*Cascading Style Sheets*) e a linguagem de programação *Javascript*. Para o sistema que envolve a programação do tutorial, foi utilizada a biblioteca *online* de recursos *Jquery.com*, conforme recomendado por Silveira (2020).

De acordo com a W3C, “a HTML e CSS são tecnologias fundamentais para o desenvolvimento de páginas web: HTML (html e xhtml) para a estrutura, CSS para o estilo e leiaute, incluindo Webfonts” (W3C.BR, 2020). O CSS oferece ferramentas para estilizar a web, “passamos de Verdana para *Webfonts*, de larguras fixas para *Responsive Web Design*, de *layouts* baseados em tabelas para o *grid*, e não precisamos mais usar bordas, fontes ou sombras” (MATUZOVIC, 2017 *apud* SILVEIRA, 2020, p. 42).

Há inúmeros recursos disponíveis para personalizar projetos inclusivos. As ferramentas CSS, se bem empregadas, ajudam a desenvolver acessibilidade, desde que observados alguns critérios, como texto legível, contraste, cuidados com as cores e a ordem da informação, entre outros pontos pertinentes ao público específico que se quer alcançar. (MATUZOVIC, 2017 *apud* SILVEIRA, 2020, p. 42).

Atualmente o CSS *Grid Layout* permite flexibilidade na posição dos itens, dando mais autonomia ao trabalho de *web designers* e desenvolvedores. Além dessas linguagens, também foram utilizados outros recursos como imagens (*backgrounds*, *Gifs* animados e ícones), *links*, vídeos em Libras e textos em Português, conforme exemplifica a figura 34.

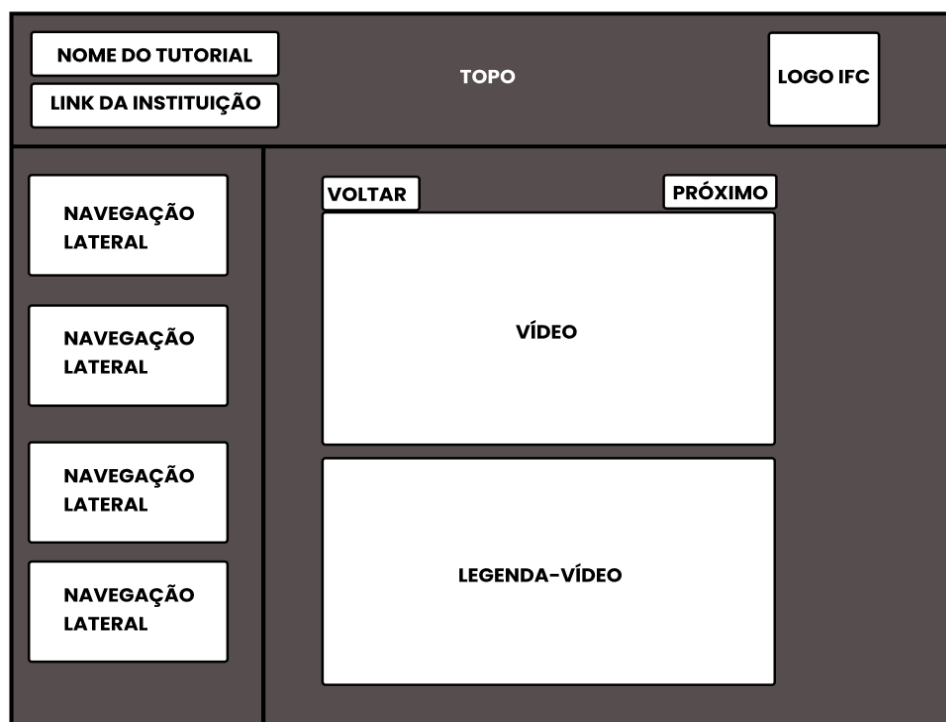
Figura 34: Layout de uma tela do tutorial



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A estrutura básica do tutorial foi adaptada de Silveira (2020): a) abertura (tela inicial com o vídeo explicativo); b) topo; c) menu de navegação lateral; d) menu de navegação superior (onde são disponibilizados os ícones “voltar” e “próximo”); e) box de conteúdo (onde são disponibilizados os vídeos e os textos); f) legenda (local onde estão colocadas as legendas em Português). Conforme ilustra a figura 35.

Figura 35: Estrutura básica do Tutorial Bilíngue no *site*



Fonte: Adaptado de Silveira (2020).

No topo, constam o título do produto, o *link* para acesso rápido à instituição, ao Portal de Ingresso e a marca do IFC/CAS. **O menu de navegação lateral esquerda** foi subdividido em três categorias, a saber: **Portal de ingresso**, com vídeos das ações afirmativas e tutorial em Libras; **Portal do Candidato**, com tutorial do passo a passo do processo de inscrição; e o **Glossário de Termos Técnicos em Libras**. Essas categorias foram organizadas pela ordem de acesso e prioridade com base no público-alvo: candidatos surdos.

Foram utilizados textos e os *GIFs*¹⁸ animados em Libras e em português escrito para ampliar as possibilidades de acesso nas duas línguas. Cabe ressaltar que a estratégia de usar *GIFs* no Tutorial observa a consolidação desse recurso na construção de dicionários de Libras, como no modelo preconizado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), onde é possível pesquisar a tradução da língua portuguesa para a Libras. Trata-se de uma estratégia para desenvolver bilinguismo e melhorar a compreensão da segunda língua: “*GIFs* sinalizados auxiliam pessoas ouvintes a aprender a executar sinal em Libras e pessoas surdas a aprender português”. (SILVA, 2017, p. 34)

No *box* de conteúdo, utilizou-se a mesma estratégia dos menus laterais: vídeo em Libras para facilitar a comunicação e informação ao candidato surdo, mas também disponibilizou-se o texto em português, caso um usuário ouvinte queira utilizar ou um usuário surdo prefira acesso ao texto.

Para definir a identidade visual do Tutorial Bilíngue, realizou-se um estudo do Manual da Marca IFC (2016), disponível no *website* institucional para consulta. O manual apresenta instruções para o desenvolvimento de produtos educacionais e informacionais, é o principal elemento da identidade visual institucional, “garante-se a qualidade na implantação da identidade, a padronização das mensagens e a potencialização da comunicação institucional”. (MANUAL DA MARCA IFC, 2016, p. 2).

Embora o projeto de criação do *site* para hospedar o Tutorial Bilíngue seja uma marca derivada, durante o desenho da estrutura informacional foram respeitados e mantidos os seguintes elementos: os Portais de Ingresso e do Candidato do IFC em português e o conjunto de elementos formais de representação gráfica como cores, formas e proporções. O objetivo foi manter o padrão de cores utilizadas pela instituição (verde e vermelho), para que o estudante possa fazer a associação entre o produto estático e o interativo, já que tratam do mesmo objeto e conteúdo, mas com perspectivas de públicos diferentes.

¹⁸ *GIFs* em Libras são ferramentas de acessibilidade que tornam ambientes virtuais mais dinâmicos e adaptados ao público surdo. Quando o usuário passa o *mouse* sobre um ícone do tutorial poderá ter uma animação sinalizada do menu, facilitando a identificação de cada categoria disponível no tutorial. (SCANDOLARA; OLIVEIRA, 2018).

De acordo com o manual, “as cores institucionais acentuam a visibilidade da marca e são um elemento fundamental para assegurar sua rápida identificação e consolidação”. (IFC, MANUAL DA MARCA, 2016, p. 20). Já os padrões de referências para aplicações em mídias digitais, como vídeos e *web* (RGB) recomendado no Manual da Marca IFC, apresenta-se como mostra a figura 36:

Figura 36: Padrão RGB da Marca IFC



Fonte: Manual de Identidade Visual do Instituto Federal Catarinense (2016, p.14)

A opção de apresentar o Tutorial Bilíngue em formato digital de *website*, justifica-se pelas vantagens na utilização desse tipo de mídia. Entre elas estão:

- a) a facilidade em editar e atualizar as informações;
- b) a dispensa da instalação de *plug-ins* ou qualquer recurso para funcionar;
- c) o grande alcance atingindo o maior número de pessoas com acesso à internet;
- d) a aplicação de técnicas de acessibilidade para disponibilizar para o maior número de pessoas; e
- e) a compatibilidade com vários dispositivos *online* e *off-line*.

O trabalho do *web designer* na criação do *site* do Tutorial Bilíngue empregou o uso de alguns programas como o *Visual Studio Code* para o desenvolvimento do *site*, o *FileZilla* como servidor de arquivo para *internet* e durou 2 meses, de julho a setembro. Durante o processo de criação do *site* do Tutorial Bilíngue, houve pelo menos um encontro semanal entre a pesquisadora e o *web designer*, com o objetivo de avaliar a criação, em etapas, do processo de transformação do *Layout* em código *HTML/CSS*.

Por fim, o produto educacional foi disponibilizado no *site* criado para esse fim (<https://gregarious-zabaione-84e071.netlify.app/index.html>), visando à facilidade de atualização de conteúdos informacionais. Os vídeos tutoriais foram armazenados no canal do *YouTube* institucional e se encontram como não listados. Dessa forma, caso seja necessária alguma atualização informacional no tutorial, será possível vincular de forma ágil o novo vídeo, pois no *site* (parte acessível informacional) será apenas trocado o *link* de acesso para o novo vídeo, mantendo seu *layout* e arquitetura, conforme aconselha Silveira (2020).

A próxima seção aborda a implementação e avaliação do produto educacional descrito.

5.6 PRODUTO EDUCACIONAL: PLANEJAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO

A implementação do produto educacional - Tutorial Bilíngue - ocorreu no estúdio do NuBi/CAS-IFC, com a mesma estudante surda que participou da 1ª simulação do processo de inscrição. O 2º processo, aqui chamado 2ª simulação de inscrição, levou aproximadamente 1h e ocorreu no dia 11 de outubro de 2022. A pesquisadora levou ao redor de 30 minutos para apresentar a atividade para o tradutor-intérprete e este fazer a interpretação para a Libras para a estudante surda participante, que levou em torno de 25 minutos para completar sua inscrição no Portal do Candidato do IFC.

O objetivo principal da atividade - realizar a 2ª simulação de inscrição no Portal do Candidato com o apoio do Tutorial Bilíngue - foi validar o tutorial como recurso de acessibilidade à inscrição de candidatos surdos aos cursos do IFC, por meio do desempenho da participante surda e de sua percepção sobre o processo, além da percepção do tradutor-intérprete de Libras que acompanhou o processo e da pesquisadora.

Para a simulação da inscrição com o apoio do tutorial, foram planejadas atividades prévias à simulação, durante a simulação e após a simulação, que trazemos a seguir:

1) Atividades prévias à simulação:

- a) agendar o dia e horário da simulação com a estudante participante do estudo, por intermédio do Tradutor-intérprete do CAS; e
- b) solicitar que a participante traga nesse dia seu CPF, RG e endereço residencial por escrito, pois são dados a serem digitados no Portal do Candidato.

2) Atividades da estudante durante a simulação:

- a) Portal de Ingresso: a estudante verá o vídeo de como acessar o *site* do Portal de ingresso. O vídeo, que está dentro do portal, mostra como se inscrever e acessar as informações das ações afirmativas, mas sem tradução em Libras.
- b) Ações Afirmativas: a estudante vai acessar os vídeos tutoriais das ações afirmativas, que foram traduzidos para Libras para este produto educacional. Esses vídeos levam a estudante a entender a “opção de inscrição” mais adequada para estudantes surdos.
- c) Portal do Candidato: a estudante vai acessar os vídeos tutoriais contendo o passo a passo do processo de inscrição para realizar sua inscrição em um curso técnico no CAS.
- d) Glossário: a estudante vai acessar o glossário de termos técnicos para entender termos majoritariamente do processo de inscrição no Portal do Candidato.
- e) Será permitido à estudante retornar aos vídeos tutoriais e ao glossário sempre que necessário.

3) Atividades da pesquisadora durante a simulação:

- a) observar se os recursos de acessibilidade do Tutorial Bilíngue propiciam a autonomia desejada para que a estudante faça sua inscrição no curso desejado;
- b) cronometrar o tempo usado em cada passo do processo;
- c) observar os recursos de acessibilidade utilizados e dificuldades de uso;

- d) utilizar equipamentos de apoio: 01 Câmera filmadora, 01 computador e 01 notebook;
- e) levar os fluxogramas dos portais elaborados para o estudo impressos para anotações sobre o uso do tutorial pela participante do estudo.

Para a avaliação do produto, foi preparado o seguinte **roteiro para a entrevista** com a estudante, tendo o Intérprete de Libras como mediador:

- a) Primeiramente, informar à participante que deverá “narrar em Libras” a sua experiência com o uso do tutorial bilíngue como recurso de apoio à sua inscrição simulada no IFC. Nesse momento, o Tradutor-intérprete fará a tradução para o português, que será gravada em vídeo para posterior análise.
- b) Idealmente, a narrativa deverá ser espontânea, mas a pesquisadora deverá ter em mente as questões que seguem, caso a participante não comente algum aspecto de acessibilidade pensado para o produto educacional:
 - 1) Como foi a experiência de acessar o tutorial? Houve facilidade de navegação e uso do *site* e dos recursos? Algo a melhorar no site e nos recursos?
 - 2) Como foi a interação com vídeos em Libras, os *GIFs* sinalizados em Libras, as legendas? Houve facilidade de compreensão das informações? Algo a melhorar nos vídeos, *GIFs*, legendas?
 - 3) Foi mais fácil preencher as lacunas do Portal do Candidato utilizando o tutorial como apoio? Algo a sugerir para melhorar?
 - 4) Foi fácil entender o tutorial? Informações em português e Libras, *GIFs* e legendas ajudaram?
 - 5) Foi fácil usar e entender os vídeos das “ações afirmativas” e do “cadastrar-se”?
 - 6) O que chama mais atenção no *site*?
 - 7) Considerações ou sugestões para melhorar o tutorial do processo de inscrição para estudante surdo? O que faria para melhorar o *site* para o candidato surdo?

Já para a avaliação do produto, foi preparado o seguinte **roteiro para a entrevista** com o especialista em vídeo e o Intérprete de Libras, com base em Silveira (2020):

- 1) A apresentação das telas de interface e o uso de letras na tela do computador são bem visuais?
- 2) As informações relacionadas ao uso de ferramentas nos meios digitais são simples e têm uma sequência lógica para o entendimento do usuário?
- 3) O usuário pode realizar tarefas de forma fácil, pois a informação é clara e oferece o passo a passo para sua execução. Você concorda ou discorda com essa afirmação?
- 4) Há níveis de tolerância ao erro do usuário e ao executar uma ação errada é possível o usuário fazer uso de "Retorno à tela anterior". Você concorda ou discorda com essa afirmação?
- 5) Segue as recomendações quanto ao uso de ícones intuitivos e ressalta aspectos de baixo esforço físico e mental para execução de tarefas pelo usuário em ambiente digital. Você concorda ou discorda com essa afirmação?
- 6) Segue as recomendações quanto ao uso de recursos de imagens, visando melhorar a acessibilidade em ambiente digital. Você concorda ou discorda com essa afirmação?
- 7) Segue as recomendações de uso de cores e de espaçamentos no layout das funcionalidades para a acessibilidade em seu ambiente digital. Você concorda ou discorda com essa afirmação.

As atividades foram gravadas para posterior verificação do processo e complementação de análise e interpretação dos resultados. A vantagem da gravação está na possibilidade de a pesquisadora poder revisar o processo para observar o comportamento da estudante como usuária do produto: hesitações, tentativas e erros, eficácia na realização da simulação, satisfação ou desgosto durante o uso do produto, e fazer perguntas a partir das dificuldades apontadas pela estudante no processo de simulação de sua inscrição.

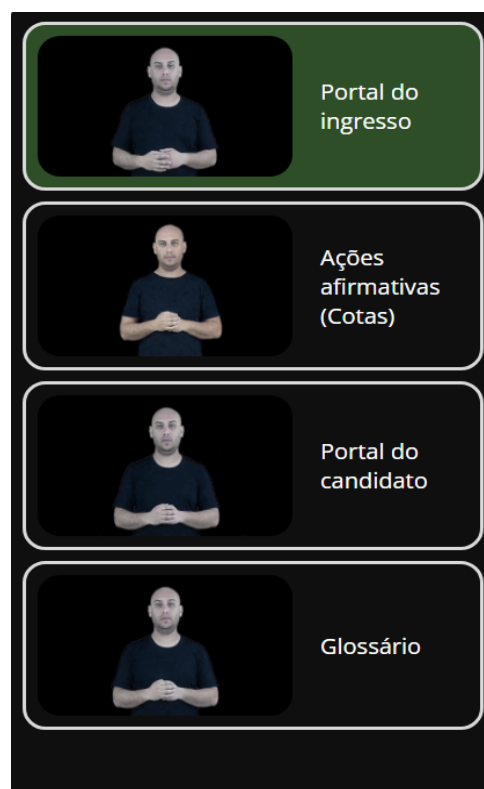
Na sequência, descrevemos a simulação da inscrição na prática, tendo como apoio o tutorial desenvolvido para esse momento, que é a implementação do

produto educacional propriamente dita, e as percepções dos participantes sobre o produto e o processo.

5.7 PRODUTO EDUCACIONAL: O PROCESSO DE INSCRIÇÃO COM APOIO DO TUTORIAL BILÍNGUE

No processo de inscrição com apoio do produto educacional - Tutorial Bilíngue -, a estudante recebeu o *link* de acesso à simulação e instruções gerais sobre o produto (o que é, onde está e a finalidade). Após a visualização dos vídeos tutoriais (vídeos do Portal de Ingresso, das Ações Afirmativas, do Portal do Candidato e do Glossário), a participante foi instruída em Libras a realizar a 2ª simulação da inscrição no Portal do Candidato, com apoio dos vídeos tutoriais e do glossário. Como o CPF e endereço residencial são informações importantes para dar início ao processo de inscrição, a estudante foi informada previamente para trazê-los para essa 2ª simulação, conforme mencionado anteriormente.

A participante iniciou a simulação explorando o vídeo tutorial do passo a passo do processo no Portal do Candidato, localizado no menu lateral do *GIF* sinalizado “Portal do Candidato”, visitou as “Ações Afirmativas”, o Portal de Ingresso e o Glossário, conforme indica a figura 37.

Figura 37: *GIFs* sinalizado do Menu

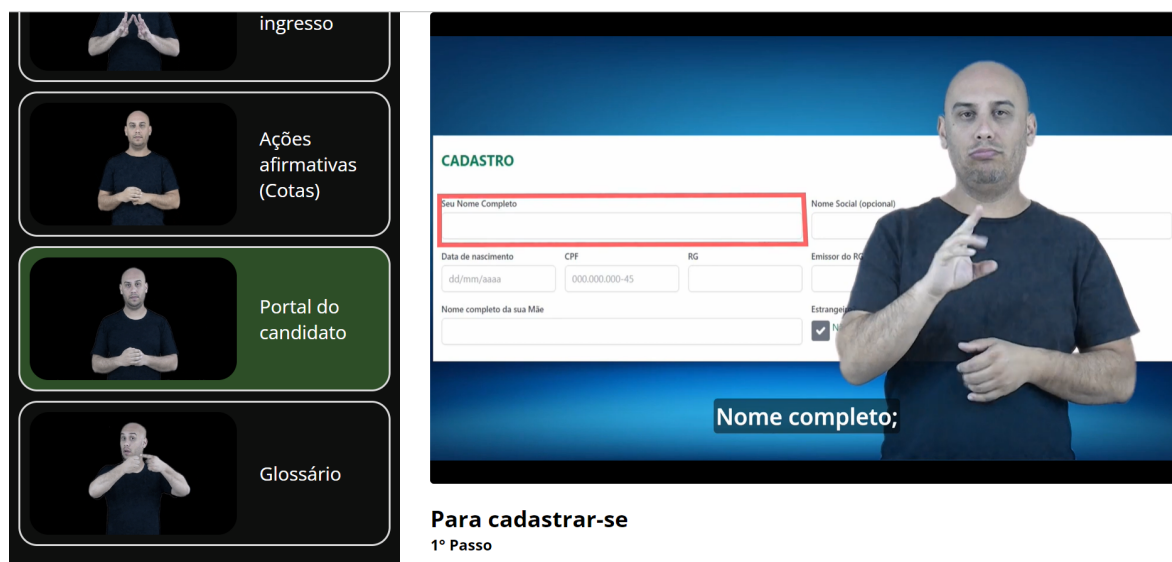
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao dar início ao processo de inscrição no Portal do Candidato, a participante expandiu a tela do vídeo tutorial com o passo a passo de como se inscrever no portal, leu as imagens e as informações em Libras que iam aparecendo e as interpretou. Depois, manuseou a barra de rolagem e pausou o vídeo. Com a página do Cadastro no Portal do Candidato aberto, passou a digitar as informações solicitadas em cada tela que abria. Esse procedimento foi repetido em todo o processo de simulação da inscrição pela participante. Ou seja, primordialmente, a participante comparava a informação no vídeo tutorial do passo a passo com a informação solicitada no portal, buscava as caixas marcadas em vermelho nos vídeos, que sinalizaram o que deveria ser preenchido no portal, como por exemplo, “nome da mãe”, “órgão expedidor”, e digitava a informação solicitada.

A figura 38 sinaliza, em vermelho, a informação que precisa ser completada no Portal do Candidato, que é interpretada em Libras pelo tradutor-intérprete, que, por sua vez, é apresentada em português escrito na parte inferior do vídeo, que tem

o apoio lateral do glossário, caso necessite pesquisar o significado de algum termo desconhecido.

Figura 38: Destaque em vermelho do vídeo Portal do Candidato.



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao longo da inscrição, sempre que necessário, a participante voltava ao vídeo tutorial do passo a passo da inscrição, para verificar se a compreensão da informação estava correta para, então, digitar a informação solicitada no portal.

Em suma, como recurso de compreensão da informação e interação com o Portal do Candidato, a participante usou prioritariamente a sinalização das caixas marcadas em vermelho nas imagens de fundo, a tradução feita na janela de Libras e as legendas em português do que estava sendo sinalizado em Libras. Esse procedimento: relação da imagem com a palavra escrita em português e a sinalização em Libras, que aqui chamamos de *estratégia para a construção de significados* para posterior interação com o meio, em nosso caso a plataforma (Portal do Candidato), foi usado ao longo de todo o processo de inscrição.

Conforme apontam os estudos aqui revisados, entre eles o de Da Silva e Oliveira (2020), a pessoa surda constrói significados novos relacionando três elementos: a imagem, a palavra escrita e a Libras. Nessa mesma linha de argumentação, Silveira (2020, p. 113) advoga que o fato de a pessoa surda poder “estabelecer relação entre imagens e palavras, favorece o desenvolvimento linguístico e cognitivo do sujeito surdo”.

Nesse sentido, o produto educacional criado - Tutorial Bilíngue - parece corroborar as argumentações de Da Silva e Silveira (2020) e Silveira (2020), tendo em vista que a participante conseguiu, após processos de associação e relações, selecionar, entre as ações afirmativas (cotas), a opção adequada ao seu perfil, e o fez com êxito: Escola pública, PPI, PcD, independente de renda.

Esse momento do processo de inscrição - escolha da ação afirmativa - foi considerado pelo estudo o mais denso e delicado devido à quantidade de informações e opções dada ao candidato. No entanto, a participante não apenas fez a escolha da ação afirmativa (cota) correta, mas conseguiu concluir sua inscrição ao Curso Técnico em Informática no Campus Avançado Sombrio com êxito, conforme indica o comprovante¹⁹ de inscrição emitido ao final do processo na figura 39.

Figura 39: Comprovante de inscrição

SUA INSCRIÇÃO

INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

EDITAL 73/2020 [EDITAL](#)

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO N° 2244129840

DADOS DO CANDIDATO

Nome: [REDACTED]
 Nome Social: [REDACTED]
 Nome da Mãe: [REDACTED]
 CPF: 058.744.844-00
 RG: 002485992 - sesp
 Data de Nascimento: 14/03/2001
 E-mail: an.drezuconelli@gmail.com

[Atualizar seu perfil](#)

DADOS DA INSCRIÇÃO

EDITAL: 73/2020
 CURSO: Informática para Internet
 Homologado: Homologado
 Campus Sombrio
 Critério de seleção: Sorteio
 Ação afirmativa: Escola Pública Preto, Pardo ou Indígena Pessoa com Deficiência - Pessoa com deficiência (PcD) autodeclarada preta, parda ou indígena (PPI), independentemente da renda, que apresentar laudo médico e que tenha cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas (Lei nº 13.409/2016).

Inscrição realizada em: 11/10/2022 11:22 Última alteração em: 11/10/2022 11:22

[Alterar inscrição](#)

ACOMPANHAMENTO DE CHAMADAS

CHAMADA	POSIÇÃO NA CHAMADA	AÇÃO AFIRMATIVA	STATUS
1		Lista de Espera	
2		Lista de Espera	
3		Lista de Espera	
4		Lista de Espera	
5		Lista de Espera	
6		Lista de Espera	
7		Lista de Espera	
8		Lista de Espera	

DADOS DE CONTATO

Telefone (principal): (48) 99975-9091
 Telefone (alternativo):
 CEP: 88965-000
 Rua: G - Maria Sebastiana Vargas Silveira, lote, 0
 Bairro: jardim ultramar
 Cidade: Balneário Gaivota - Santa Catarina

[Atualizar](#)

Importante!
 Mantenha seus dados de contato atualizados para que se necessário o IFC entre em contato mais fácil com você

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Pelo exposto, na 2ª simulação, usando os recursos de acessibilidade pensados para a criação do Tutorial Bilíngue, a estudante conseguiu concluir todas as etapas do processo de inscrição com êxito, que valida o desenho do produto proposto para o estudo.

¹⁹ O nome da participante foi riscado para preservar sua identidade.

Na sequência, apresentamos a avaliação do produto educacional na perspectiva da estudante surda, da docente surda do CAS/IFC e do especialista em audiovisual do Campus Palhoça Bilíngue/IFSC.

5.8 PRODUTO EDUCACIONAL: A AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ESTUDANTE SURDA, DO DOCENTE SURDO E DO ESPECIALISTA EM AUDIOVISUAL

Ao longo do processo de implementação do Tutorial Bilíngue, identificamos que os recursos de acessibilidade desenvolvidos para o processo de inscrição não apenas levaram a estudante para completar sua inscrição com êxito, mas também sinalizaram algumas barreiras, que serão apresentadas e discutidas nesta seção, além das percepções da participante surda, da intérprete de Libras do IFC, da docente surda do NuBi/IFC e do especialista em audiovisual do IFSC sobre o produto.

Como mencionado anteriormente, após a implementação do produto, foram conduzidas entrevistas, visando avaliar, a partir de diferentes olhares, os recursos de acessibilidade usados no produto e sugerir possíveis melhorias. Participaram desse momento a estudante surda, o especialista em audiovisual do Campus Palhoça Bilíngue/IFSC, a Tradutora-intérprete de Libras/NuBi-Reitoria e a docente surda do CAS/IFC, que analisaram os recursos de acessibilidade do Tutorial Bilíngue por meio do *link* do *site* que hospedou o tutorial enviado por email e pelo aplicativo WhatsApp.

5.8.1 A avaliação da estudante surda sobre o tutorial bilíngue

Durante a 2ª simulação do processo de inscrição da participante surda no Curso Técnico de Informática no Portal do Candidato, percebemos alguns entraves e surpresas positivas. Entre as surpresas positivas, temos a conclusão da inscrição da participante surda com êxito, a escolha adequada da ação afirmativa ao seu

perfil, além da satisfação expressa nos olhos da participante em explorar o vídeo do tutorial do menu Portal do Candidato, e do preenchimento das lacunas com as informações adequadas, sinalizando que compreendia as informações e interagiu com a plataforma com facilidade.

Alguns recursos usados no tutorial levaram ao êxito da atividade, conforme evidenciado no capítulo anterior, e à satisfação da participante. Um deles foi o fato de o conteúdo informacional estar disponibilizado em Libras, conforme salientou a participante na entrevista após a 2ª simulação: “O tutorial ajudou. Sem o tutorial não conseguiria fazer a inscrição. Estava em Libras” [Entrevista com a participante, no dia 11 de outubro de 2022].

Além disso, o vídeo tutorial apresentava todo o processo, que propiciou a participante surda visualizar todo o conteúdo ou em etapas. Ou seja, a participante pôde interromper a exibição a qualquer momento para verificar, confirmar, relacionar, entender, concluir ou mesmo tirar alguma dúvida. O outro aspecto do tutorial que pode ter contribuído para o êxito e a satisfação da participante foi a integração de diferentes recursos: vídeos com informação em Libras, imagens, *GIFs* e português escrito, todos relacionados à informação a ser transmitida, conforme sugere a literatura revisada para este estudo. (ARAÚJO; ALVES, 2017; DA SILVA; OLIVEIRA, 2020; DUARTE; MORAIS, 2021; QUIXABA, 2017; SILVEIRA; SILVA, 2020). Para a tradução em Libras, não usamos avatares mas pessoas reais, tendo em vista que a população surda não se vê representada por esse recurso de tradução. (GRILO; RODRIGUES; SILVA, 2019; PALÓPOLO, 2021).

Já entre as dificuldades, identificamos que a participante não conseguiu preencher adequadamente, no cadastro no portal do candidato, a lacuna que solicitava o “Órgão emissor” da carteira de identidade e o “número da casa”. A participante digitou a sigla do órgão emissor na lacuna do RG, conforme indica a figura 38, e no nome social colocou o seu sobrenome. Acreditamos que tal fato seja motivado pelo fato de esses termos não fazerem parte do conhecimento de mundo (ou do cotidiano) da participante.

Prevendo essas e outras dificuldades, os termos técnicos do glossário elaborado para o tutorial poderiam ter ajudado a participante a preencher essas informações cadastrais também, tendo em vista que a expressão “órgão expedidor”

consta no glossário e o “número da casa” no comprovante de endereço armazenado em seu celular. Entretanto, a participante não consultou nem o recurso glossário nem seu celular, deixando as lacunas vazias, e deu continuidade ao processo de inscrição. Cabe lembrar que essas informações não eram obrigatórias no cadastro; portanto, não a impediram de dar continuidade ao seu processo de inscrição.

A partir desses resultados, podemos dizer que a 2ª simulação alerta que o glossário precisa de aprimoramento. Para isso, há necessidade de que a atividade: 1º cadastro no Portal do Candidato, precisa ser aplicada com outros estudantes/candidatos surdos, visando identificar outros termos que não fazem parte do conhecimento desse público e, assim, ampliar esse recurso de acessibilidade.

Na perspectiva da participante surda, os recursos de acessibilidade do Tutorial Bilíngue, mais especificamente, o uso das imagens, dos *GIFs* sinalizados em Libras, das janelas em Libras e das legendas em português parecem ter sido relevantes para tornar o processo de inscrição acessível, instruir sobre o que e como fazer e interagir com a plataforma Portal do Candidato, como mostra o excerto 22 que segue:

Excerto 22:

Tá bom. Pode dar continuidade. Isso é ótimo, cada parte dos vídeos, as legendas são em português, ela tem uma combinação excelente. Tá ótimo a explicação, não precisa refletir novamente, pode continuar como está assim. [Entrevista com a participante, no dia 11 de outubro de 2022].

O tutorial foi ótimo, me ampliou bastante a memória, ter entendimento da execução das palavras foi claro, foi ótimo me ajudou e me abriu a mente esse tutorial e conseguiria tranquilamente fazer sozinha a inscrição [Entrevista com a participante, no dia 11 de outubro de 2022]

O tutorial ensinaria outros surdos tranquilamente a experimentar e fazer as inscrições, eles precisam provar isso para comprovar que essa visualização da universidade vai conseguir fazer a inscrição [Entrevista com a participante, no dia 11 de outubro de 2022].

A participante surda ainda elogiou a apresentação do *layout* e os recursos acessíveis empregados no tutorial, tanto nos vídeos como no glossário: “O tutorial ajudou. Sem o tutorial não conseguiria fazer a inscrição. Estava em Libras. Foi muito bom, foi muito importante essa visualização. Aproveitei. Ficou muito bom” [Entrevista com a participante, no dia 11 de outubro de 2022].

Informou ainda que os recursos do produto contribuem para uma melhor qualidade no apoio informacional para realizar o processo de inscrição no Portal do Candidato. Considerou também que a navegação e a interação com a plataforma foi fácil e que os recursos ajudaram. Relatou ainda que a primeira simulação não conseguiu realizar a inscrição, conforme indica sua interação com o Tradutor-intérprete de Libras no excerto 23:

Excerto 23:

foi muito bom, é ótimo porque o acesso tem uma interpretação importante, um entendimento claro do que é feito. Muito bom. É ótimo! Existiram as comparações, pode encontrar o português e a Libras. É uma forma melhor” [Entrevista com a participante, no dia 11 de outubro de 2022].

Ajudou plenamente. É ótimo. Antes, olhando ali, às vezes, sozinha para fazer só em português era difícil. Agora, com a criação da interpretação em Língua de Sinais, maravilhosamente bom e inovador [Entrevista com a participante, no dia 11 de outubro de 2022].

Sobre o preenchimento das lacunas, se tem algo para sugerir, a participante comentou sobre a dificuldade de preencher sobre o endereço, conforme o excerto 24 que segue:

Excerto 24:

Então, a Libras beleza, mas algumas coisas, às vezes, para mostrar tipo rua para mim lembrar, não tem uma lembrança. Então precisava para me colocar as respostas certinho, então preciso de um esforço maior. Então são poucos detalhes que eu consegui porque às vezes é tipo o número, só a rua essa parte de rua mesmo, daí era um pouquinho mais complicado . [Entrevista com a participante, no dia 11 de outubro de 2022].

Em relação aos vídeos das ações afirmativas, a participante considerou importante as informações sobre as cotas em Libras, que foi o que mais lhe chamou a atenção, conforme indica sua interação com o Tradutor-intérprete de Libras no excerto 25:

Excerto 25:

sim, dá para ter um entendimento pleno do que foi feito porque, às vezes, precisa dar uma pensada antes, porque esqueci algumas palavras, mas mesmo assim foi ótimo ter o entendimento de cada parte dessas ações, também porque a combinação correta entre a Libras e a língua portuguesa foi totalmente claro” [Entrevista com a participante, no dia 11 de outubro de 2022].

Sobre o glossário, a participante compreendeu as palavras em português fazendo a relação com as imagens: “a combinação das palavras, eu consegui compreender bem em português. A Libras já nos outros vídeos é muita visualização, visual também”. [Entrevista com a participante, no dia 11 de outubro de 2022].

Na sequência, apresentamos a avaliação do especialista em audiovisual.

5.8.2 A avaliação do especialista em audiovisual sobre o tutorial bilíngue

Na perspectiva do especialista técnico audiovisual, a apresentação das telas de interface e o uso de letras na tela do computador do tutorial “*são consideradas bem visuais*” [Entrevista com o especialista, no dia 13 de outubro de 2022]. Conforme a literatura aqui revisada, para o público surdo, a apresentação de interfaces precisa ser neutra, sem muitos detalhes; sombras e/ou imagens muito coloridas são inapropriadas para esse público. (GRILO; RODRIGUES; SILVA, 2019) Para os autores,

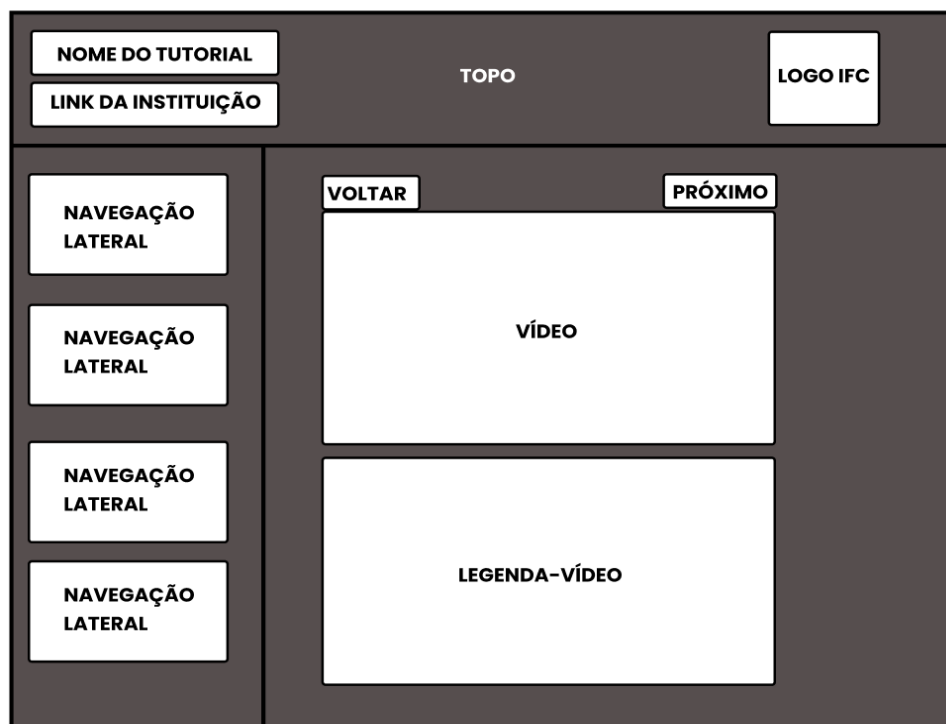
[...] é comum projetistas inverterem o processo, enfatizando a apresentação visual da interface em detrimento do planejamento da informação, resultando em soluções pouco funcionais ou desalinhadas com as estratégias apropriadas ao artefato e ao seu público-alvo, causando ruídos na comunicação entre a interface e o usuário. (GRILO; RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 74)

Em relação às informações ao uso de ferramentas nos meios digitais, o especialista em audiovisual considera que “são simples, fáceis e claras e têm uma sequência lógica para o entendimento do usuário surdo, pois oferece o passo a passo para sua execução” [Entrevista com o especialista, no dia 13 de outubro de 2022].

Nesse sentido, ressalta-se a importância do uso da linguagem visual e da composição de recursos acessíveis, a fim de gerar interfaces apropriadas ao público surdo. Cabe lembrar que, no processo de tornar *sites* acessíveis, Palópolo (2021, p. 17) enfatiza que “antes de buscar implementar a acessibilidade *web*, é necessário conhecer e compreender a experiência do usuário surdo, pois existe diversidade surda e cada sujeito surdo necessita de uma ferramenta acessível diferente”.

Com relação aos níveis de tolerância ao erro do usuário e ao executar uma ação errada, o especialista apontou que “é possível o usuário fazer uso de retorno à tela anterior por meio do botão “Voltar” no produto”, como mostra a figura 40 que segue.

Figura 40: Recursos de tolerância ao erro do usuário



Fonte: Adaptado de Silveira (2020).

Sobre essa questão, o especialista também indicou que “somente em algumas telas essa ação [voltar e próximo] foi possível, em outros momentos, o botão “Voltar”, o link não funcionou como deveria” [Entrevista com o especialista, no dia 13 de outubro de 2022].

No que tange às recomendações para o uso de recursos de imagens, o especialista considerou que:

Há uma boa distinção entre o menu, e os outros itens textuais são legíveis. O tutorial segue, em partes, a recomendação quanto ao uso de ícones intuitivos que ressaltam aspectos de baixo esforço físico e mental para execução de tarefas pelo usuário em ambiente digital. A título de sugestão, os ícones (ilustrações) poderiam representar o processo para visualização dos *links* de navegação do *site* como os portais, as ações afirmativas, glossário e títulos e subtítulos das seções. [Entrevista com o especialista, no dia 13 de outubro de 2022].

Ainda em relação às imagens que visam melhorar a acessibilidade em ambiente digital e facilitar a compreensão dos usuários surdos, o especialista considerou que “o formato está apropriado, pois através dos recursos tecnológicos usados, o usuário surdo tem oportunidade de utilizar o português escrito de maneira efetiva”. Já quanto às recomendações de uso de cores e de espaçamentos no layout das funcionalidades, o especialista considera “apropriado para a acessibilidade em ambiente digital.” [Entrevista com o especialista, no dia 13 de outubro de 2022].

Na sequência, apresentamos a avaliação da intérprete do NuBi/Reitoria e da docente surda do NuBi/CAS.

5.8.3 A avaliação da intérprete do NuBi/Reitoria e da docente surda do NuBi/CAS sobre o tutorial bilíngue

Na percepção da intérprete de Libras, as informações visuais apresentadas nos vídeos do tutorial “estão claras, e as letras dos títulos e subtítulos estão adequados”. A intérprete ainda ressalta que a “presença dos vídeos em Libras como fator de garantia de acessibilidade”. Já em relação à visualização, a intérprete “sugere que os vídeos sejam um pouco menores, para 80%, visando proporcionar maior conforto visual ao usuário surdo”.

Em relação às informações e ao uso de ferramentas nos meios digitais, a intérprete considera:

excelente, são intuitivas e as imagens contribuem para a compreensão do conteúdo. Esse recurso utilizado no vídeo tutorial é importante para que haja uma melhor compreensão de seu conteúdo pelo usuário surdo, uma vez que auxilia na delimitação do tema do vídeo e no entendimento da relação entre os elementos presentes na tela. Dessa forma, as imagens utilizadas, bem como a interpretação em Libras e a legenda, auxiliam na compreensão da linguagem verbal utilizada, sendo o enquadramento um elemento visual importante nesse processo. [Entrevista com a intérprete de Libras, no dia 19 de outubro de 2022].

A intérprete (assim como o especialista em audiovisual) considera “positivo que há níveis de tolerância ao erro do usuário e, ao executar uma ação errada, é possível o usuário fazer uso de retorno à tela anterior com facilidade”. Também

considera o “material muito intuitivo, pois segue as recomendações quanto ao uso de ícones intuitivos”, e ressalta “aspectos de baixo esforço físico e mental para execução de tarefas pelo usuário em ambiente digital”. [Entrevista com a intérprete de Libras, no dia 19 de outubro de 2022].

A intérprete concorda parcialmente quanto à forma de uso dos recursos de imagens. Na sua perspectiva, as informações visuais dinâmicas apresentadas no fundo do vídeo (Portal do Ingresso) atrapalham um pouco a atenção: “o usuário surdo pode ficar confuso entre acompanhar as imagens em movimento e a sinalização do TILSP²⁰”, e explica que o “excesso de informações concomitantes pode prejudicar o entendimento do usuário surdo” [Entrevista com a intérprete, no dia 19 de outubro de 2022].

Concordamos que o excesso de informações pode causar desconforto ao usuário surdo devido ao esforço cognitivo, que pode ser denso; entretanto, essa percepção da intérprete parece não se alinhar ao que ocorreu no processo de inscrição com o apoio do tutorial. No caso deste estudo, a participante pausou o vídeo para visualizar a sinalização do intérprete, relacionando-o com a imagem de fundo e possivelmente com a legenda em português escrito, e, dessa forma, preencher as lacunas do cadastro em português.

Pelo êxito no processo de inscrição, acreditamos que o pontuado como problemático, estimulou a participante a pensar e executar estratégias (pausar o vídeo para relacionar e associar com a imagem), estimulando o desenvolvimento de processos cognitivos e a construção de significados. Conforme Palópolo (2021, p.17), “é necessário que os *sítes* disponibilizem os conteúdos em Libras e legenda descritiva ao mesmo tempo para que todos os surdos consigam ter acesso sem desconforto”. Nesse sentido, o estudo alerta que não se pode generalizar os resultados, mas ampliar o escopo de participantes, principalmente de estudantes surdos para corroborar ou refutar os resultados obtidos.

Sobre as recomendações de uso de cores e de espaçamentos no *layout* das funcionalidades para a acessibilidade, a intérprete “ressalt[a] a importância da cor azul como a mais indicada para o fundo em vídeos para o intérprete que, segundo pesquisas na área, é o que dá maior conforto visual. Porém, sabe-se que, quando

²⁰ Abreviação para Tradutor-Intérprete Língua de Sinais e Português

há excesso de informações visuais e cores, estas podem ocasionar cansaço visual ao usuário surdo”. [Entrevista com a intérprete, no dia 19 de outubro de 2022].

Na avaliação da docente surda do NuBi, “a apresentação das telas de interface e o uso de letras na tela do computador contemplam a organização visual da interface entre a interação entre o apresentador e os elementos visuais”. [Entrevista com a docente surda, no dia 17 de outubro de 2022].

Sobre as informações relacionadas ao uso de ferramentas nos meios digitais: se eram simples e apresentavam uma sequência lógica para o entendimento do usuário, a docente surda não soube identificar quais eram as ferramentas digitais, mas visualizou a plataforma de acesso à inscrição e constatou que: “o usuário pode realizar tarefas de forma fácil, pois a informação é clara e oferece o passo a passo para sua execução. Há visualidade das imagens sem se deixar perder pela língua de sinais. ” [Entrevista com a docente surda, no dia 17 de outubro de 2022].

A docente não respondeu à questão sobre os níveis de tolerância ao erro do usuário ou ao botão “retornar”, mas concorda que o tutorial “segue as recomendações quanto ao uso de ícones intuitivos”, ressalta “os aspectos de baixo esforço físico e mental para execução de tarefas pelo usuário em ambiente digital usados no tutorial” e, igualmente, identifica que “o tutorial segue as recomendações no que se refere ao uso de cores e de espaçamentos no layout das funcionalidades para a acessibilidade em ambiente digital”. [Entrevista com a docente surda, no dia 17 de outubro de 2022].

Quanto ao uso de recursos de imagens, a docente do NuBi concorda que o tutorial visa melhorar a acessibilidade em ambiente digital e salienta que “o uso de imagens não pode jamais e nunca substituir a Língua Brasileira de Sinais”. Enfatiza que “as informações estão na língua de sinais, e que as imagens são só um complemento para ajudar na compreensão quando há variações linguísticas” [Entrevista com a docente surda, no dia 17 de outubro de 2022].

Ainda sobre essa questão, a docente salienta: “a Língua de Sinais é a primeira língua da pessoa surda, e isso está regulamentada na Lei 10.436/2002”. Por fim, a docente ressalta a necessidade de aplicar a pesquisa com outros surdos,

tendo em vista que o foco é o público surdo: "Somos protagonistas. "NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS". [Entrevista com a docente surda, no dia 17 de outubro de 2022].

De forma geral, o resultado da avaliação do Tutorial Bilíngue valida o construto teórico-empírico e o Design Instrucional Contextual proposto por Filatro (2003) como metodologia para sua construção. Ademais, sugere que, para tornar mais equitativo o processo de inscrição do candidato surdo aos cursos do IFC, este precisa respeitar as especificidades de aprender e interagir do sujeito surdo, e ser validado por membros dessa comunidade, como argumenta a docente surda do estudo: "NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS"; caso contrário, por mais que existam vagas de Ações Afirmativas (cotas), as políticas inclusivas continuarão inacessíveis àqueles que necessitam delas para exercer seu direito de cidadão.

Neste capítulo apresentamos o desenvolvimento do produto educacional, sua implementação com a estudante surda e a avaliação a partir da própria estudante, da docente surda do CAS/IFC e do especialista em audiovisual do Campus Palhoça-Bilíngue/IFSC.

Na sequência, responderemos a pergunta geral da pesquisa que guiou a presente pesquisa e desenho do produto educacional - Tutorial Bilíngue Libras-Português - para o acesso e uso dos Portais de Ingresso e do Candidato do IFC.

CAPÍTULO 6: COMO POTENCIALIZAR A ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE SURDO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE?

Neste capítulo, respondemos à pergunta geral que guiou o recorte teórico e o desenho metodológico deste estudo: “Como potencializar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense?”, e tecemos algumas considerações sobre o estudo e o produto educacional criado, implementado e avaliado a partir dos resultados da pesquisa.

O capítulo está organizado em duas seções: na primeira trazemos sugestões para potencializar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado do IFC nos portais digitais desenvolvidos para esse fim e, na segunda, trazemos as contribuições e limitações do estudo, bem como indicações para pesquisas futuras.

6.1 COMO POTENCIALIZAR A ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE SURDO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE?

A presente pesquisa partiu do pressuposto que o Portal de Ingresso e o Portal do Candidato do IFC podem ser qualificados no que tange às especificidades de interação da pessoa surda com plataformas digitais tendo em vista as vagas ociosas para esse público específico na instituição. Devido à limitação de tempo para a condução da pesquisa e do desenvolvimento, implementação e avaliação do produto educacional demandados pelo programa de mestrado ProfEPT, foi feito um recorte de campus (CAS/IFC) e curso (técnico integrado ao ensino médio), e delineada a seguinte pergunta geral de pesquisa: Como potencializar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao ensino médio

integrado do IFC?

Para responder a essa pergunta, a literatura sobre essa temática foi analisada e usada para embasar a proposta de intervenção nos referidos portais, visando tornar os processos seletivos para o público surdo do IFC mais equitativos e autônomos. Assim, visando potencializar a acessibilidade e usabilidade do Portal de Ingresso e do Portal do Candidato por pessoas surdas, principalmente o acesso e uso das Ações Afirmativas (cotas) e dos recursos disponibilizados nessas plataformas, para concluir com êxito sua inscrição em um curso técnico integrado do IFC, criamos, implementamos e avaliamos o “Tutorial Bilíngue (Libras-Português) para Acessibilidade de Pessoas Surdas aos Portais Digitais do IFC”, e o hospedamos em um *site* desenvolvido exclusivamente para esse propósito: <https://gregarious-zabaione-84e071.netlify.app/index.html>

Com base nas discussões feitas nos capítulos anteriores e na revisão de literatura que embasa o desenvolvimento desta pesquisa, o “Tutorial Bilíngue (Libras-Português) para Acessibilidade de Pessoas Surdas aos Portais Digitais do IFC” tornou-se, assim como o de Silveira (2020), um projeto de educação profissional e tecnológica bilíngue (Libras - Português) orientado pela política das diferenças, que percebe a inclusão a partir de uma leitura da realidade da cultura surda, e nela se embasa para definir seus princípios e pressupostos.

O processo de criação do “Tutorial Bilíngue (Libras-Português) para Acessibilidade de Pessoas Surdas aos Portais Digitais do IFC”, foi embasado na abordagem do design contextual proposta por Filatro (2003). Amparados pelo design instrucional contextual, foram pensados e selecionados os recursos visuais acessíveis à especificidade linguística do usuário surdo.

A linguagem visual do tutorial bilíngue (Libras-Português) foi empregada de forma instrucional para explicar o passo a passo da inscrição no Curso Técnico em Informática Integrado ano EMI, no Portal do Candidato, assim como a compreensão das Ações Afirmativas (cota) no Portal de Ingresso e a escolha adequada àquela ação em que a estudante surda participante do estudo se insere. A mesma linguagem foi usada no glossário que compõe o tutorial, visando dar suporte lexical para o passo a passo do processo de inscrição do estudante surdo nos portais do IFC.

O “Tutorial Bilíngue (Libras - Português) para Acessibilidade de Pessoas Surdas aos Portais Digitais do IFC”, emprega alguns recursos de acessibilidade referendados em estudos empíricos da área (como os de GRILO; RODRIGUES; SILVA, 2019; ARAÚJO; ALVES, 2017; DA SILVA; OLIVEIRA, 2020; DUARTE; MORAIS, 2021; QUIXABA, 2017; SILVEIRA; SILVA, 2021; PALÓPOLO, 2021). Entre os recursos, destacamos o uso das imagens, dos *GIFs* sinalizados em Libras, das janelas em Libras e das legendas em português, dos ícones, das cores contrastantes para melhorar a navegação, do destaque para o endereço e/ou *link* de acesso aos portais, da legenda em português para facilitar o uso do tutorial por pessoas surdas e falantes de língua portuguesa, assim como do *layout* por categorias, possibilitando que usuários mais experientes selecionem vídeos de interesse para dirimir dúvidas.

Os vídeos tutoriais que compõem o produto educacional desenvolvido para esta pesquisa priorizou o repasse de informações em janela em Libras, visando implementar estratégias de acessibilidade relacionadas à informação a ser transmitida de modo visual (conforme sugerem os estudos de ARAÚJO; ALVES, 2017; DA SILVA; OLIVEIRA, 2020; DUARTE; MORAIS, 2021; QUIXABA, 2017; SILVEIRA; SILVA, 2021). A literatura revisada para o estudo referencia vídeos que empregam a língua de sinais, considerando-os poderosos recursos de comunicação, pois permitem “explorar o campo visual dos surdos, e isso pode ser um facilitador no seu processo de ensino e aprendizagem” (QUIXABA, 2017, p. 20).

O resultado do estudo aponta que o uso da Libras por tradutor-intérprete, em substituição ao aplicativo VLibras usado nos portais, e a inserção de tutorial bilíngue (Libras-Portugues) do processo de inscrição, com imagens e legendagem em português escrito em linguagem simples, de janela em Libras em vídeos, de glossário também bilíngue (Libras-Português) de termos técnicos relativos ao ingresso com o mesmo tipo de linguagem visual, e de pessoa surda acompanhando o planejamento e a execução do processo de inscrição antes da sua publicação podem contribuir para o êxito do ingresso de pessoas surdas aos cursos do IFC e para a equidade de oportunidade, de acesso e de democratização da EPT.

O estudo ainda aponta que os recursos de acessibilidade usados no tutorial bilíngue (Libras - Português) dos portais em questão e no glossário potencializam as

informações e a comunicação, permitindo que o usuário surdo possa realizar sua inscrição não apenas de forma exitosa mas autônoma, como também contribuem para aumentar o repertório linguístico da pessoa surda, tanto em Libras quanto em português escrito.

Por fim, mas não menos importante, o estudo também demonstrou que processos cognitivos estimulados pelos recursos usados no produto educacional desenvolvido para a pesquisa, como a interpretação de conteúdo em Libras, agregada à legendagem em português e à imagem, instigam a construção de novos significados pela pessoa surda. Tal fato ocorrido no presente estudo, nos faz argumentar a favor do design instrucional contextual e do respeito à forma de interagir e de aprender da pessoa surda ao se planejar recursos de acesso e de integração social e educacional para essas pessoas. Afinal, “nada sobre nós, sem nós”.

Ao longo do estudo visitamos e revisitamos estudos empíricos sobre a temática da presente pesquisa. Nesse processo, notamos que, no que tange à acessibilidade informacional do público surdo, boa parte das pesquisas publicadas na área foca no uso de legendas, de intérpretes e de alguns recursos digitais, mas a acessibilidade digital e comunicacional são fundamentais para a aproximação das interfaces digitais às necessidades e características do público surdo, tendo em vista o fato de a maioria dos *sítes* serem projetados totalmente ou majoritariamente em língua portuguesa, como mostram os estudos conduzidos por Grilo, Rodrigues e Silva (2019), Quixaba (2017), Silveira e Silva (2021), Palópolo (2021) entre outros.

É fundamental destacar ainda que a literatura da área vem constatando que pessoas surdas se deparam comumente com barreiras comunicacionais, informacionais e atitudinais que impedem a integração dessas pessoas a contextos digitais de comunicação e informação e à sociedade, de forma geral. Segundo Silveira (2020, p. 65), o que gera barreiras para navegação na *web* “decorre [d]a apresentação dos conteúdos informacionais projetados de forma inadequada, não observando diretrizes de acessibilidade” e, pelo fato de “não oportunizar a comunicação informacional em Libras como primeira Língua, não é possível promover um plano de educação emancipatória para esses sujeitos sociais e adequá-lo a partir de uma avaliação constante”. (SILVEIRA, 2020, p. 191).

Como podemos perceber, ainda há uma diversidade bastante significativa de temas de pesquisa a serem explorados, um longo caminho a percorrer no sentido de democratizar a EPT para a população surda. Na sequência, apresentamos as contribuições e limitações do presente estudo e trazemos algumas sugestões para pesquisas futuras.

6.2 CONTRIBUIÇÕES, LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS

A motivação para esta pesquisa, que se tornou o objetivo geral do estudo, foi investigar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo aos Cursos do Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense, tendo em vista que há carência de informação e orientação acessíveis para esse público nos Portais de Ingresso e do Candidato do IFC, como demonstrado no estudo. Esses fatores, não exclusivamente, criam barreiras ao acesso dessa população à EPT. Assim, esta pesquisa se propôs a pensar em melhorias com intuito de potencializar o acesso e o uso desses portais pelo público surdo.

No estudo, reconhecemos a importância de promover a acessibilidade digital, visando inclusão e equidade de oportunidades de ingresso de pessoas surdas ao contexto da EPT, considerando que portais digitais acessíveis podem ser estendidos para “todos” os Institutos Federais, Universidades e outras instituições que promovem ou buscam promover a acessibilidade e usabilidade de portais digitais.

Para esta pesquisa, foi essencial estabelecer um percurso metodológico de natureza aplicada, que possibilitasse compreender a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo por diversos olhares. O estudo teve como base teórica a revisão da literatura das áreas onde o estudo se insere: Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Surdos, com viés na área de Design, visando subsidiar o processo de planejamento, implementação e avaliação do Tutorial Bilíngue (Libras-Português) dos Portais de Ingresso e do Candidato para Estudantes Surdos do IFC.

Embora a legislação assegure ao estudante surdo o direito de receber instrução em Libras, leis para acessibilidade, bem como dispor de espaços virtuais acessíveis, o estudo realizado procurou não só pensar e propor recursos de acessibilidade para surdos, mas enfatizar que as ações precisam ser pensadas e avaliadas com os surdos quando o foco do estudo é para o público surdo. Entendemos que não há meios de se produzir pesquisa relevante sobre o outro, ou para o outro, sem a participação ativa do outro, principalmente quando o outro é uma pessoa surda.

Apesar de o estudo apresentar um resultado positivo, ele tem limitações, entre elas, o número de estudantes surdos. É importante que o universo de estudantes seja ampliado em estudos futuros, visando corroborar ou refutar os resultados aqui obtidos. Cada indivíduo é único e há necessidade dessa ampliação para se identificar outras necessidades e percepções sobre o processo de ingresso nos Portais de Ingresso e do Candidato do IFC.

É importante também que o universo de cursos e contextos sejam ampliados, visando identificar se o resultado aqui encontrado pode ser estendido a outros níveis de educação e outras instituições, e se o resultado diverge ou não dependendo do nível de instrução dos participantes surdos e da instituição. Nesse sentido, seria interessante que a própria instituição inserisse nos portais institucionais os recursos desenvolvidos para o processo de ingresso, e ampliasse para outras ofertas de cursos, como os de formação continuada, de graduação e de pós-graduação, e usasse os recursos de acessibilidade ao público surdo em meios de comunicação em massa, visando à divulgação e acesso à EPT, por conseguinte. Pesquisas futuras sobre essas ações também são indicadas para aferir os resultados e trazer contribuições para a área de pesquisa e para a educação inclusiva.

As contribuições desta pesquisa não se limitam aos portais do IFC, mas podem ser expandidas para portais de outras instituições de ensino ou, ainda, para empresas, de forma geral, preocupadas com a inclusão de estudantes surdos. Os recursos usados no desenvolvimento do tutorial bilíngue também podem ser usados na sala de aula, para a produção de videoaulas com conteúdo pedagógico ou mesmo orientar a preparação de aula em contexto de ensino presencial ou a

distância em que haja estudante surdo; os princípios, conhecimentos e pressupostos são os mesmos.

Por fim, mas não menos importante, as contribuições desta pesquisa podem orientar o atendimento educacional especializado, tendo em vista a revisão de estudos empíricos realizados, as estratégias de comunicação usadas para a divulgação e compreensão de informações, os recursos que estimulam a associação e ampliação de vocabulário e de conhecimento na língua portuguesa por estudantes surdos, que podem ser utilizados tanto em atendimento específico ao estudante surdo como para orientar o professor desse estudante. Nessas condições, também sugerimos pesquisas futuras para o acompanhamento da aprendizagem do estudante surdo e do ensino do professor.

Cabe, ao final deste estudo, revisitar a definição de Strobel (2008) sobre a cultura surda e refletir sobre ela. Para a autora, a cultura surda “é o modo do sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o às suas percepções visuais” (STROBEL, 2008, p. 24). Assim, a pessoa surda deve ser respeitada por sua diferença.

Nesse sentido, nós, educadores e técnicos administrativos em educação, precisamos compreender, reconhecer e aceitar a diferença que caracteriza a cultura surda e dar condições diferentes para pessoas diferentes, considerá-las em amplitude para que tenham as mesmas oportunidades e garantia dos seus direitos como seres humanos. Cabe a cada um de nós, em todas as áreas, independentemente da nossa atuação ou conhecimento, realizar ações em conjunto que dialoguem com a educação de surdos, visando promover a acessibilidade e inclusão das pessoas surdas, principalmente na forma de comunicação e na utilização da Libras. Contudo, é importante ressaltar que essas ações não se resumem apenas nas atividades internas da instituição, vão além do ingresso, é necessário estarmos próximos às pessoas surdas desde a divulgação, participação em escolas e eventos, instruindo, informando e promovendo uma educação ao alcance de todos.

Finalizando este estudo, que contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, principalmente por ser surda oralizada, por isso a minha aproximação com a temática, proporcionou um olhar voltado às necessidades e características do

público surdo, e assumi uma atitude de pesquisadora, ampliando de forma significativa as minhas percepções sobre os fatores que envolvem a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo aos Cursos do Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense. Esse novo olhar, proporcionado pela pesquisa, me tornou uma profissional ainda mais comprometida com a acessibilidade do processo de ingresso dos candidatos surdos e possibilitou que eu possa auxiliar meus pares na busca de estratégias e recursos acessíveis, que viabilizem de forma mais efetiva as necessidades dos candidatos surdos, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vera Lucia S.; ALVES, Soraya Ferreira. Tradução Audiovisual Acessível (TAVa): Audiodescrição, Janela De Libras E Legendagem Para Surdos e Ensurdidos. **Trab. linguist. apl.**, v. 56, n. 2, p. 305-315, ago. 2017.

BARBOSA, Gabriela Lapa Teles; MÜLLER, Karin. Produção de conteúdo acessível para surdos na web: análise do canal de vídeos Ôxe. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, vol.41, nº.2, São Paulo, May/Aug., 2018

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica e Instituto Federal Catarinense. **Acordo de Metas e Compromissos**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 maio 2020.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação Inclusiva para Surdos e as Políticas Vigentes. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?**: introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 37-61.

DA SILVA, Marimar; OLIVEIRA, Hagar de Lara Tiburcio de. **Formação Profissional Integrada ao Ensino Médio**: um estudo de caso com estudante surdo. (2020). Revista Educação Especial, v. 33, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/39507> Acesso em: 15 dez. 2021.

DO NASCIMENTO, Franklin Costa et al. A ação TEC NEP—tecnologia, educação, cidadania e profissionalização para pessoas com necessidades específicas como ferramenta de inclusão nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. **InterSciencePlace**, v. 1, n. 18, 2015.

DUARTE, Francisco Ricardo; MORAIS, Allan Richards de Melo Nunes. Modelo referencial para a avaliação da Acessibilidade Comunicacional em políticas de comunicação interna de hospitais universitários. **Intercom - RBCC**. São Paulo, v. 44, n. 2, p.233-254, maio/ago. 2021.

FERNANDES, Alexsandro M. **Produzindo Vídeos Acessíveis com Janela de Libras**. (2018).

FIGUEIREDO, Saionara. Reflexões acerca de estudos sobre imagem e significação e sua relação com os sujeitos surdos usuários da língua brasileira de sinais. In: **Educação bilíngue (libras/português)**: pesquisa e fazer educativo. Eliana Bär, Mara Lúcia Masutti (org). Florianópolis: Publicações do IFSC, 2015.

FILATRO, Andrea. **Design Instrucional Contextualizado**: educação e tecnologia. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-41.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto nº. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRILO, André; RODRIGUES, Luiza de Albuquerque; SILVA, Bruno Santana da. **Design Inclusivo e Acessibilidade Digital para Surdos em Páginas Web**: Um Estudo Qualitativo em Universidade Pública Brasileira. Revista Design & Tecnologia, vol. 09, nº.18, 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE .(2016). **Manual de Identidade Visual IFC**. 2018. Disponível

em:<https://cecom.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/17/2018/11/Manual-de-Identidade-Visual-do-IFC-ATUALIZADO.pdf>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Regulamento do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT**. 2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Instituto Federal Catarinense. IFC/PDI - 2019/2023, Blumenau, 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Regulamento do Processo de Ingresso Discente dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal Catarinense**. 2019. Disponível em: <https://ingresso.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/6/2020/09/Regulamento-Ingresso-IFC.pdf> Acesso em: 21 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução Nº 6/2019/Consuper**. Estabelece as diretrizes, a organização, competências e funcionamento do Núcleo Bilíngue Libras-Língua Portuguesa no âmbito do Instituto Federal Catarinense.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução Nº 33/2019/Consuper**. Dispõe sobre a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (IFC).

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Relatório de Ingresso**. Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2021. Disponível em: <https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/Relat%C3%B3rio-EMI-2021-1.pdf> Acesso em: 21 ago. 2021.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GÓES, Maria Cecília Rafael de. (Orgs.) **Surdez**: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000. p. 51-84.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos cedes**, v. 26, 2006.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (Org.). **Escola e Diferença**: caminhos da educação bilíngue para surdos. São Carlos: Edufscar, 2016. 241p.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LARA, Kethleen Thalia de; DEITOS, Juliano Marcelino. Ensino e aprendizagem: a

importância das escolas bilíngues na educação dos surdos. **VI Congresso Nacional de Educação**. Ceará. 2019.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a política nacional de educação especial e o decreto nº 5626/05. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

LODI, Ana Claudia Balieiro; ALBUQUERQUE, Grazielle Kathleen Tavares Santana de. Sala Libras língua de instrução: Inclusão ou exclusão educacional/social? In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (Org.). **Escola e Diferença: caminhos da educação bilíngue para surdos**. São Carlos: Edufscar, 2016. p. 45-61.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MELO, Renata Gandra de; SONDERMANN, Danielli Veiga Carneiro. Contribuições para o acesso de pessoas com deficiência à educação profissional e tecnológica. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n.5, p.26098-26117 maio. 2020.

MELO, Renata Gandra de. Inclusão em formação: contribuições para o acesso das pessoas com deficiência aos cursos técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo, Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Vitória. 2021 Acesso em: 20 nov. 2021.

MENDES, Ana Quelle Silva; FIGUEIREDO, Fernanda; RIBEIRO, Antônio Carlos. **Inclusão de alunos surdos na escola regular**: aspectos linguísticos e pedagógicos. 2015. Disponível em: http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/03_INCLUSAO_ALUNOS_SURDOS.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Laíse M., et al. **A usabilidade de avatares de libras em sites**: análise da interação de usuários surdos por meio do rastreador ocular Eye Tracking. (2018). Disponível em: <https://doi.org/10.23972/det2018iss16pp41-51> Acesso em: 15 ago. 2022.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 1, p. 23-38, 2008.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente para a educação profissional**. Curitiba: IFPR, 2014.

SOUZA, Francisco José; HILDENBRAND, Luci. Em questão, a usabilidade do site do INES. Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação. **RISTI**, N. 23, 09/2017.

OLIVEIRA, Hagar de Lara Tiburcio de. **Abordagem de ensino e aprendizagem para aluno surdo na educação profissional e tecnológica** : um estudo de caso no campus. Gaspar. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1214>

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PAIVA, Rodrigo Oliveira de; CHALHUB, Tania; BENCHIMOL, Alegria. Uma análise do Repositório Huet sob o prisma da encontrabilidade da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-19, 2021.

PALÓPOLO. Cassia Antonina. **Análise da acessibilidade do portal web da biblioteca** Setorial De Educação Da Ufrgs Pelos Surdos. Porto Alegre, 2021

PERLIN, Gladis. **O lugar da cultura surda**. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica**. SETEC/MEC. Disponível em:
<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/> Acesso em: 27 set. 2021.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. Alfabetização e o ensino da língua de sinais. **Textura**, Canoas, v. 3, p. 53-62, 2000.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali. **Ideias para ensinar português para surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Müller. **Estudos surdos I**. Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. **Estudos surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2008. Disponível em:
http://projeto redes.org/wp/wp-content/uploads/Quadros_Ronice_Estudos-surdos-III.p

df Acesso em: 19 dez. 2021.

QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. Diretrizes Para Projeto De Recursos Educacionais Digitais Voltados À Educação Bilíngue De Surdos. Tese (Doutorado em Informática em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, 08 e 09 de maio de 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-166, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista Binacional Brasil Argentina**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, p. 11-36, dez. 2014.

SILVA, Bruno Rafael Ferreira Souza Barbosa da. **Objeto de aprendizagem baseado em redes sociais para ensaio de Libras a alunos ouvintes**. (2017). Dissertação. Mestrado em Informática. Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Computação.

SILVEIRA, Elis Regina Hamilton. **Acesso à informação acadêmica e a autonomia do estudante surdo no sigaa módulo discente do ifsc**: um estudo de caso etnográfico no câmpus phb. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1793?show=full> Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVEIRA, Elis Regina Hamilton; DA SILVA, Marimar. O design instrucional contextual no desenvolvimento de produto educacional acessível para estudantes surdos na educação profissional tecnológica. **Revista Tecnologias Educacionais em Rede (ReTER)**, v. 2, n. 4, 2021.

SKLIAR, Carlos. A reestruturação curricular e as políticas educacionais para as diferenças: o caso dos surdos. In: L.H. da Silva; J.C. de Azevedo; E.S. dos Santos (Orgs.) **Identidade social e a construção do conhecimento**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Secretaria Municipal de Educação, pp. 242-281. 1997.

SKLIAR, Carlos. (org.) **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Editora Mediação.

Porto Alegre. 1998.

SKLIAR, Carlos. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

SKLIAR, Carlos. (Org). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2.ed.rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. Florianópolis, 2008. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis, 2009.

Disponível em:

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

STUMPF, Marianne Rossi; MARTINS, Francielle Cantarelli.. Glossário em Libras: desafio contemporâneo na educação de surdos. In: LEBEDEFF, Tatiana Bolivar (Org.). **Letramento visual e surdez**. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017, v. 1, p. 182-199.

VALLE, Rafael. MARITAN, Tiago. LACE, Felipe. Criando Aplicações Acessíveis Para Surdos. **Revista Fórum**. Instituto Nacional de Educação de Surdos. 2017.

VIEIRA, Francine Medeiros. **Princípios para o Design de Mídia Digital com Foco no Usuário Surdo**. 2019. Dissertação. (Mestrado em Design) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

WORLD WEB CONSORTIUM BRASIL. **Cartilha de Acessibilidade na Web**.

Disponível em:

<http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-I.html> . Acesso em: 20 ago. 2022.

YIN, Robert Kuo-Zuir. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Tradução Daniel Grassi. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: 1ª PRÉ-SELEÇÃO DO ESTADO DA ARTE

Quadro 1 - Pesquisa: publicações pré-selecionadas do Periódico da CAPES

Ano	Autor(a) e Título	Palavras-chave
2021	Santos, S.K. Da S. De L ; da Silva, Q.P ; Mendes, N.F.O ; De-Rezende, R.C.F SURDOS E ACESSO A INFORMAÇÃO: ANTES, DURANTE E APÓS A PANDEMIA DA COVID-19 /DEAF AND ACCESS TO INFORMATION: BEFORE, DURING AND AFTER THE COVID-19 PANDEMIC	Pandemia, Surdez, Saúde, Narrativa autobiográfica.
2020	Mariana Marques da Hora, Estenio Ericson Botelho de Azevedo, Mirella Correia e Sá Cavalcanti Acesso à justiça por pessoas surdas: garantias legais e pesquisas acadêmicas	Direitos Humanos; Pessoas Surdas; Libras; Acesso à Justiça
2020	Cerutti, Elisabete Tecendo saberes sobre as tecnologias assistivas para o sujeito surdo no ensino superior	Ensino superior, Tecnologia assistiva, Sujeito surdo, Regulação
2020	Noemi Nascimento Ansay ; Laura Ceretta Moreira Políticas de acesso ao ensino superior para estudantes com deficiência no Chile e no Brasil	Estudantes com deficiência. Ensino superior. Políticas de acesso ao ensino superior.
2019	André Grilo; Luiza de Albuquerque Rodrigues; Bruno Santana da Silva Design Inclusivo e Acessibilidade Digital para Surdos em páginas web	Barreira Linguística; Interação Humano-Computador; Processos da Comunicação; Design da Informação
2019	Santos, Alane Santana ; Portes, Arlindo José Freire Percepções de sujeitos surdos sobre a	Acessibilidade; Atenção Primária à Saúde; Barreiras de Comunicação;

	comunicação na Atenção Básica à Saúde/Perceptions of deaf subjects about communication in Primary Health Care	Comunicação; Perda Auditiva; Surdez.
2018	Eliana da Silva Neiva Brito ; Valnice de Sousa Paiva ONDE OS SURDOS? PROTAGONISMO E ACESSIBILIDADE – Vivências durante o VIII ETBCES	educação bilíngue; libras; políticas públicas; surdos
2018	Mesquita, Leila Santos Políticas Públicas de Inclusão: o acesso da pessoa surda ao ensino superior	Políticas de Inclusão; Educação de Surdos; Ensino Superior
2018	L A B Oliveira UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO NA INCLUSÃO DE UM ALUNO SURDO	Educação, inclusão, língua portuguesa escrita para surdos
2018	Terezinha Teixeira Joca ; Sarah Maria Oliveira ; Lana Carol de Sousa Martins ; Ana Karla de Oliveira Silva ; Marilene Calderaro da Silva Munguba O intérprete educacional de Libras: a mediação no processo de avaliação do aluno surdo / The educational interpreter of Libras: mediation in the process of evaluation of the deaf student	Ensino superior, intérprete de Libras, mediação de avaliação, aluno surdo
2018	Barbosa, Gabriela Lapa Teles ; Müller, Karin Produção de conteúdo acessível para surdos na web: análise do canal de vídeos Óxe	Libras; Acessibilidade; Gestão de conteúdo; Novas tecnologias; YouTube
2017	Diléia Aparecida Martins Briega O ENEM como via de acesso do surdo ao ensino superior brasileiro	Enem; Surdez; Acessibilidade; Ensino Superior.
2017	Araújo, Vera Lúcia Santiago ; Alves, Soraya Ferreira TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL (TAVA): AUDIODESCRIÇÃO, JANELA DE LIBRAS E LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS	
2017	Gonçalves, Arlete Marinho	aluno surdo; perfil histórico-cognitivo; língua

	O PERFIL HISTÓRICO-COGNITIVO DE ALUNOS SURDOS: ENTRE RELATOS EXPERIENCIAIS, EMOCIONAIS E DE APRENDIZAGEM NA FAMÍLIA E NA ESCOLA/COGNITIVE-HISTORY PROFILE OF DEAF STUDENTS: BETWEEN EXPERIENTIAL, EMOTIONAL STORIES AND LEARNING IN THE FAMILY AND AT SCHOOL/	de sinais
2017	Lobato, Huber Kline Guedes SAYS FROM A TEACHER ABOUT THE SCHOOLING OF DEAFS IN THE CONTEXT OF SCHOOL INCLUSION IN BREVES-PARA/ DIZERES DE UMA PROFESSORA SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR EM BREVES-PARÁ	Inclusão escolar; aluno surdo; ensino-aprendizagem
2017	Souza, Francisco José de ; Hildenbrand, Luci Em questão, a usabilidade do site do INES	Avaliação; Avaliação de Sites; Heurísticas; Qualidade de Sites.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quadro 2 - Pesquisa: artigos pré-selecionados da SciELO

Ano	Autor(a) e Título	Palavras-chave
2021	Duarte, Francisco Ricardo; Moraes, Allan Richards de Melo Nunes. Modelo referencial para a avaliação da Acessibilidade Comunicacional em políticas de comunicação interna de hospitais universitários	Acessibilidade Comunicacional; Políticas Públicas; Inclusão; Televisão; Pessoa com deficiência
2020	SCHUINDT, CLÁUDIA CELESTE; SILVEIRA, CAMILA. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: UMA ANÁLISE DOS MUSEUS DE CIÊNCIAS BRASILEIROS	Inclusão; educação não formal; acessibilidade; museus de Ciências
2019	Santos, Alane Santana; Portes, Arlindo José Freire Perceptions of deaf subjects about communication in Primary Health Care	Acessibilidade; Atenção Primária à Saúde; Barreiras de Comunicação; Comunicação; Perda Auditiva; Surdez

2018	Fomin, Carolina. Verbo-visualidade e seus efeitos na interpretação em Libras no teatro	Verbo-visualidade; Esfera teatral; Intérprete de Libras
2021	PAIVA, Gisele Oliveira da Silva; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de Acessibilidade Linguística de Surdos no Ensino Superior: Reflexões Sobre o Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Acessibilidade; Surdo; Ensino Superior
2020	Gomes, Eduardo Andrade; Valadão, Michelle Nave. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EDUCACIONAL DE LIBRAS-LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR: DESDOBRAMENTOS DE UMA ATUAÇÃO	ensino superior; tradução e interpretação educacional de Libras-Língua Portuguesa; práticas de atuação
2020	CAPELLI, Jane de Carlos Santana; BLASI, Felipe Di; DUTRA, Flávia Barbosa da Silva. Percepção de Docentes sobre o Ingresso de um Estudante Surdo em um Campus Universitário	Educação Especial; Educação dos surdos; Educação Superior
2019	Carvalho, Michele Elias de; Cavalcanti, Wanilda Maria Alves; Silva, Josiane Almeida da. Teaching of Portuguese to the deaf: an integrative literature review	Surdez; Linguagem; Ensino
2019	Pereira, Geraldo; Barbosa, Maria Inês Batista; Rezende Filho, Luiz Augusto Coimbra de. Ouvindo imagens: ensaio sobre uma oficina audiovisual inclusiva de cinema e educação	oficina audiovisual; surdez; modos de endereçamento; inclusão; cinema e educação
2017	MOURA, Adelson Fidelis de; LEITE, Lúcia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Universidade Acessível: com a Voz os Estudantes Surdos do Ensino Médio	Educação Especial; Surdo; Língua Brasileira de Sinais; Ensino Superior; Ensino Médio
2017	Rodrigues, Ednalva Gutierrez; Gontijo, Cláudia Maria Mendes.	Educação de surdos; Educação especial;

	Descentralização da educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo	Descentralização
2017	MACHADO, Erica Esch; TEIXEIRA, Dirceu Esdras; GALASSO, Bruno José Betti. Concepção do Primeiro Curso Online de Pedagogia em uma Perspectiva Bilíngue Libras-Português ¹	MACHADO, Erica Esch; TEIXEIRA, Dirceu Esdras; GALASSO, Bruno José Betti.
2017	Fernandes, Sueli; Moreira, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior	Educação bilíngue para surdos; Acesso e permanência no ensino superior; Letramento acadêmico bilíngue; Libras.
2017	Martins, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; Napolitano, Carlo José. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior	Políticas públicas; Educação superior; Inclusão; Surdo; Libras.
2021	Tritany, Érika Fernandes; Franco, Túlio Batista; Mendonça, Paulo Eduardo Xavier de. Panorama da produção científica sobre Cuidados Intermediários e Hospitais Comunitários: uma revisão integrativa	Envelhecimento; Instituições para cuidados intermediários; Hospitais Comunitários; Reabilitação; Serviços de reabilitação
2021	Werlang, Jair; Pereira, Patrícia Barbosa. Educação do Campo, CTS, Paulo Freire e Currículo: pesquisas, confluências e aproximações	Educação do campo; CTS; Paulo Freire; Currículo; Pesquisa acadêmica
2020	Ladinho Junior, Giovani da Silva; Dufloth, Simone Cristina. Influência da participação popular em interface digital na proposição de leis estaduais	Participação Popular; E-Democracia; Portal do Legislativo; Canal de Participação
2020	Habowski, Adilson Cristiano; Conte, Elaine; Jacobi, Daniel Felipe. Interloquções e discursos de legitimação em EaD	Teses; Educação; Tecnologias; EaD
2020	Magalhães, Amanda Júlia de Arruda; Rocha,	Educação a Distância;

	Matheus Henrique Almeida; Santos, Samilla Cristinny; Dantas, Cecília Borges; Manso, Glauber José de Melo Cavalcanti; Ferreira, Maria Dirlene Alves. O Ensino da Anamnese Assistido por Tecnologias Digitais durante a Pandemia da Covid-19 no Brasil	Anamnese; Educação Médica; Isolamento Social
2020	Kind, Luciana; Cordeiro, Rosineide. NARRATIVAS SOBRE A MORTE: A GRIPE ESPANHOLA E A COVID-19 NO BRASIL	Morte; Pandemias, Gripe Espanhola; Infecções por Coronavírus; Narrativas digitais
2019	Ruiz, Carlos José González; Alemán, Elena Chirino Análisis de materiales didácticos digitales ofertados desde un portal de contenidos abiertos: el caso de Canarias	Materiais didáticos digitais; Portal educativo institucional; Análise de conteúdo; Recursos educativos; Escola digital
2019	SILVA, KETIA KELLEN ARAÚJO DA; BEHAR, PATRICIA ALEJANDRA. COMPETÊNCIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO CONCEITO	Competências Digitais; Educação; Tecnologias Digitais
2019	FERNANDES, FLÁVIA G.; CARDOSO, ALEXANDRE; LOPES, RENATO A.. Mapping Study on the Use of Digital Games for Persons with Disabilities in Upper Members	digital games; mapping study; physical disability; upper limbs
2018	VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SGAVIOLI, Ana Júlia Ribeiro; SCARLASSARA, Bárbara Solana; NOVAES, Carla Francielly Martini; CRUZ, Gírlene de Albuquerque; MOURA, Mariana Martins. A Produção Científica Nacional na Área de Educação Especial e a Creche	Educação Especial; Educação Inclusiva; Inclusão; Creche; Resultados de pesquisas
2018	Fernandes, Wesley Rodrigo; Cendón, Beatriz Valadares. Influência de fatores individuais no uso de bibliotecas digitais: o caso do Portal de Periódicos da Capes	Bibliotecas digitais; Periódicos eletrônicos; Comunicação científica; Portal de Periódicos Capes; Estudo de usuário
2018	Baldin, Yago C; Sanudo, Adriana; Sanchez,	Bebedeira; prevenção &

	Zila M. Effectiveness of a web-based intervention in reducing binge drinking among nightclub patrons Facebook Twitter	controle; Internet; Avaliação de Eficácia-Efetividade de Intervenções; Ensaio Controlado Aleatório
2017	Kannenbergh, Vanessa; Sousa, Maíra Evangelista de. O fantasmagórico site de rede social: como o Snapchat está sendo apropriado para a circulação de conteúdo jornalístico	Jornalismo; Jornalismo digital; Circulação; Site de rede social; Snapchat

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quadro 3 - Pesquisa: artigos pré-selecionados da Revista Educação Especial

Ano	Autor(a) e Título	Palavras-chave
2020	Loide Leite Aragão Pinto, Miryam Bonadiu Pelosi Livro em multiformatos: o espelho mágico	Acessibilidade; livro em multiformatos; Desenho Universal.
2021	Gerda de Souza Holanda, Marcelino Arménio Martins Pereira, Sônia Cristina Mairos Ferreira Inclusão escolar de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: um desafio para a gestão da escola pública	Gestão escolar para a inclusão; Educação de jovens e adultos com deficiência; Ensino público regular.
2019	Geisa Letícia Kempfer Bock, Marivete Gesser, Adriano Henrique Nuernberg O desenho universal para aprendizagem no acolhimento das expectativas de participantes de cursos de educação a distância	Desenho Universal para Aprendizagem; Modelo Social da Deficiência; Educação a Distância.
2020	Michele Toso Cappellini, Lara Ferreira dos Santos As interações comunicativas entre familiares ouvintes e sujeitos surdos: possibilidades de ressignificações	Surdez; Língua de Sinais; Interação familiar.
2020	João Paulo Saraiva Santos, Fernanda Horta, Amanda Grade Desempenho em tarefas de leitura e escrita de alunos surdos do 1º Ciclo do Ensino Básico ao nível do Português L2	Surdez; diagnóstico, ensino especializado; próteses; leitura; escrita.

2019	Veronica Lima da Fonseca Almeida, Henrique Malheiro Vaz, Isabel Sofia Calvário Correia A educação de surdos em Portugal: o sistema bilíngue, o currículo e a docência no ensino da Língua Gestual Portuguesa	Sistema bilíngue; Docente surdo; Currículo de LGP.
2017	Ana Claudia Paviani Casalli, Carolina Severino Lopes da Costa Habilidades Sociais de alunos surdos na perspectiva de professores da classe bilíngue, da classe comum e intérprete	Educação Especial; Habilidades Sociais; Surdez.
2019	Rogério Diniz Junqueira, Cristina Broglia Feitosa de Lacerda Avaliação de estudantes surdos e deficientes auditivos sob um novo paradigma: Enem em Libras	Estudantes surdos; Libras; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)
2019	Greice de Souza Vertuan, Lara Ferreira dos Santos O ensino de química para alunos surdos: uma revisão sistemática	Educação Especial; Surdez; Ensino de química.
2018	Denise Macedo Ziliotto, Denise Jordão Souza, Fadia Ionara Andrade Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior	Evasão; Inclusão; Instituição Ensino Superior; Surdez.
2019	Natalia Francisca Frazão, Ana Claudia Balieiro Lodi Associação de Surdos de São Paulo e a defesa pelos direitos linguísticos dos surdos	Ações coletivas; Direitos linguísticos; Surdos
2019	Patrícia da Hora Correia, Bárbara Coelho Neves A escuta visual: a Educação de Surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica	Recurso Pedagógico Visual Imagético. Educação Bilíngue. Surdez
2021	Célio da Silveira Júnior, Juarez Melgaço Valadares, Reginaldo Silva Guimarães	Ensino de ciências; Inclusão escolar; Estudantes surdos.

	O ensino de ciências da vida e da natureza aos surdos: o que dizem importantes periódicos da área a respeito?	
2019	Ericler Oliveira Gutierrez Audiovisual produzido por jovens surdos: um roteiro de inclusão e acessibilidade	Produção audiovisual; Surdez; Empoderamento.
2019	Jomara Mendes Fernandes, Ivoni de Freitas Reis O papel da formação continuada no trabalho dos professores de química com alunos surdos	Ensino de Química; Surdez; Formação Continuada
2019	José Anchieta de Oliveira Bentes, Rita de Nazareth Souza Bentes Materiais do Ministério de Educação do Brasil: das concepções de linguagem às políticas linguísticas para o ensino de surdos	Política linguística; Educação de surdos; Educação bilíngue.
2020	Lucas Maia Dantas, Regina Barwaldt, Amélia Rota Borges de Bastos, Felipe Vasconcelos Farias Aragão Análise das produções científicas acerca de recursos pedagógicos acessíveis da tabela periódica utilizados no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos	Recursos pedagógicos; tabela periódica; surdos.
2019	Livia Conceição Costa Zaqueu, Dirce Socorro Ribeiro Alves, Francisca Moraes da Silveira O processo de produção textual em língua portuguesa de estudantes surdos de uma escola pública: desafios e possibilidades	Surdo; Escrita; Ensino bilíngue
2020	Mariana Peres de Moraes, Cristina Broglia de Feitosa Lacerda Avaliação da compreensão de surdos através de fábula em Libras	Educação Especial; surdez; avaliação; Libras.
2017	Alline Nunes Andrade, Heloisa Moulin de Alencar Aspectos da identidade de surdos no âmbito da formação superior	Identidade surda; Perspectiva ética; aquisição de língua de sinais.
2019	Larissa Bassi Piconi	Libras; Política linguística;

	A educação de surdos como uma importante esfera das Políticas Linguísticas para a Língua Brasileira de Sinais: o Decreto nº 5.626/05 em foco	Educação de surdos.
2020	Neoli Paulina da Silva Gabe, Carmen Vieira Mathias Constituição e atravessamentos de uma escola referência em educação bilíngue para surdos	Instituição de ensino; educação de surdos; educação bilíngue.
2020	Valkiria de Novais Santiago, Maria Ivete Basniak, Sani de Carvalho Rutz da Silva, Antonio Charles Santiago de Almeida Surdos e ouvintes: por uma educação intercultural, democrática e plural	Surdez; Cultura; Diversidade.
2019	Sebastião Palha, Ana Mineiro Ensino de Português a Surdos em São Tomé e Príncipe: de um paradigma de exclusão até à inclusão	Literacia; Surdez; Educação Inclusiva
2018	Danilo da Silva, Sueli de Fátima Fernandes O tradutor intérprete de língua de sinais (TILS) e a política nacional de educação inclusiva em contextos bilíngues para surdos: um estudo da realidade da rede pública estadual paranaense	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais; Educação bilíngue para surdos; Política nacional de educação inclusiva; Rede pública estadual de ensino paranaense
2020	Graciele Marjana Kraemer, Luciane Bresciani Lopes, Virgínia Maria Zilio Formação docente e educação de surdos no Brasil: desafios para uma proposta educacional bilíngue	Educação bilíngue; formação docente; inclusão escolar.
2019	Lucineide Machado Pinheiro Adaptações curriculares na construção de práticas de letramento para alunos surdos	adaptações curriculares, letramento, surdos.
2019	Kionnys Novaes Rocha, Nayron Moraes Almeida, Cecília Regina Galdino Soares, Luís Fernando Maia Santos Silva Publicação Contínua Q-LIBRAS: um jogo educacional para estimular alunos surdos à aprendizagem de Química	Aprendizagem de Química. Software educacional. Surdez.
2019	Roberta Baessa Estimado, Cássia Geciauskas Sofiato A educação de surdos e cegos na França e no Brasil	educação de surdos, educação de cegos, educação especial

2019	Leonardo Peluso Considerações teóricas sobre a educação de surdos: especial, bilíngue, inclusiva	Estudos surdos; Educação bilíngue; Textualidad diferida
2019	Sueli de Fátima Fernandes, Francisco Martins Lopes Terceiro Deafhood: um conceito em formação no campo dos Estudos Surdos no Brasil	Deafhood; Comunidade Surda; Direitos linguísticos
2017	Daniel Santos Espindola, Danubia Carneiro, Talicia do Carmo Galan Kuhn, Lia Maris Orth Ritter Antiqueira Atividade lúdica para o ensino de ciências com prática inclusiva para surdos	educação inclusiva; atividade lúdica para surdos; educação surda
2019	Eliziane Manosso Streiechen, Cibele Krause Lemke, Gilmar de Carvalho Cruz Implicações da Língua de Sinais na aquisição da escrita de filhos ouvintes de pais surdos	ouvintes de pais surdos. Aquisição da escrita. Libras
2020	Marta Gràcia, Cristina Broglia Feitosa de Lacerda La formación de maestros y la promoción de la competencia comunicativa de alumnos sordos	Formación de maestros; competencia comunicativa; educación de sordos.
2019	Fernando Henrique Fogaça Carneiro, Fernanda Wanderer “O surdo é um sujeito visual, por isso é preciso usar materiais concretos nas aulas de matemática”: problematizações acerca da educação matemática para alunos surdos bilíngues	Alunos surdos; Educação Matemática; Foucault
2018	Ana Paula Silva Cantarelli Branco, Daniela Leal Inclusão de alunos surdocegos e a atuação de professores no ensino comum: revisão sistemática	Educação Especial; Inclusão; Surdocego
2019	Carla Beatris Valentini, Cláudia Alquati Bisol, Luani dos Santos Paim, Ana Paula Fachinetto Ehlers Educação e deficiência visual: uma revisão de literatura	deficiência visual; cegueira; inclusão educacional
2021	Renata Andrea Fernandes Fantacini, Maria Amelia Almeida Revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação	Educação Especial. Educação Superior. Inclusão.

	Superior EaD – 2005 a 2018	
2018	Ana Paula Silva Cantarelli Branco, Daniela Leal Inclusão de alunos surdocegos e a atuação de professores no ensino comum: revisão sistemática	Educação Especial; Inclusão; Surdocego
2018	Luciane Grecilo da Silva, Elena Maria Billig Mello Fundamentos de neurociência presentes na inclusão escolar: vivências docentes	Neurociência; Inclusão; Acessibilidade Pedagógica; Ensino Fundamental.
2019	Rogério Diniz Junqueira, Cristina Broglia Feitosa de Lacerda Avaliação de estudantes surdos e deficientes auditivos sob um novo paradigma: Enem em Libras	Estudantes surdos; Libras; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quadro 4 - Pesquisa: publicações pré-selecionadas da CAPES

Ano	Autor(a) e Título	Palavras-chave
2017	GRILLO, JOCIMARA PAIVA. A INCLUSÃO DA PESSOA SURDA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	Desenvolvimento Local, Surdos, Inclusão.
2017	SILVA, LARISSA JORGE. O surdo e o direito ao trabalho: para além do acesso.	Políticas afirmativas, Direito, Trabalho, Surdos.
2017	BRITO, MAIANE VASCONCELOS DE. DISCURSO DO SUJEITO SURDO SOBRE SUA EDUCAÇÃO: Contribuições da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso'	Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso; Escola Bilíngue; Escola Especial; Escola Inclusiva; Sujeitos Surdos
2017	OLIVEIRA, MARIA NILZA SILVA. Diretrizes para Projeto de Recursos Educacionais Digitais Voltados à Educação Bilíngue de Surdos'	Diretrizes; Recursos Educacionais Digitais; Surdos; Educação Bilíngue de Surdos
2017	SILVA, ALECRISSE DA. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO	Análise Crítica do Discurso; Política Inclusiva; Alunos

	DE SURDOS: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA'	Surdos;Docentes.
2018	DUTRA, DANIELA LUCIA SALAZAR. O ADOLESCENTE SURDO E SUAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E AFETIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR'	Surdez;Escola;Relações Interpessoais;Afeto;Adolescência
2019	OLIVEIRA, CARMEN ELISABETE DE. LITERATURA SURDA INFANTIL: UMA VIA PARA ALÉM DO SILÊNCIO'	Literatura Surda Infantil;Estudos Culturais;Leitura;Escrita;Compreensão de Sinais.
2017	MACHADO, FLAVIA MEDEIROS ALVARO. Formação e competências de tradutores e intérpretes de língua de sinais em interpretação simultânea de língua portuguesa - Libras: estudo de caso em Câmara de Deputados Federais	Leitura;Interpretação Simultânea;Português/Libras; Competências;Contexto Político.
2017	QUEIROZ, FLORENCE ALVES PEREIRA DE. A FORMAÇÃO E A CONCEPÇÃO DOCENTE SOBRE A INCLUSÃO DO EDUCANDO SURDO NO MUNICÍPIO DE UBERABA.'	Formação de professores – Educação Inclusiva – inclusão de Surdos
2017	ROCHA, FABIANO GUIMARAES DA. AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES SURDOS NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DIGITAIS COM USO DE IMAGEM'	Educação de surdos;Professores surdos;Materiais didáticos digitais;TIC;Imagens
2017	SOUZA, VALERIA ISAURA DE. As tecnologias digitais de informação e comunicação no atendimento pedagógico especializado para estudantes surdos na sala de recursos'	Atendimento Pedagógico Especializado para Surdos;Prática Docente;Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação;Tecnologia educacional;Surdos - Educação
2018	SOARES, KELES FIRMINA ROSA. O USO DE TECNOLOGIAS MÓVEIS POR JOVENS SURDOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO '	Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC);tecnologias móveis;jovens surdos;Educação de Surdos.
2017	BRITO, LUCIENNE VELOSO.	Livro Didático Digital;Língua

	O LIVRO DIDÁTICO DIGITAL DE LÍNGUA PORTUGUESA/LIBRAS: UMA ANÁLISE SOB A NOÇÃO DA RESPONSABILIDADE BAKHTINIANA '	Portuguesa;Libras;Cultura Surda;Responsividade.
2020	ARRUDA, RITA DE CASSIA RIBEIRO PENHA. JOGO EDUCACIONAL "APRENDENDO COM TEOBALDO": TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL	Jogo Digital;Inclusão;Surdos;Jogo Educacional
2019	SILVEIRA, DOUGLAS SEVERO. Estudo para Detecção de Eventos Sonoros como Comunicação de Alertas para Surdos'	Detecção;classificação;eventos sonoros;alerta visual;surdez
2020	PAIVA, RODRIGO OLIVEIRA DE. ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO EM UM REPOSITÓRIO BILÍNGUE (PORTUGUÊS E LIBRAS): o caso do Repositório Huet	Repositórios digitais;Encontrabilidade da informação;Comunidade Surda;Repositório Huet

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quadro 5 - Pesquisa: artigos pré-selecionados do *GOOGLE SCHOLAR*

Ano	Autor(a) e Título	Palavras-chave
2021	Melo, Renata Gandra de Inclusão em formação: contribuições para o acesso das pessoas com deficiência aos cursos técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo	Acessibilidade. Educação Inclusiva. Educação Profissional e Tecnológica. MOOC. Processos Seletivos.
2021	CÁSSIA ANTONINA PALÓPOLO ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DO PORTAL WEB DA BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO DA UFRGS PELOS SURDOS	Acessibilidade na Web. Inclusão Digital. Surdos. Língua Brasileira de Sinais.
2020	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Rede profissional e tecnológica. Recomendação Técnica de Acessibilidade em Recursos Educacionais Digitais	Acessibilidade, Acessibilidade em Recursos Educacionais Digitais
2020	Renata Gandra de Melo, Danielli Veiga Carneiro Sondermann CONTRIBUIÇÕES PARA O ACESSO DE	Acessibilidade, Inclusão Escolar, Gestão Escolar Inclusiva.

	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA / CONTRIBUTIONS TO ACCESS FOR PEOPLE WITH DISABILITIES TO PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION	
2019	Silva, Jardiel Oliveira da Política de inclusão para pessoas com deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: o que revelam as normativas institucionais?	Pessoas com deficiência;Acessibilidade ;Educação superior;Inclusão;Legislação brasileira –;Educação inclusiva
2017	Rafael Valle, Tiago Maritan, Felipe Lace CRIANDO APLICAÇÕES ACESSÍVEIS PARA SURDOS	Acessibilidade. Pessoas Surdas. Comunicação. Projeto GT-AAA

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

APÊNDICE 2: 2ª SELEÇÃO: ESTUDOS SELECIONADOS PARA LEITURA NA ÍNTEGRA

Pesquisa - Base de Dados de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Entre os dias 13 e 26 de outubro de 2021 foi realizada pesquisa na Base de Teses e Dissertações da CAPES. Foram selecionados os descritores “Acessibilidade AND Surdos” para a primeira busca sistemática, sendo encontrados 17 resultados. Quando refinada a pesquisa para as publicações realizadas nos últimos cinco anos (2021, 2020, 2019, 2018 e 2017), a busca apresentou 15 resultados, sendo que um deles estava repetido e foi, então, desconsiderado.

Para a análise dos estudos foram incluídos os artigos que apresentam no título relação com pelo menos um dos descritores selecionados para a busca: “Acessibilidade ou Portal Digital ou Surdos”. Foram selecionados 04 estudos que se relacionam às duas perguntas para a revisão de literatura, mesmo que indiretamente ao tema desta pesquisa, conforme mostra o quadro 1. Para uma segunda etapa da análise das publicações, será considerado o resumo do estudo e as palavras-chave.

Quadro 1 - Pesquisa: publicações selecionadas do Periódico da CAPES

Ano	Autor(a) e Título	Palavras-chave
2019	André Grilo; Luiza de Albuquerque Rodrigues; Bruno Santana da Silva Design Inclusivo e Acessibilidade Digital para Surdos em páginas web	Barreira Linguística; Interação Humano - Computador; Processos da Comunicação; Design da Informação
2018	Barbosa, Gabriela Lapa Teles ; Müller, Karin Produção de conteúdo acessível para surdos na web: análise do canal de vídeos Óxe	Libras; Acessibilidade; Gestão de conteúdo; Novas tecnologias; YouTube
2017	Araújo, Vera Lúcia Santiago ; Alves, Soraya Ferreira Tradução Audiovisual Acessível (Tava): Audiodescrição, Janela De Libras E Legendagem Para Surdos E Ensurdidos	Acessibilidade, audiodescrição, libras, surdos.
2017	Souza, Francisco José de; Hildenbrand, Luci Em questão, a usabilidade do site do INES	Avaliação; Avaliação de Sites; Heurísticas; Qualidade de Sites.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os estudos apresentados no quadro 1 sugerem que há pesquisa sobre acessibilidade digital para surdos em páginas da *web*, sobre tradução audiovisual

acessível e sobre usabilidade de um *site* específico para surdos, mas nenhum deles foi conduzido na EPT. O quadro 1 sugere também que há carência de estudos dessa natureza e de sequenciamento desses estudos. Ou seja, identificamos apenas 2 estudos em 2017, 1 estudo em 2018 e 1 em 2019, além de o foco de interesse dos estudos sobre o tema da acessibilidade digital para pessoas surdas serem diversos, que abre um escopo ainda maior de subtemáticas dentro do tema acessibilidade digital para essas pessoas. Tal fato aponta a necessidade de investimento de pesquisa com essa população no mundo digital e na EPT.

Pesquisa - Base *Scientific Electronic Library OnLine* (SciELO)

A pesquisa na base SciELO ocorreu entre os dias 13 e 21 de outubro de 2021 e foram adotados os mesmos procedimentos informados anteriormente na Base da Teses e Dissertações da CAPES. Para dar início à coleta de dados referentes à busca pelo Estado da Arte deste estudo, foi inserido o descritor “Acessibilidade” e encontradas 06 publicações. Refinando a pesquisa, foi inserido o descritor “Surdo” e encontradas 289 publicações. Devido à quantidade de publicações, foi inserido o descritor “Estudante Surdo”, que gerou 29 estudos, e o descritor “Portal Digital”, que apresentou 33 publicações na base SciELO. Desses estudos foi selecionado apenas 01 de interesse à presente pesquisa, conforme indica o quadro 2:

Quadro 2 - Pesquisa: artigos selecionados da SciELO

Ano	Autor(a) e Título	Palavras-chave
2021	Duarte, Francisco Ricardo; Morais, Allan Richards de Melo Nunes. Modelo referencial para a avaliação da Acessibilidade Comunicacional em políticas de comunicação interna de hospitais universitários	Acessibilidade Comunicacional; Políticas Públicas; Inclusão; Televisão; Pessoa com deficiência

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Apesar de a base de dados da Scielo apresentar um número considerável de estudos sobre a pessoa surda ou sobre acessibilidade em portais digitais, apenas o estudo apresentado no quadro 2 foi selecionado. A opção por esse estudo se dá pelo fato de abordar acessibilidade comunicacional e de propor um modelo para avaliação da acessibilidade em política de comunicação interna para PcDs. Tal estudo pode trazer *insights* para a presente pesquisa e seu produto educacional e para a política pública de acessibilidade comunicacional nos portais digitais do IFC.

Os demais estudos foram descartados porque não abordavam simultaneamente a pessoa surda como participante do estudo e plataformas digitais como contexto de investigação e por não estarem relacionados à EPT.

Pesquisa – Revista Educação Especial

A pesquisa na Revista Educação Especial ocorreu entre os dias 13 e 26 de outubro de 2021 e foram adotados os mesmos procedimentos informados anteriormente. Para dar início à coleta de dados, foi inserido o descritor “Acessibilidade” e encontradas 03 publicações. Refinando a pesquisa, foi inserido o descritor “Surdo” e encontradas 32 publicações. Refinando ainda mais a pesquisa, foi inserido o descritor “Portal Digital” e encontradas 02 publicações, mas não foram selecionadas para leitura completa por abordarem temas diversos sobre a inclusão do estudante surdo na educação básica ou superior, entre os quais podemos citar: ensino, currículo, atendimento especializado, direitos, interação familiar e escolar, bilinguismo. Ou seja, processos que se referem a questões depois da entrada do estudante surdo na instituição, e este estudo se preocupa com um processo que a precede.

Pesquisa – Portal de Teses e Dissertações - CAPES

A data de realização desta busca ocorreu nos dias 13 e 26 de outubro de 2021. Ao inserir os descritores selecionados (Acessibilidade) AND (Surdos) na Base de Teses e Dissertações da CAPES, a busca identificou 05 estudos relacionando os dois temas. Ao inserir os descritores selecionados (Portal Digital) AND (Surdos), a busca identificou 139 estudos. Direcionando a pesquisa, optou-se por selecionar publicações na Área de Conhecimento de “Educação”, sendo então encontrados 13 resultados, dos quais 02 foram selecionados para leitura completa do texto, conforme mostra o quadro 3.

Quadro 3 - Pesquisa: publicações selecionadas da CAPES

Ano	Autor(a) e Título	Palavras-chave
2020	Paiva, Rodrigo Oliveira De. Encontrabilidade Da Informação Em Um Repositório Bilíngue (Português E Libras): O caso do Repositório Huet	Repositórios digitais; Encontrabilidade da informação; Comunidade Surda; Repositório Huet

2017	Oliveira, Maria Nilza Silva. Diretrizes para Projeto de Recursos Educacionais Digitais Voltados à Educação Bilíngue de Surdos'	Diretrizes; Recursos Educacionais Digitais; Surdos; Educação Bilíngue de Surdos
------	---	---

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os dois estudos selecionados da Base de Dados da CAPES apontam questões importantes, como a encontrabilidade de informações em repositórios digitais e diretrizes para a elaboração de recursos educacionais digitais, que podem contribuir para aprimorar ambientes digitais e seus recursos, foco de investigação do presente estudo e do produto educacional que pretende desenvolver. Ambos visam à quebra de barreiras linguísticas e comunicacionais entre a plataforma e o usuário desta, buscando a inclusão digital de pessoas surdas.

Pesquisa – GOOGLE SCHOLAR

Esta pesquisa ocorreu nos dias 13 e 15 de outubro de 2021. Ao inserir o descritor “Acessibilidade”, a busca apresentou 10.900 resultados. Refinando a pesquisa e inserindo o descritor “Surdo”, a busca apresentou como resultado 15.700 publicações. Refinando a pesquisa e inserindo o descritor “Portal Digital”, a busca apresentou como resultado 18.300 publicações. Filtrando para publicações dos últimos cinco anos (de 2017 a 2021), foram selecionados 05 títulos para leitura completa do texto, conforme mostra o quadro 4.

Quadro 4 - Pesquisa: artigos pré-selecionados do *GOOGLE SCHOLAR*

Ano	Autor(a) e Título	Palavras-chave
2021	Melo, Renata Gandra de Inclusão em formação: contribuições para o acesso das pessoas com deficiência aos cursos técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo	Acessibilidade. Educação Inclusiva. Educação Profissional e Tecnológica. MOOC. Processos Seletivos.
2021	Cássia Antonina Palópolo Análise Da Acessibilidade Do Portal Web Da Biblioteca Setorial De Educação Da Ufrgs Pelos Surdos	Acessibilidade na Web. Inclusão Digital. Surdos. Língua Brasileira de Sinais.
2021	SILVEIRA, Elis Regina Hamilton; Silva, Marimar da. O design instrucional contextual no desenvolvimento de produto educacional acessível para estudantes surdos na educação profissional tecnológica. Revista tecnologias educacionais em rede. Santa Maria, v.2, n.4, 2021	Design Instrucional Contextual; Produto Educacional; Estudantes surdos.

2020	Renata Gandra de Melo, Danielli Veiga Carneiro Sondermann Contribuições para O Acesso De Pessoas Com Deficiência À Educação Profissional E Tecnológica / Contributions To Access For People With Disabilities To Professional And Technological Education	Acessibilidade, Inclusão Escolar, Gestão Escolar Inclusiva.
2017	Rafael Valle, Tiago Maritan, Felipe Lace Criando Aplicações Acessíveis Para Surdos	Acessibilidade. Pessoas Surdas. Comunicação. Projeto GT-AAA

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os estudos do quadro 4 apontam, de forma geral, elementos de acessibilidade e tecnologias de informação e comunicação que podem ampliar e auxiliar o acesso e a interação focados, principalmente, na participação inclusiva de surdos em ambientes digitais acessíveis, trazendo contribuições para o presente estudo.

APÊNDICE 3 - TCLEs

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -

Estudante Surda Participante da Pesquisa

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) em uma pesquisa. Após a leitura e esclarecimento sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubricue todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora.

Título da pesquisa: “A acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense/Campus Avançado Sombrio”

Pesquisadora responsável: Daiana Henrique Maria

Endereço: Rua Santos Coelho, SN, Januária, Sombrio - SC, CEP: 88960-000

Telefone para contato: (48) 996646200

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo seres humanos é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP/IFSC está localizado dentro da própria Instituição, à Rua 14 de julho, nº150, segundo andar, sala 33B, Florianópolis-SC, CEP: 88075-010. Horário de funcionamento definido de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 17h, para contato dos pesquisadores e participantes da pesquisa. Telefone para contato (48)3877-9054 e e-mail cepsh@ifsc.edu.br.

O objetivo desta pesquisa é analisar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense/Campus Avançado Sombrio.

A sua colaboração na pesquisa consiste em participar de uma entrevista realizada pela própria pesquisadora e da avaliação do produto desenvolvido para o estudo, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para você. Esta pesquisa não afeta a sua integridade moral, física, mental ou traz efeitos colaterais. Os procedimentos aplicados eventualmente podem fazer você se sentir desconfortável em responder a alguma questão ou comentar alguma situação sobre o tema da entrevista ou durante a avaliação do produto. Para minimizar esse desconforto, você tem a liberdade de não responder a pergunta ou de não fazer o comentário ou a avaliação solicitada ou ainda desistir de participar da pesquisa. Entretanto, se necessário, podemos oferecer suporte de profissional da área da saúde. Para isso, o IFSC oferece serviço de psicólogo na Reitoria, situada na Rua 14 de julho, nº150, Coqueiros, Florianópolis, SC, sem ônus de qualquer espécie para você, com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com os seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Os benefícios esperados pela sua participação são a contribuição para a ciência, a educação, a inclusão do estudante surdo na EPT e o aprimoramento do processo seletivo de ingresso do IFC. A atividade não prevê nenhum tipo de ressarcimento ou compensação material para você.

As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto e para a composição do relatório de pesquisa e futuras publicações em periódicos, resguardando sempre sua identidade em todas as fases da pesquisa, inclusive na publicação de artigos. Ao término da pesquisa, os resultados obtidos serão retornados para você na forma de relato de resultados do estudo, por meio de contato telefônico ou WhatsApp ou qualquer outro meio que você indicar. Você poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato com a pesquisadora responsável.

É garantido indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa a sua pessoa.

Após a leitura e esclarecimento de todas as dúvidas pela pesquisadora, o TCLE deverá ser rubricado por ambos (pesquisadora e pesquisado(a)), nas duas vias em todas as folhas e assinado em seu término.

CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Sombrio, ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -
Servidores do IFC Participantes da Pesquisa

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) em uma pesquisa. Após a leitura e esclarecimento sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora.

Título da pesquisa: “A acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense/Campus Avançado Sombrio”

Pesquisadora responsável: Daiana Henrique Maria

Endereço: Rua Santos Coelho, SN, Januária, Sombrio - SC, CEP: 88960-000

Telefone para contato: (48) 996646200

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo seres humanos é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP/IFSC está localizado dentro da própria Instituição, à Rua 14 de julho, nº150, segundo andar, sala 33B, Florianópolis-SC, CEP: 88075-010. Horário de funcionamento definido de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 17h, para contato dos pesquisadores e participantes da pesquisa. Telefone para contato (48)3877-9054 e e-mail cepsh@ifsc.edu.br.

O objetivo desta pesquisa é analisar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense/Campus Avançado Sombrio.

A sua colaboração na pesquisa consiste em participar de uma entrevista realizada pela própria pesquisadora, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para você. Esta pesquisa não afeta a sua integridade moral, física, mental ou traz efeitos colaterais. Os procedimentos aplicados eventualmente podem fazer você se sentir desconfortável em responder a alguma questão ou comentar alguma situação sobre o tema da entrevista. Para minimizar esse desconforto, você tem a liberdade de não responder a pergunta ou de não fazer o comentário solicitado ou ainda desistir de participar da pesquisa. Entretanto, se necessário, podemos oferecer suporte de profissional da área da saúde. Para isso, o IFSC oferece serviço de psicólogo na Reitoria, situada na Rua 14 de julho, nº150, Coqueiros, Florianópolis, SC, sem ônus de qualquer espécie para você, com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com os seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Os benefícios esperados pela sua participação são a contribuição para a ciência, a educação, a inclusão do estudante surdo na EPT e o aprimoramento do processo seletivo de ingresso do IFC. A atividade não prevê nenhum tipo de ressarcimento ou compensação material para você.

As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto e para a composição do relatório de pesquisa e futuras publicações em periódicos, resguardando sempre sua identidade em todas as fases da pesquisa, inclusive na publicação de artigos. Ao término da pesquisa, os resultados obtidos serão retornados para você na forma de relato de resultados do estudo, por meio de contato telefônico ou WhatsApp ou qualquer outro meio que

você indicar. Você poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato com a pesquisadora responsável.

É garantido indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa a sua pessoa.

Após a leitura e esclarecimento de todas as dúvidas pela pesquisadora, o TCLE deverá ser rubricado por ambos (pesquisadora e pesquisado(a)), nas duas vias em todas as folhas e assinado em seu término.

CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Sombrio, ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -
Intérprete de Libras Participante da Pesquisa

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) em uma pesquisa. Após a leitura e esclarecimento sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora.

Título da pesquisa: “A acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense/Campus Avançado Sombrio”

Pesquisadora responsável: Daiana Henrique Maria

Endereço: Rua Santos Coelho, SN, Januária, Sombrio - SC, CEP: 88960-000

Telefone para contato: (48) 996646200

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo seres humanos é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP/IFSC está localizado dentro da própria Instituição, à Rua 14 de julho, nº150, segundo andar, sala 33B, Florianópolis-SC, CEP: 88075-010. Horário de funcionamento definido de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 17h, para contato dos pesquisadores e participantes da pesquisa. Telefone para contato (48)3877-9054 e e-mail cepsh@ifsc.edu.br.

O objetivo desta pesquisa é analisar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense/Campus Avançado Sombrio.

A sua colaboração na pesquisa consiste em participar de uma entrevista realizada pela própria pesquisadora, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para você. Esta pesquisa não afeta a sua integridade moral, física, mental ou traz efeitos colaterais. Os procedimentos aplicados eventualmente podem fazer você se sentir desconfortável em responder a alguma questão ou comentar alguma situação sobre o tema da entrevista. Para minimizar esse desconforto, você tem a liberdade de não responder a pergunta ou de não fazer o comentário solicitado ou ainda desistir de participar da pesquisa. Entretanto, se necessário, podemos oferecer suporte de profissional da área da saúde. Para isso, o IFSC oferece serviço de psicólogo na Reitoria, situada na Rua 14 de julho, nº150, Coqueiros, Florianópolis, SC, sem ônus de qualquer espécie para você, com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com os seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Os benefícios esperados pela sua participação são a contribuição para a ciência, a educação, a inclusão do estudante surdo na EPT e o aprimoramento do processo seletivo de ingresso do IFC. A atividade não prevê nenhum tipo de ressarcimento ou compensação material para você.

As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto e para a composição do relatório de pesquisa e futuras publicações em periódicos, resguardando sempre sua identidade em todas as fases da pesquisa, inclusive na publicação de artigos. Ao término da pesquisa, os

resultados obtidos serão retornados para você na forma de relato de resultados do estudo, por meio de contato telefônico ou WhatsApp ou qualquer outro meio que você indicar. Você poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato com a pesquisadora responsável.

É garantido indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa a sua pessoa.

Após a leitura e esclarecimento de todas as dúvidas pela pesquisadora, o TCLE deverá ser rubricado por ambos (pesquisadora e pesquisado(a)), nas duas vias em todas as folhas e assinado em seu término.

CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Sombrio, ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE 4**TERMO DE ANUÊNCIA DO DIRETOR DO IFC/ CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO**

O Instituto Federal de Educação Ciência e tecnologia Catarinense (IFC)/Campus Avançado Sombrio, representado por seu Diretor, professor Lucas Spillere Barchinski, está de acordo com a pesquisa intitulada: Acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do IFC/Campus Avançado Sombrio, a ser desenvolvida neste estabelecimento de ensino, com a orientação da Doutora Marimar da Silva, professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede Nacional, ofertado pelo IFSC/CERFEAD.

O principal objetivo da pesquisa é analisar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do IFC/Campus Avançado Sombrio.

A coleta de dados para a pesquisa dar-se-á no primeiro semestre letivo de 2022, pela acadêmica Daiana Henrique Maria, do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica em Rede Nacional/IFSC, e envolverá 04 (quatro) servidores dos setores CGI, CECOM, NAPNE, NuBi, 01 (um) estudante surdo e 01 (um) Tradutor-Intérprete de Libras.

Lucas Spillere Barchinski

Sombrio, 15 de dezembro de 2021.

APÊNDICE 5: CONVITE ELETRÔNICO AO PARTICIPANTE

Prezado(a) Sr./Sra.,

Convidamos a participar da pesquisa intitulada “ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE SURDO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS PORTAIS DO IFC: UM ESTUDO DE CASO”, autorizada pelo CEP/IFSC, Número do Parecer: 5.279.176.

O objetivo da pesquisa é investigar a acessibilidade da informação às vagas reservadas ao estudante surdo no IFC - Câmpus Avançado Sombrio.

Caso tenha interesse, por gentileza, leia o documento anexado a esta mensagem: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE). Ele dá orientações sobre sua participação na pesquisa.

Após a leitura do TCLE, se você decidir participar da pesquisa, envie-o assinado como anexo para o endereço eletrônico: daiana.maria@ifc.edu.br. Em caso da impossibilidade da assinatura no documento (TCLE), basta registrar sua decisão: “Concordo” ou “Não Concordo” em participar da pesquisa, no texto do email a ser enviado à pesquisadora responsável. Se possível, informe o dia e horário conveniente para você na mesma mensagem.

Informamos que devido à pandemia do COVID-19, a sua participação na pesquisa será de forma virtual por meio da ferramenta Google Meet, cujo *link* será enviado após seu aceite, assim como o conteúdo da entrevista a ser realizada com você.

Por fim, informamos que sua participação na pesquisa pode ser retirada a qualquer momento do estudo e sem qualquer prejuízo a sua pessoa.

Antecipadamente agradecemos sua atenção,

Daiana Henrique Maria

Pesquisadora Responsável

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica/IFSC

ANEXOS

ANEXO 1: Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE SURDO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS PORTAIS DO IFC/CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO: UM ESTUDO DE CASO

Pesquisador: DAIANA HENRIQUE MARIA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 55077421.0.0000.0185

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.244.736

Apresentação do Projeto:

O projeto consiste em uma dissertação de mestrado do IFSC que discute a partir das políticas educacionais nacionais pautadas na promoção de acessibilidade e de equidade de condições, que argumentam o direito de pessoas surdas à emancipação, faz-se necessário refletirmos sobre o acesso desse público à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) também. O estudo investigará a acessibilidade da informação às vagas reservadas a esse público no IFC - Câmpus Avançado Sombrio, tendo em vista que o processo de inscrição é o primeiro passo para acesso à instituição e que essas vagas não são preenchidas no referido campus apesar da existência de surdos na comunidade em que o campus está inserido. A pesquisa, um estudo de caso de natureza aplicada, gerará dados por meio de entrevistas via Google Meet com um (01) estudante surdo, (04) servidores-gestores vinculados aos processos de ingresso da instituição e um (01) tradutor-intérprete de Libras, que serão analisados qualitativamente à luz da teoria de Análise de Conteúdo.

A partir do estudo será desenvolvido um produto educacional na tipologia Glossário Bilíngue (Libras-Português) de termos específicos sobre o processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado do IFC/CAS. Além do Glossário, o estudo também propõe um produto educacional na tipologia Tutorial Bilíngue (Libras-Português) de orientações do passo a passo do processo de inscrição do público surdo nos portais do IFC. Ambos os produtos serão desenhados

Endereço: Rua 14 de julho n°150

Bairro: Florianópolis

CEP: 88.075-010

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3877-9078

E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
SANTA CATARINA IFSC



Continuação do Parecer: 5.244.736

para mídia digital, em formato de vídeos.

Como resultado do estudo, espera-se promover a ampliação do acesso desses estudantes ao Ensino Médio Integrado do IFC, contribuindo para as políticas de inclusão e o paradigma da educação para todos na EPT.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa é analisar a acessibilidade do processo de inscrição do estudante surdo ao Ensino Médio Integrado nos Portais de Ingresso e do Candidato do Instituto Federal Catarinense IFC, Câmpus Avançado Sombrio.

Os objetivos secundários são:

- a) Identificar o estado da arte sobre o tema da pesquisa;
- b) Traçar o perfil dos estudantes com deficiência na região onde o IFC está inserido;
- c) Identificar a percepção dos servidores gestores em relação aos processos seletivos que tratam do acesso de estudantes por Ações Afirmativas para pessoas surdas no IFC, assim como da estudante surda participante da pesquisa e do tradutor intérprete de Libras;
- d) Desenvolver um produto educacional que potencialize a acessibilidade do estudante surdo ao longo do processo de inscrição no EMI do IFC; e
- e) Avaliar a eficácia do produto tendo em vista o seu propósito final.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios da pesquisa estão apresentados em 3 versões do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): para a estudante surda, para o intérprete em libras e para os servidores do IFC, nos quais descrevem os mesmos riscos e benefícios aos participantes.

No que se refere a eventuais riscos, o TCLE esclarece que os participantes serão alertados que são mínimos e, em caso de algum desconforto emocional, terão atendimento psicológico por profissional especializado do IFSC. Além disso, caso alguma questão específica da entrevista, eventualmente, causar algum mal-estar ou embaraço no momento de respondê-la, esta poderá não ser respondida. Outros riscos mencionados que podem ocorrer, são: cansaço, fadiga e aborrecimento ao longo da pesquisa, os participantes podem interromper sua participação.

Já os benefícios pela participação na pesquisa apresentados no TCLE são a contribuição para a ciência, a educação, a inclusão do estudante surdo na EPT e o aprimoramento do processo seletivo

Endereço: Rua 14 de julho nº150

Bairro: Florianópolis

CEP: 88.075-010

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3877-9078

E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
SANTA CATARINA IFSC



Continuação do Parecer: 5.244.736

de ingresso do IFC.

Considerando o ofício 02/2021 CONEP (1.2.1) e que a pesquisa prevê o uso de Google Meet para as entrevistas, não foi identificado que deve se destacar que, além dos riscos e benefícios relacionados com a participação na pesquisa, aqueles riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Adicionalmente, devem ser informadas as limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa aborda o tema da acessibilidade da comunidade surda na educação profissional, por meio da análise do processo de inscrição nos cursos do IFC, Câmpus Avançado Sombrio.

A pesquisa apresenta uma sistematização da revisão da literatura, com sete etapas, que visou responder às perguntas: i) Qual o estado da arte dos estudos sobre acessibilidade de surdos em plataformas digitais/portais?; ii) Que tendências a literatura sugere para tornar plataformas/portais mais acessíveis para o público surdo considerando suas especificidades para interagir em meio digital? Foram selecionados 10 trabalhos científicos com data de 2017 a 2020, conferindo um arcabouço teórico atual.

Uma observação que é oportuna registrar diz respeito da construção do pressuposto da pesquisa, que está baseada na afirmação de que o acesso de pessoas surdas à EPT é parcialmente atendido, pois o número de matrículas ainda é muito reduzido no IFC, e de que há carência de informação e orientação acessíveis para o público surdo e na sequência complementa que não se pode descartar a possibilidade de também haver falhas no acesso, nos processos seletivos e na equidade de oportunidades de ingresso dessas pessoas à EPT. Não são apresentados os dados ou as evidências no IFC que conduziram a pesquisadora até o pressuposto, considerando o desenvolvimento do produto educacional, o pressuposto sem uma sólida argumentação pode comprometer ou fragilizar a pesquisa.

Outras ponderações tratam da metodologia do projeto. Primeiro, não foram apresentados os critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa, bem como os critérios para suspensão ou encerramento da pesquisa. Segundo, considerando o ofício 02/2021 CONEP, no caso de uso de pesquisas com etapas virtuais é preciso descrever e justificar o procedimento a ser adotado para a obtenção do consentimento livre e esclarecido, bem como, o formato de registro ou assinatura do termo que será utilizado, o que não foi apresentado. Terceiro, trata do objetivo específico de

Endereço: Rua 14 de julho n°150

Bairro: Florianópolis

CEP: 88.075-010

UF: SC

Município: FLORIANÓPOLIS

Telefone: (48)3877-9078

E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
SANTA CATARINA IFSC



Continuação do Parecer: 5.244.736

traçar o perfil dos estudantes com deficiência na região onde o IFC está inserido, conforme a metodologia será alcançado por meio de uma entrevista com um profissional intérprete de libras que atua no município de Sombrio. É preciso estar atento ao viés que os dados podem gerar por ter uma única fonte para a coleta deste tipo de dado. Por fim, trata da situação da estudante surda que será sujeito da pesquisa e entrevistada pela pesquisadora. A estudante, conforme a descrição é estudante do ensino técnico integrado, contudo não é informado se a mesma é maior de 18 anos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios (TCLE) foram apresentados na submissão do projeto. São 3 modelos: um para estudante surda; um para o intérprete em libras e um para os servidores do IFC. Os TCLE apresentam as informações necessárias para o esclarecimento do participante da pesquisa, conforme a Resolução CNS 510/2016. Falta a identificação da idade da estudante surda.

Os roteiros das entrevistas com cada perfil de participante da pesquisa foram apresentados de forma detalhada no projeto. Contudo, cabe ressaltar que por se tratar de um estudo de caso qualitativo, cujo objetivo é a análise da acessibilidade do processo de inscrição do IFSC, é coerente que as questões da entrevista conduzam para o objetivo principal do projeto. Portanto, no roteiro para a estudante surda, recomenda-se que o foco seja na compreensão de seu processo de inscrição, evitando perguntas que podem causar constrangimento do tipo: "como descobriu a surdez?"

No projeto submetido, em especial no item que descreve o projeto educacional, é descrito que o produto Glossário e Tutorial serão produzidos por uma equipe multidisciplinar. Porém, não foi apresentada a composição da equipe.

Recomendações:

Sugere-se para o projeto de pesquisa:

- a) uma revisão do roteiro de entrevista da estudante surda, a fim de minimizar constrangimento; e
- b) a descrição da caracterização dos profissionais que compõe a equipe multidisciplinar irá desenvolver o produto educacional.

Endereço: Rua 14 de julho n°150

Bairro: Florianópolis

CEP: 88.075-010

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3877-9078

E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



Continuação do Parecer: 5.244.736

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Lista de Pendências:

- 1) Incluir a avaliação dos riscos em ambientes virtuais, conforme é recomendado pelo Ofício 02/2021 CONEP;
- 2) Descrever e justificar o procedimento a ser adotado para a obtenção do consentimento livre e esclarecido (TCLE) para a pesquisa com etapa virtual, conforme o Ofício 02/2021 CONEP.
- 3) Esclarecer a situação da estudante surda - participante da pesquisa: é menor de 18 anos? Se a estudante for menor de idade é necessário incluir o TALE junto ao TCLE dos responsáveis pela estudante.

Considerações Finais a critério do CEP:

O protocolo de pesquisa ACESSIBILIDADE DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO ESTUDANTE SURDO AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS PORTAIS DO IFC/CAMPUS AVANÇADO SOMBRIÓ: UM ESTUDO DE CASO foi apreciado em reunião do CEP e identificada as pendências listadas no parecer da relatoria na documentação apresentada pela pesquisadora, encaminha-se para providências e esclarecimento da pesquisadora. Solicita-se encaminhar, junto com os demais documentos revisados, carta resposta contendo a resolução das pendências.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1876813.pdf	06/01/2022 15:12:49		Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	06/01/2022 15:12:02	DAIANA HENRIQUE MARIA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoRevisado.pdf	06/01/2022 14:45:40	DAIANA HENRIQUE MARIA	Aceito
Cronograma	CronogramaRevisado.pdf	06/01/2022 14:40:05	DAIANA HENRIQUE MARIA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	21/12/2021 19:12:43	DAIANA HENRIQUE MARIA	Aceito

Endereço: Rua 14 de julho n°150

Bairro: Florianópolis

CEP: 88.075-010

UF: SC

Município: FLORIANÓPOLIS

Telefone: (48)3877-9078

E-mail: cepsh@ifsc.edu.br

 INSTITUTO FEDERAL Santa Catarina	INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA IFSC	
--	---	--

Continuação do Parecer: 5.244.736

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tradutor.pdf	20/12/2021 18:47:09	DAIANA HENRIQUE MARIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	SERVIDORES.pdf	20/12/2021 18:46:31	DAIANA HENRIQUE MARIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ESTUDANTETCLE.pdf	20/12/2021 18:45:28	DAIANA HENRIQUE MARIA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	20/12/2021 18:42:27	DAIANA HENRIQUE MARIA	Aceito
Declaração de concordância	TermoAnuenciaDiretor.pdf	20/12/2021 18:40:33	DAIANA HENRIQUE MARIA	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 15 de Fevereiro de 2022

Assinado por:
Vanessa Luiza Tuono Jardim
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 14 de julho nº150 Bairro: Florianópolis UF: SC Município: FLORIANOPOLIS Telefone: (48)3877-9078	CEP: 88.075-010 E-mail: cepsh@ifsc.edu.br
---	---